

# humanidades

angélica madeira  
antónio manuel hespanha  
denise garcia bergt  
eduardo frota  
enrico rocha  
emmanuel jaffelin  
fernando fiorese  
jumah al dossari  
lisette lagnado  
luiz carlos fabre  
luiz ruffato  
otávio velho  
otto maria carpeaux  
piero eyben  
poro  
rogério haesbaert  
ronaldo lobão  
seloua luste boulbina  
shaikh abdurraheem muslim dost



# humanidades

# humanidades

Nº 59 | OUTUBRO 2012  
ISSN 0102.9479

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

### REITOR

José Geraldo de Sousa Junior

### VICE-REITOR

João Batista de Sousa

## EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

### DIRETORA

Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino

### CONSELHO EDITORIAL

Angélica Madeira  
Deborah Silva Santos  
Denise Imbroisi  
José Carlos Córdova Coutinho  
Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino – Presidente  
Neide Aparecida Gomes  
Roberto Armando Ramos de Aguiar

### EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO GRÁFICA  
Marcus Polo Rocha Duarte

SECRETÁRIO EDITORIAL  
Virgílio Peixoto Pedrosa

SUPERVISÃO GRÁFICA  
Elmano Rodrigues Pinheiro  
Luiz A. R. Ribeiro

## REVISTA HUMANIDADES

### EDITORES

Cristiano Paixão  
José Otávio Guimarães

### CONSELHO EDITORIAL

Cristiano Paixão  
José Otávio Guimarães – Presidente  
Marisa Von Bülow  
Rogério da Silva Lima

### CONSELHO CONSULTIVO

Ana Vicentini de Azevedo  
André Parente  
Donaldo Schüler  
Glória Ferreira  
Jeanne-Marie Gagnébin  
Olgária Matos  
Tânia Rivera

SECRETÁRIO EDITORIAL  
Daniel Fernandes

REVISÃO  
Laetícia Jensen Eble

PROJETO GRÁFICO E FOTOS NÃO CREDITADAS  
Marcelo Savio

### SESC NO DISTRITO FEDERAL

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL  
Adelmir Santana

DIRETOR REGIONAL DO SESC-DF  
José Roberto Sfair Macedo

Copyright © 2012 by  
Editora Universidade de Brasília

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Quadra 2, bloco C, nº 78, Ed. OK, 2º andar | CEP 70302-907 | Brasília/DF  
tel: +55(61) 3035-4200 | fax: +55(61) 3035-4230  
[www.editora.unb.br](http://www.editora.unb.br) | [contato@editora.unb.br](mailto:contato@editora.unb.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dar a público um novo número de *Humanidades* é abrir para o leitor um campo de experiência estética singular. A cada edição, desvenda-se um processo marcado pelo encontro dos editores com artistas e intelectuais, que enchem as páginas da revista com suas tintas, palavras, espaços, ritmos – com sua paixão.

Este número 59, que nós, da Editora Universidade de Brasília, publicamos, com o apoio do SESC-DF, dedica-se ao tema REDES, FLUXOS, MIGRAÇÕES.

*HumanidadeS* 59 faz de seu tema uma proposta viva, inacabada, aberta. Sob este pretexto, o leitor é convidado a se abrir para a experiência autoral, a se movimentar pelas páginas, percorrendo as peças aqui apresentadas, num ir e vir que ele mesmo traça e retraça, na intimidade da fruição criativa.

REDES, FLUXOS, MIGRAÇÕES, tema e mote, é um modo de aproximação do movimento do mundo contemporâneo. É uma oportunidade de ensaiarmos a condição de estar e viver no século XXI, de habitarmos a pele do outro que rasga fronteiras, enrosca línguas, invade territórios, forçado pela violência que lhe arranca as raízes, emudece-lhe a voz e o força a se lançar em outro solo.

A leitura desta revista, tal qual a brincadeira de faz de conta das crianças, experiência de ser e não ser ao mesmo tempo, de falar o momento no pretérito imperfeito ("Agora eu era..."), tira-nos do próprio lugar e nos deixa soltos, ao sabor das letras, traços, vazios, absorvidos pelo ritmo do virar das páginas, abandonados às nossas impressões, surpreendidos pela limitação de sermos nós mesmos.

Ao SESC, aos editores e à equipe de produção de *Humanidades*, nossos agradecimentos. Aos leitores, a revista.

Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino  
*Diretora da Editora Universidade de Brasília*

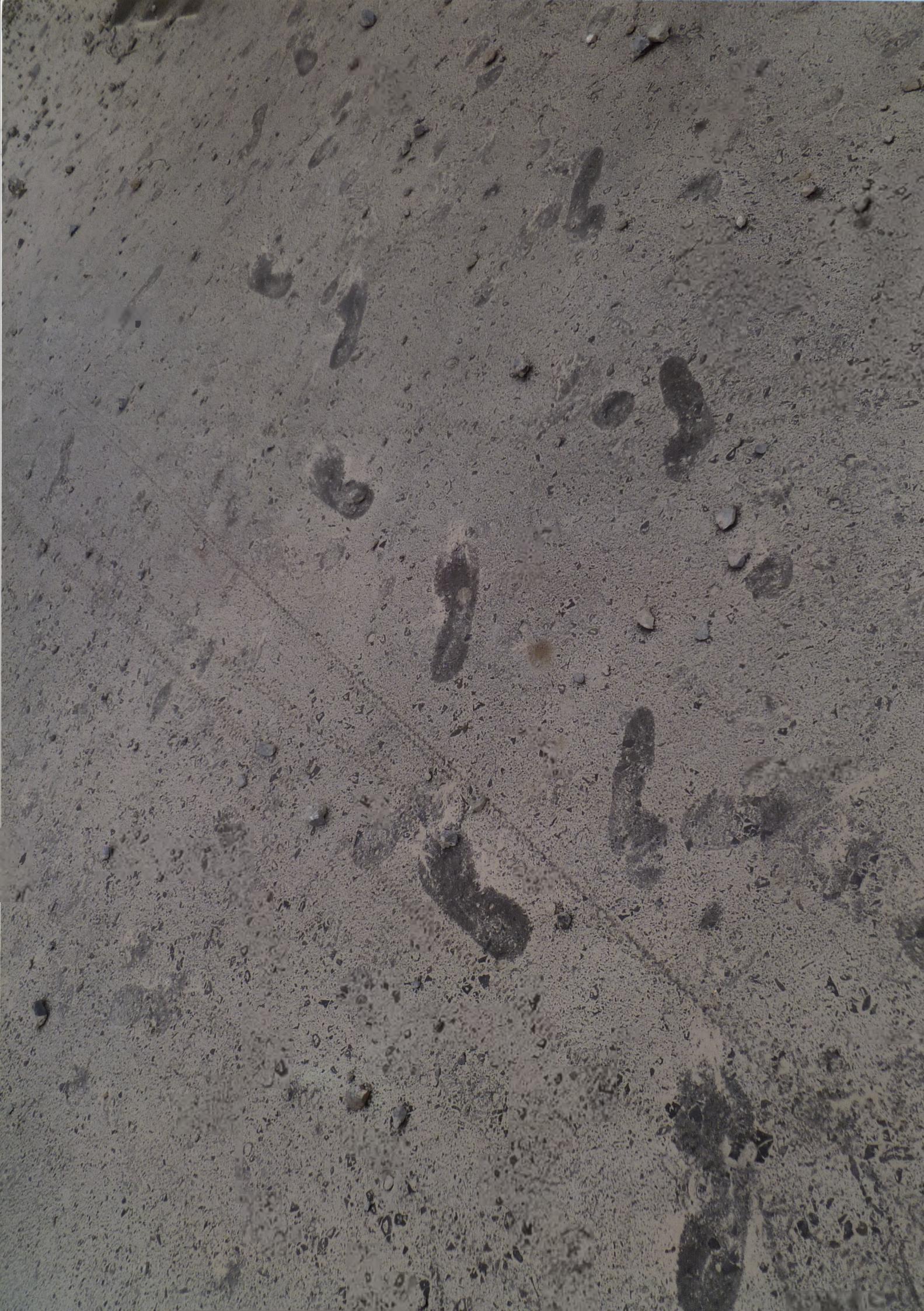


A valorização gráfica do S em *Humanidades* não é apenas um efeito de estilo ou um ornamento retórico da orientação editorial da revista. O reforço dessa perspectiva plural encontra-se expresso nas contribuições que compõem este número 59. Os colaboradores não só apresentam formações intelectuais variadas, como combinam, em seus textos e imagens, diversas sabedorias. Vemos entrecruzarem-se e miscigenarem-se, em torno da tríade temática REDES FLUXOS MIGRAÇÕES, formulações antropológicas, históricas, geográficas, literárias, plásticas, jurídicas, estéticas, sociológicas e filosóficas.

Por mais que o fenômeno da globalização houvesse inspirado os editores no momento em que escolheram REDES FLUXOS MIGRAÇÕES como tema articulador, por mais que tenha comparecido em muitos dos ensaios da revista, evitamos substancializá-lo. Foi atendida a expectativa de que sua instabilidade semântica permitisse uma abertura para interpretações que tornassem inteligível o fenômeno por meio de outras noções. O leitor verificará que, ao lado de REDES FLUXOS MIGRAÇÕES, combinam-se, em teias de significados, muitos outros termos: diásporas, percursos, traduções, fronteiras, descolonizações, exílios, interlocuções, estrangeiros... Como editores, convidamos nossos colaboradores a refletir acerca dos atuais movimentos planetários de pessoas, informações e bens (materiais e culturais), levando em consideração suas múltiplas expressões em diferentes experiências humanas e sociais.

Número pronto, notamos que, relativamente ao seu tema, algo de curioso se destacava. Entre seus colaboradores, há estrangeiros (alguns estabelecidos aqui) e brasileiros (alguns acolhidos lá fora). Encontram-se, sobretudo, deslocamentos históricos, em diferentes escalas e temporalidades, que os nomes dos autores expressam. Se Hespanha residente em Lisboa, Jaffelin, em Paris, os de origem ibérica – Velho, Madeira, Frota, Rocha, Lobão – vivendo em terras brasileiras não causam grande estranheza, já a carioca, Garcia Bergt, radicada na Alemanha, ou a argelina, Boulbina, na França, causam um pouco mais. Não se pode dizer o mesmo de Fiorese, Fabre, Eyben, Campbell, Ruffato e Haesbaert, que habitam nosso país. Há os casos mais expressivos, como o da congolesa Lagnado, que mora em São Paulo; e os do paquistanês Shaikh Abdurraheem Muslim Dost e o do natural de Bahrein, Al Dossari, que, após estarem detidos no lugar-nenhum de Guantánamo, não se sabe bem onde estão agora. Por fim, a encarnação linguística desses movimentos humanos é Otto Maria Carpeaux: judeu-austríaco nascido Otto Karpfen que, ao se converter ao catolicismo, introduziu o Maria e, ao se mudar para o Brasil, em 1939, trocou Karpfen por Carpeaux. E nem falamos dos deslocamentos intranacionais. Viva essa Babel de nomes em *Humanidades*!

Cristiano Paixão e José Otávio Guimarães  
Editores de *Humanidades*



# REDESFLUXOSMIGRAÇÕES

- 8 LABORATÓRIO DE EXTRAVIOS DA FORÇA MOTORA DO SEMIÁRIDO [PROJETO] | eduardo frota
- 16 OTÁVIO VELHO | por cristiano paixão e josé otávio guimarães | **entrevista**
- 22 GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRACIA E VIDA JUSTA | antónio manuel hespanha
- 32 ANOTAÇÕES SOBRE A NATUREZA DO ESPAÇO | 63 AZULEJOS DE PAPEL | 99 POR OUTRAS PRÁTICAS E ESPACIALIDADES | 135 CONTRA AS PALAVRAS DE ORDEM | poro
- 34 DIÁSPORAS E MIGRANTES | rogério haesbaert
- 44 SOLO ESTRANGEIRO | fernando fiorese | **poesia**
- 46 LÍNGUAS NA FRONTEIRA, LÍNGUAS NA DIÁSPORA | angélica madeira
- 56 AS MIGRAÇÕES E SEUS PENSAMENTOS SELVAGENS | seloua luste boulbina
- 64 RESIDENZPFLICHTDOC | denise garcia bergt
- 70 TEMPO(S) E ESPAÇO(S) DO(S) DIREITO(S) | ronaldo lobão
- 80 PROBLEMAS DE INTERLOCUÇÃO | lisette lagnado
- 92 MIGRAR, ESCRITURA – A TI, EXILADA | piero eyben
- 100 DA REDE AO RIZOMA | emmanuel jaffelin
- 112 JAMES JOYCE EM TRIESTE | otto maria carpeaux | **releituras**
- 118 A MENINA | luiz ruffato | **prosa**
- 120 PERGUNTAS ORDINÁRIAS EM PERCURSOS EXISTENCIAIS | enrico rocha
- 128 POEMA DA MORTE | jumah al dossari | **poesia**
- 130 IMIGRAÇÃO E TRÁFICO DE PESSOAS | luiz carlos fabre | **narrativas**
- 134 DOIS FRAGMENTOS | shaikh abdurraheem muslim dost | **poesia**
- 136 TUBOS MIGRATÓRIOS | eduardo frota
- 144 MOBILIDADE SOCIAL E IDENTIDADE CULTURAL | josé roberto sfair macedo | **sesc**

# **LABORATÓRIO DE EXTRAVIOS DA FORÇA MOTORA DO SEMIÁRIDO**

[PROJETO]

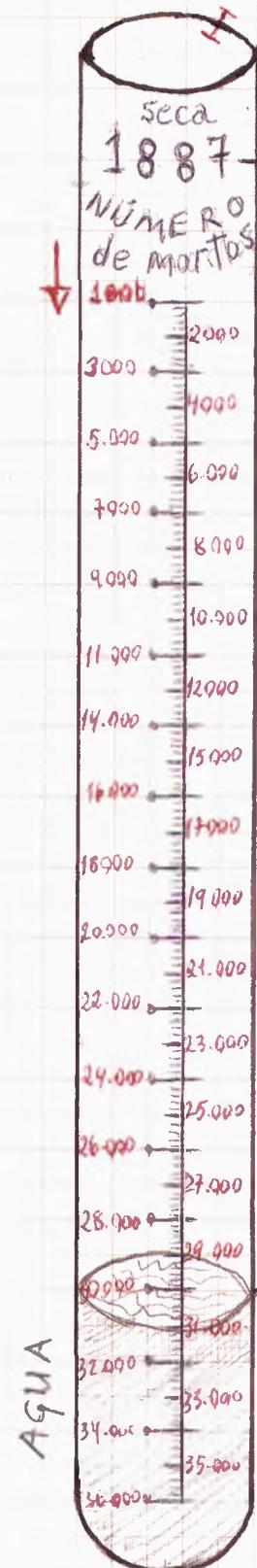
eduardo frota

Eduardo Frota  
**Laboratório de extravios  
da força motora do semiárido**  
projeto  
desenho  
20×30cm  
2012

# DESENHO

I

↑  
2m 30cm



ESPESSURA do vidro  
5 ou 7 ML

dados sobre a seca:  
presidente  
governador  
da província

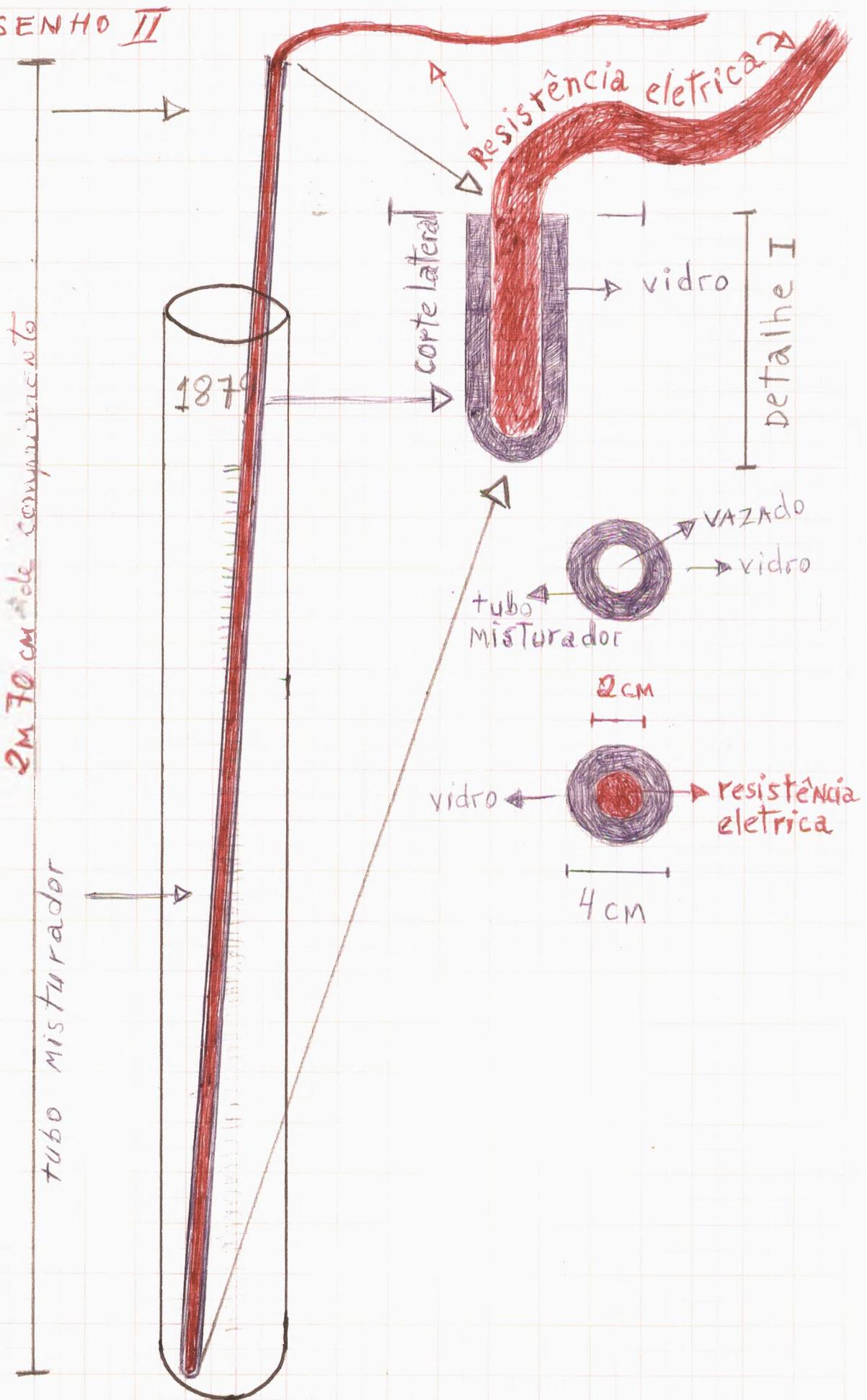
nº de mortos

obs: o nível da água  
em cada tubo  
de ensaio, indicará o  
número de mortos

∅ 25 cm

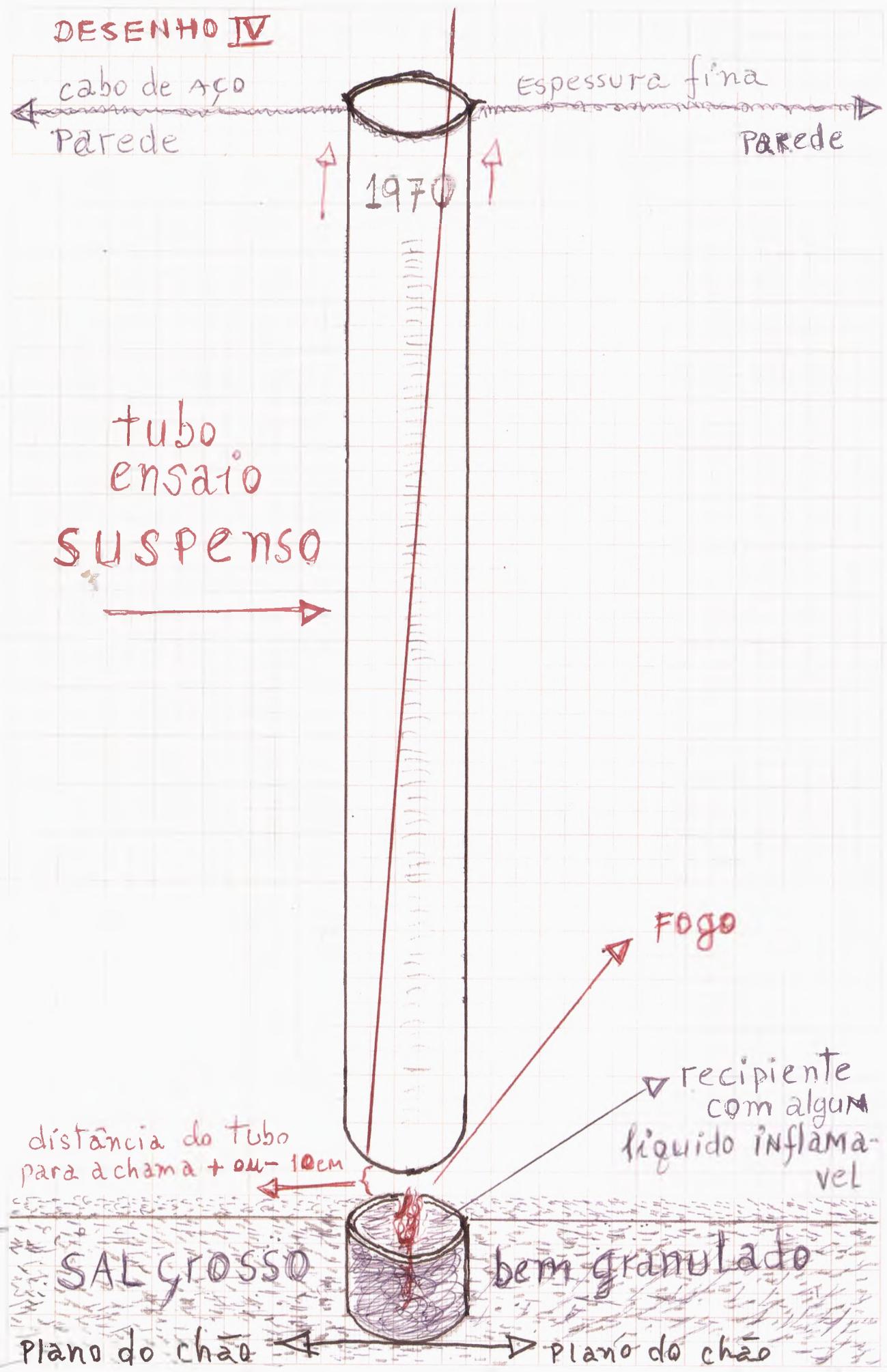
Eduardo Frot  
Laboratório de extravios  
da força motora do semiárido  
projeto  
desenho  
20x30cm  
2012

DESENHO II

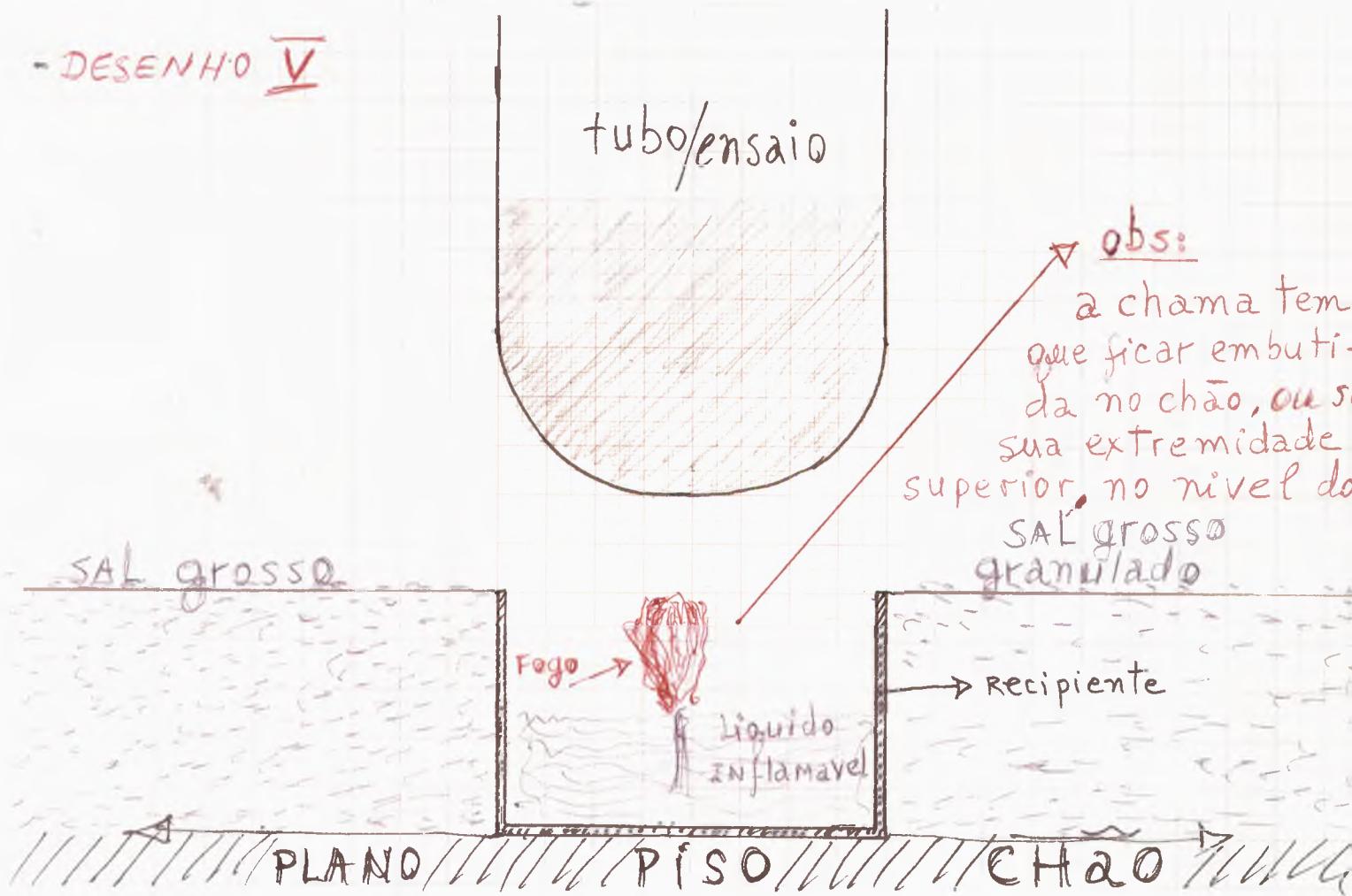


Eduardo Frota  
Laboratório de extravios  
da força motora do semiárido  
projeto  
desenho  
20x30cm  
2012

## DESENHO IV



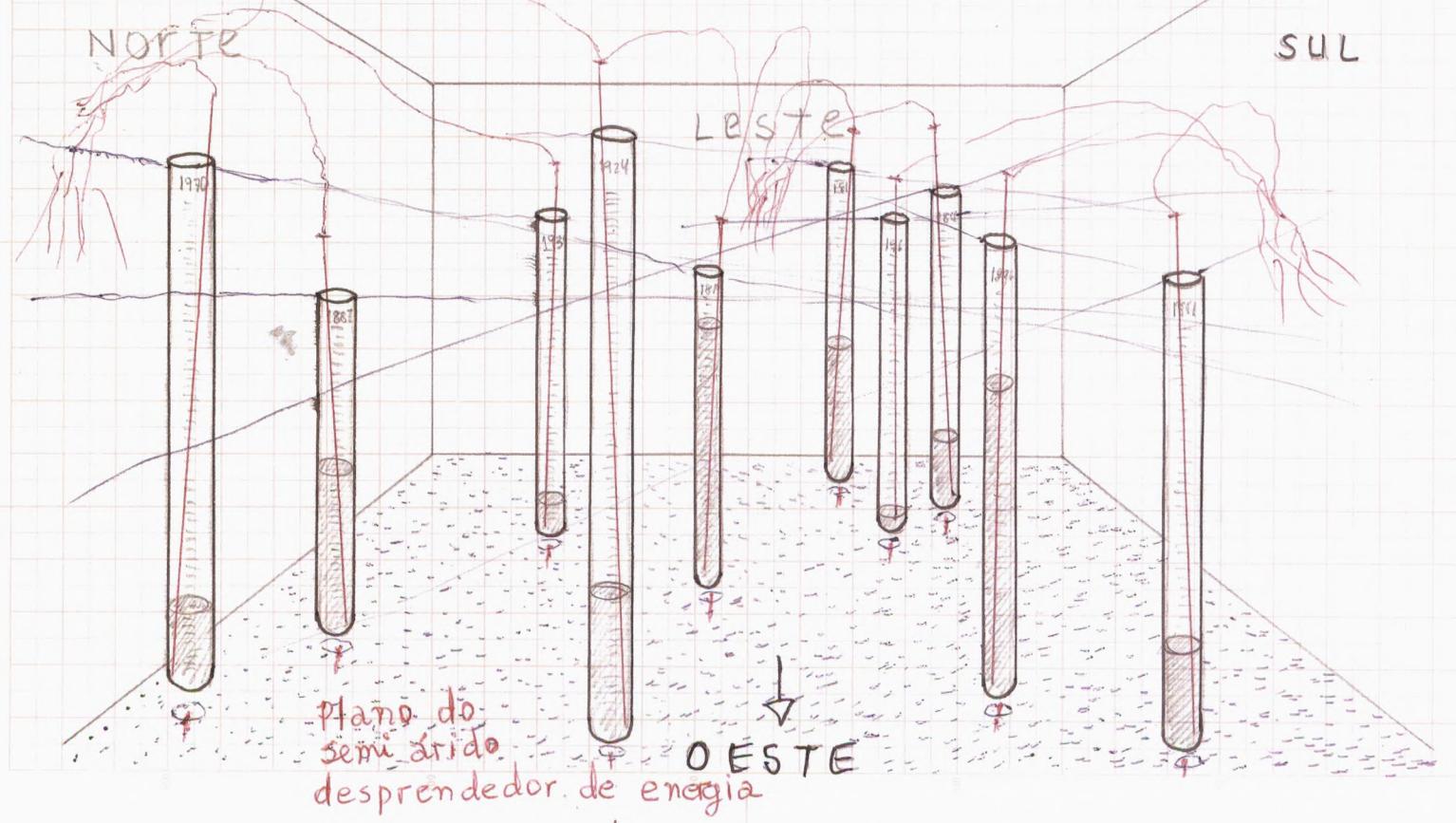
- DESENHO V



Eduardo Frota  
Laboratório de extravios  
da força motora do semiárido  
projeto  
desenhos  
20x30cm (cada)  
2012

DESENHO VII

obs: a resistência elétrica/sistema migratório será energia condutora para os 4 pontos cardíais/regiões



# OTÁVIO VELHO

por cristiano paixão e josé otávio guimarães

Otávio Velho é professor e pesquisador emérito do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ. Desde seu doutorado na Universidade de Manchester, em 1973, procurou conciliar a sociologia com a antropologia, evitando a contradição entre a generalização sistemática e a “riqueza do real”.

Paralelamente à sua trajetória como professor e pesquisador, presidiu, entre 1986 e 1988, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e teve participação ativa na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) na década de 1980, vindo depois a se tornar também seu conselheiro e vice-presidente.

Otávio Velho soube combinar interesses acadêmicos e não acadêmicos. Uma das expressões desse movimento pessoal foi sua aproximação do fenômeno religioso, que, paradoxalmente, o fez se sentir mais próximo das ciências sociais, na medida em que o levou a uma revisão do conjunto da antropologia e das questões consideradas relevantes para a compreensão do Brasil e da chamada modernidade. Desses interesses decorre sua relação com o Instituto de Estudos da Religião (Iser), instituição que presidiu entre 1989-1990, e com o Conselho Mundial de Igrejas, onde atua como membro do grupo de consultores sobre diálogos inter-religiosos.

Possui diversos livros publicados, entre eles, *Mais realistas do que o rei: ocidentalismo, religião e modernidades alternativas* (2007), *Besta-fera: recriação do mundo – Ensaios críticos de antropologia* (1995) e *Capitalismo autoritário e campesinato* (1976).

**HUMANIDADES** De que modo os três termos que compõem o tríptico temático deste número – redes, fluxos, migrações – podem ser articulados à sua percepção do fenômeno da globalização?

**OTÁVIO VELHO** Se me permitem, preferiria não partir de uma definição desses três termos que pudesse se mostrar enganadoramente didática, já que o seu uso, na verdade, varia muito de autor para autor e em diferentes contextos. Como alternativa, eu deslocaria a questão subjacente para um plano mais epistemológico. E, sendo assim, gostaria de chamar a atenção para alguns interessantes comentários feitos pelo antropólogo Tim Ingold, em seu último livro,<sup>1</sup> no sentido de como o caminhar, nos últimos duzentos anos, teria sido marginalizado por nossa *sitting society* devido

1 | Ingold, Tim. *Being Alive: essays on movement, knowledge and description*. Londres; Nova York: Routledge, 2011.

2 | Silva, Evaldo Mendes da. *Folhas ao vento: a micromobilidade de grupos Mbyá e Nhandéva (Guarani) na Tríplice Fronteira*. Cascavel: Edunioeste, 2010. p. 89-90.

à separação realizada entre pensamento e ação, mente e corpo, cognição e locomoção, que, no limite, impede que se pense com os pés. Pois, compare-se essa linha de raciocínio com o que disseram os índios guarani *Mbya* e *Nhandéva* na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai ao antropólogo Evaldo Mendes da Silva – vale a pena citar:

*As divindades, assim como os homens, vivem em movimento [...]. A Terra, assim como os céus, é povoada por inúmeros seres: humanos, animais e pelas almas dos mortos [...]. Assim como os deuses nos céus, estes seres também passam a vida caminhando. Como me explicou certa vez o pajé Mbya Valdomiro: "na Terra, tudo que tem alma [...] e fala [...], anda", desse modo a Terra é concebida como uma imensa superfície de deslocamento, não apenas dos Mbya e dos Nhandéva, mas de todos os seres que a habitam. Eles passam a vida caminhando [...]. Mesmo quando, aos meus olhos, eu via imobilidade, meus informantes enxergavam movimento.*

*O espaço geográfico como uma superfície de passagem surge também quando se fala sobre como vivem os brancos. Certa vez, pedi a um informante Nhandéva que me dissesse em que locais ele tinha estado desde a infância. No final, surpreso com a longa lista, comentei que os Nhandéva caminhavam muito, muito mais que os brancos. Meu informante achou meu comentário engraçado e quis provar como os brancos é que caminhavam muito mais. Pediu-me, assim como fiz com ele, que listasse os locais por onde passei desde pequeno. Vendo que minha lista era muito maior que a dele, interrompeu-me com um sorriso estrondoso, contente por ter conseguido provar sua teoria.<sup>2</sup>*

Creio que o texto de Evaldo, em toda a sua extensão, fala por si mesmo. Sobretudo, em sua ênfase no espaço entre as aldeias como campo de pesquisa e no fato de que não há por que considerar o caminhar como um desvio em relação ao não caminhar, tomado como estado natural, inercial. É interessante que essa postura epistemológica do primado do não caminhar, que agora se busca relativizar – o que por vezes é identificado com a globalização –, é fruto de uma modernidade anterior que, entre nós, fez a crítica de noções então consideradas ingênuas e não científicas, como a de “instinto migratório atávico”, que, descontada a sua datação vocabular e as referências históricas, talvez hoje pudesse ser revisitada – pelo menos, os trabalhos e descrições a que tenha dado origem. Realmente, o fato de tanto o antropólogo inglês quanto os índios guarani apontarem na mesma direção pode sugerir esse esforço, estimulando também pesquisas que indiquem que, para muitas camadas da população, o “caminhar”, genericamente, é reconhecido como parte de suas vidas. O que, então, poderá levar também a uma revisão de conceitos semelhantes aos indicados na pergunta.

No que diz respeito às redes, por exemplo, Tim Ingold critica o fato de esse conceito tomar como referência pontos a serem interconectados, o que ele prefere ver substituído por linhas ou trilhas entrelaçadas (elas mesmas, portanto, já sugerindo movimento), que se combinam em verdadeiros novelos, por assim dizer. Mas isto é um trabalho em boa parte ainda por se fazer, que envolveria uma perspectiva multidimensional, cuja pesquisa incluiria, necessariamente, o tempo – de um modo tal que as trajetórias fossem tratadas como recurso presente – e que talvez não fosse estranha à utilização de novos recursos tecnológicos e computacionais.

HUMANIDADES Você já escreveu que a globalização, simultaneamente tão velha e tão nova, deveria ser tratada como um mito, entendendo-se, contudo, mito em seu “sentido forte: organizando e constituindo o real de um modo, hoje, aparentemente incontornável”. O que, precisamente, é incontornável no mundo contemporâneo?

OTÁVIO VELHO O que me parece incontornável é a consciência da interconectividade. Ou mesmo do entrelaçamento – se seguirmos Ingold, embora não devamos cair num nominalismo exagerado –; a mesma interconectividade (ou entrelaçamento) de que desde sempre nos falaram as religiões, mas que o individualismo moderno, de certa forma, negava ao colocar o indivíduo no centro do mundo e do cosmos. Essa interconectividade, portanto, não é apenas um corte entre uma modernidade globalizadora e as sociedades que a teriam precedido. Trata-se de um mito, precisamente, porque, a partir dessa consciência, pode-se rever o conjunto das histórias das nossas sociedades, libertando-as de uma visão que se tornou estereotipada. Hoje é possível, por exemplo, traçar a genealogia de noções que organizaram nosso pensamento, como o localismo, o tribalismo e mesmo a tradição. Essa genealogia, em muitos casos, nos conduziria até os discursos, estratégias e culturas coloniais, que eu argumentaria, ainda, estarem muito mais presentes entre nós do que nos damos conta. Creio que os Guarani – como eles mesmos sugeriram ao antropólogo Evaldo Mendes – não podem mais ser tratados com o grau de excepcionalidade com que foram no passado, devido à projeção não só de nossos conceitos, mas também de nossos preconceitos. Seriam melhor vistos hoje como casos-limite, que têm o que dizer de relevante para nós.

Ao mesmo tempo, eu hoje acentuaria o que me parece não ser tão incontornável assim, mas objeto de debate e de disputas. E isso tem a ver com a globalização não propriamente como mito, mas como ideologia. Ideologia que pretende uma homogeneização global, passando como um trator por todas as especificidades humanas ou, pelo menos, obrigando todos a obedecer a uma mesma norma universal, o que me parece não fazer justiça à demanda por um pensamento complexo para navegar no mundo de hoje. Mesmo noções como as que citei (localismo, tribalismo, tradição) passam a ser (re)construídas a partir do *telos* globalizador, o que impede o entendimento da construção das categorias que pretendem moldar o nosso pensamento e os limites da sua eficácia. Da mesma forma, acontece com a apreensão de evidências empíricas que não se enquadram nessas construções, como o multilinguismo africano. Essa operação hoje me parece mais ideológica que mitológica, seguidamente associada a objetivos políticos bem definidos, quando não a uma absolutização da lógica do capital.

Recentemente, li um livro sobre o Egito no século XX, escrito por Timothy Mitchell,<sup>3</sup> que trata disso com uma abundância de dados etnográficos e de articulação entre os processos globais e os supostamente locais que mereceria ser tomada como referência entre nós. Ele argumenta, inclusive, que a própria noção de economia, em seu sentido atual, é extremamente recente, datando de meados do século XX. E, aí, creio que a antropologia preserva (ou retoma) sua atualidade, inclusive para os temas centrais deste número de *Humanidades*.

3 | Mitchell, Timothy. *Rule of experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity*. Berkeley: University of California Press, 2002.

**HUMANIDADES** Ao mesmo tempo em que a recente “situação vulnerável” (James Clifford) da antropologia pode ser vista como sintoma da nova realidade global, seus “dramas disciplinares”, como você disse, “podem ser eles próprios fontes privilegiadas para se compreender a globalização”. Como explicar esse aparente paradoxo?

OTÁVIO VELHO Esta pergunta está conectada ao que eu já vinha dizendo. Creio que a antropologia pode ter um papel importante no reconhecimento dos limites da globalização enquanto absolutização da lógica do capital. No entanto, ao mesmo tempo, não se pode responder a esses desafios de forma tradicionalista, o que levaria a antropologia a não superar as oposições constitutivas do pensamento que se pretende hegemônico. Não se pode exaltar o localismo, por exemplo, como se, com isso, a globalização pudesse ser exorcizada. Tampouco se deve supor que as populações preferencialmente estudadas pela antropologia são incapazes genericamente de construir sua própria história ou, ainda, que sejam frágeis como um bibelô, embora isso evidentemente não signifique negar a violência de que seguidamente são objetos. No que diz respeito ao estudo de redes, fluxos e migrações, já existem entre nós trabalhos que, tomando-os como tema, evitam tanto sua subordinação à lógica exclusiva do capital quanto sua demonização. É o caso da pesquisa de Gil Almeida Felix,<sup>4</sup> realizada na mesma região onde, ainda na década de 1960, iniciei minhas atividades de campo na antropologia: o Tocantins paraense. Seguindo a mesma *démarche* – o que me parece pertinente para o assunto desta entrevista –, que consiste em romper a oposição entre o local e o que hoje se denomina global, ao pensar o lugar do trabalho de campo como um ponto de partida e não como um universo fechado. Tanto da perspectiva da lógica da pesquisa quanto dos próprios agentes envolvidos, não há uma restrição ao local – embora a construção de uma totalização, mesmo que provisória, se dê a partir de um lugar.

Talvez o mais importante entre o que Gil Felix destaque seja a necessidade de reconhecer a existência de atores a demandar o seu reconhecimento como tais em espaços que lhes costumam ser negados; atores que possuem capacidade de agenciamento, sem que isso se oponha às estratégias e sujeitos de natureza coletiva. Agenciamento que, visto “de fora”, ganha características de práticas “irracionais”, como é o caso dos deslocamentos espaciais dos camponeses, que não são – nas palavras de Gil – “condizentes com o que preceituaria o bom senso burguês de pretensões universais ou então ganham feições de uma perda infinita e cruel imposta a eles, os ‘sujeitados’ da história”. Nesse último caso, o olhar, por vezes, baseia-se numa dicotomia talvez politicamente correta, mas tão simples quanto enganadora e empobrecedora entre uma intervenção planejada ingênua e uma dinâmica local inalterável. Suposição que, por mais bem intencionada que seja, subestima “a capacidade de elaboração e de construção de estratégias diante das condições de possibilidade constituídas em cada contexto social”, bem como subestima, de uma maneira mais geral, a capacidade de aprender com a experiência e de se renovar enfrentando desafios.

Gil reconstitui, passo a passo, cuidadosamente, as redes (ou seriam novelos?) que esses agenciamentos organizam. Redes de amplitude, em muitos casos, nacional (e, às vezes, até internacional), que servem para pôr em questão

4 | Felix, Gil Almeida. *O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

dicotomias como a que opõe o “local” ao “global”. Esse é um bom exemplo de como a antropologia pode contribuir ao entendimento da globalização, reenquadrando-a, inclusive, para que não seja reificada, mas vista como um processo social comparável a outros, em que os grupos sociais não são apenas joguetes, mas constroem e buscam levar a cabo seus próprios projetos.

*HUMANIDADES Que relações se desenvolvem, na contemporaneidade, entre o global e o local? Como as transformações trazidas pela globalização afetam as percepções locais do tempo e do espaço?*

OTÁVIO VELHO Creio que, de certa forma, já dei algumas indicações em relação a essa questão. Sobretudo, acho necessário que, sem negar a globalização, ela não seja tratada como uma entidade metafísica todo-poderosa. É evidente que isso que se chama globalização terá o seu impacto e, negá-lo, parece-me um equívoco. Mas este variará de caso para caso, justamente porque seria necessário, em cada uma das situações, ver exatamente o efeito causado, para além dos rótulos. Não fazê-lo é, de certa maneira, análogo ao que ocorre quando se fala genericamente das transformações devidas ao aquecimento global sem se verificar exatamente qual está sendo a consequência na vida das pessoas, quais são precisamente seus agentes e como as pessoas reagem. Essa avaliação é necessária, inclusive, para organizar uma ação política, bem como para verificar o que há de novo.

A propósito, a antropóloga Ann Laura Stoler<sup>5</sup> utiliza a literatura sobre os movimentos de independência da América Latina para pensar movimentos que, por extensão de seu uso hispano-americano, denomina crioulos e que, embora derrotados, espocaram durante o século XIX, nada mais, nada menos, que nas Índias orientais holandesas! Movimentos associados de modo complexo – mas muito mais efetivo do que sonhariam os que só pensam na eficácia dos atuais meios de comunicação eletrônica – com acontecimentos como os movimentos revolucionários de 1848 na Europa. Portanto, há muitas maneiras de afetar as noções de tempo e espaço. Mas nunca essa afetação deve ser identificada com um impacto externo que encontra diante de si seres inermes.

*HUMANIDADES Há uma maneira brasileira de participar das redes, fluxos e migrações globais?*

OTÁVIO VELHO É possível que sim, à medida que as pessoas se identifiquem como brasileiras. Identidade, aliás, que, além de conviver com outras, tem uma história muito mais recente do que em geral nos damos conta, como nos mostra o excelente livro do diplomata e doutor em história pela Universidade de Brasília, Luís Cláudio Villafañe G. Santos, *O dia em que adiaram o Carnaval*.<sup>6</sup> Do mesmo modo, seria possível verificar diferentes maneiras de participar sem, portanto, exagerar as nossas especificidades ou suposta excepcionalidade: o tema da miscigenação e seus usos ideológicos, entre outros, é recorrente, de modo polêmico, em boa parte da América Latina, embora teimemos em ignorá-lo. Mesmo porque, como já sugeri, existem outras fontes de identidade além da nacional. Por exemplo, seria muito interessante verificar até que ponto a experiência no exterior não leva as pessoas a assumirem outras identificações, como a de latinos, hispânicos etc. Além do reconhecimento crescente de duplas e triplas nacionalidades, o que pode ser muito instigante para uma renovação da própria teoria social.

5 | Stoler, Ann Laura. *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton-Oxford: Princeton University Press, 2009.

6 | São Paulo: Editora Unesp, 2010.

7 | Letícia: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

**HUMANIDADES** *O Brasil é, cada vez mais, um destino de imigrantes (bolivianos, haitianos e outros). Já há "coiotes" brasileiros especializados em burlar regras e autoridades para inserir imigrantes ilegais em território nacional. Essa rápida mudança de sentido (de um país que exportava mão de obra a uma nação que passa a ser ponto de chegada de trabalhadores estrangeiros) imprime novas características à forma como são percebidos o nacional e o estrangeiro?*

**OTÁVIO VELHO** É bom registrar que o caminhar dos guarani na chamada Tríplice Fronteira se dá, inclusive, atravessando fronteiras. Também vale a pena lembrar que o fato de um país se tornar de imigração não significa que automaticamente deixe de ser também de emigração. Porém, de qualquer maneira, creio que ainda não temos muitos dados a respeito desses desenvolvimentos, mesmo do repatriamento de brasileiros. Trata-se de uma realidade que precisa ser abordada em toda a sua complexidade, sem reducionismos. Na verdade, tudo isso é um bom exemplo de como não basta falar de globalização genericamente (assim como de Estados nacionais); é necessário verificar exatamente qual está sendo o impacto na vida das pessoas e dos grupos sociais. Mas é provável que sim, que isso afete as percepções; e essa indicação tem o mérito de sugerir que a chamada globalização ainda não é a fonte principal de identificações, além de não apagar, de maneira mais geral, a presença dos Estados nacionais, que, por sua vez, também não devem ser absolutizados ou naturalizados. Da mesma forma, a tendência já referida ao reconhecimento de duplas e triplas nacionalidades é aí um desenvolvimento extremamente interessante, assim como o do regionalismo no âmbito da América do Sul. Regionalismo que, aliás, para não ser tomado ingenuamente, deveria nos obrigar a encarar os aspectos menos agradáveis das nossas atitudes em relação aos vizinhos, o que nos é sugerido por um livro instigante do historiador colombiano Carlos Zárate Botía, intitulado *Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Peru y Colômbia 1880-1932*.<sup>7</sup>

É necessário, igualmente, que não nos escudemos em percepções culturalistas, que ignorem as dimensões políticas da questão, ou que sejam tomadas como realidade inamovível, que constranja a falar grosso com os haitianos e fino com os europeus, por exemplo. Aí creio que tocamos no cerne da questão que é colocada: esta é a hora da verdade para nós, que costumamos nos queixar de como são tratados os brasileiros no exterior. Agora, sim – associando esta pergunta à anterior –, veremos se há uma maneira brasileira de participar das redes, fluxos e migrações. Que esta maneira de praticar a interculturalidade não se trate apenas de um estilo nacional triunfalista, cultivador de um excepcionalismo, mas que, pelo contrário, represente uma contribuição autêntica no interior dessa globalização. Globalização que, como disse, se tem algo de incontornável, é a consciência da interconectividade ou mesmo do entrelaçamento – consciência no sentido forte de produtora de ações, com todas as consequências políticas, econômicas, culturais e mesmo éticas daí advindas. Era o que eu queria ressaltar quando falava da globalização como mito, embora talvez hoje dissesse isso de maneira diferente.

Cristiano Paixão é professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

José Otávio Guimarães é professor do Departamento de História da Universidade de Brasília.



# GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRACIA E VIDA JUSTA

antónio manuel hespanha

O rating da democracia baixa incessantemente perante nossos olhos. Dir-se-ia que, depois de 200 anos de encantamento ideológico, a realidade irrompeu a galope por nossas cidades. É isto que os sábios dizem, compungidos, mas resignados. Os argumentos são sempre de tipo realista, arrancando todos dos diversos rostos da ideia de inevitabilidade.

A inevitabilidade é, para o senso comum e corrente, o modo como as coisas estão estabelecidas. As coisas são, para o mesmo comum e corrente senso, o modo como o estabelecido ganha o estatuto de uma realidade objetiva e inevitável. Há por aqui fumos fortes de petição de princípio.

Seja como for, uma das tais coisas que está estabelecida é que o mundo se globalizou.

Como a globalização tem uma conotação intuitivamente positiva, seu rating sobe gradativamente. Seria um sinal de uma desencapsulação do mundo que estaria em marcha desde o movimento expansivo do *big bang*. E, com isto, democracia e globalização aparecem como realidades inversamente proporcionais. A primeira em definhamento, a segunda em extensão. Embora haja quem pense a globalização como a fase final da cidadania universal e, por isso, como o florescimento final da democracia, isso parece, para espíritos menos otimistas, tão pouco provável – pelo menos tão pouco comprovável – como a parúsia do Fim dos Tempos. Não obstante, vastos setores da sociedade humana estão sendo sujeitados a medidas reais de impacto variado em nome dessa promissora necessidade.

No plano do direito, a questão da globalização põe-se muito fortemente. Até há pouco, as ordens jurídicas, com seus direitos e seus deveres, estavam ligadas a comunidades reais. Antes, porque incorporavam sua tradição; mais tarde, porque representavam sua vontade. Hoje, porém, vivem-se tensões fortíssimas entre as exigências e as faculdades de direitos globalizados e os consensos de uma comunidade particular, nomeadamente dos consensos obtidos pelos processos de fazer o direito nos Estados democráticos. Um exemplo típico é o do direito comunitário europeu. Na verdade, a "constituição econômica" da União Europeia (cujos princípios estão consagrados nos arts. 2º e 3º do Tratado de Roma) tem apenas uma débil legitimação democrática, tal como é débil a democraticidade dos ulteriores tratados, que modificaram a natureza, âmbito e atribuições da União.

A urgência ou mesmo o perigo de sua não ratificação sempre levaram a que se evitasse, cuidadosamente, submetê-lo à ratificação popular, mesmo quando importasse manifestas restrições a princípios constitucionais democraticamente estabelecidos. No caso concreto de alguns Estados europeus, acresce-se que o modelo econômico subjacente à constituição econômica da Europa é o de um mercado sem grandes restrições, bastante diferente daquele que subjaz a algumas constituições nacionais, baseadas na vontade constituinte do povo, que – como a portuguesa e a italiana – preveem políticas econômicas muito mais interventoras.<sup>1</sup>

A questão é de considerável importância, na medida em que o direito comunitário goza de eficácia interna direta. De fato, a doutrina da aplicação direta interna do direito comunitário, mesmo contra as disposições da lei e das constituições dos Estados-membros, foi sendo estabelecida autonomamente pelo Tribunal de Justiça das Comunidades (hoje Tribunal de Justiça da União Europeia), há mais de 40 anos, sem que tal estivesse contido nos tratados fundadores nem tivesse sido objeto de decisões dos cidadãos ou órgãos representativos dos Estados membros. Daí que tenha surgido nas cenas jurídicas nacionais um direito sem qualquer *pedigree* democrático, quer no sentido tradicional (de correspondência com a vontade do povo expressa nos termos da democracia representativa), quer no novo sentido de correspondência com consensos jurídicos da comunidade.

Alguns afirmavam, no entanto, sua esperança em que este alargamento dos espaços da regulação introduzisse pontos de vista que corrigissem o “paroquialismo” das comunidades menores, obrigando-as a se confrontar com perspectivas que, sendo subalternas ou dominadas internamente, podem ter uma expressão mais forte em comunidades mais vastas: seria o que se passa, por exemplo, com os direitos dos estrangeiros, dos emigrantes, com aspectos localmente menos reconhecidos dos direitos fundamentais ou das exigências da dignidade humana.

Realmente, o curso da política europeia nos últimos anos aponta justamente no sentido contrário – as relações hegemônicas internas vêm a ser reforçadas por políticas globais gizadas por uma espécie de coalizão espontânea dos interesses locais mais fortes e mais globalizados. Em nome da globalização da regulação laboral exigida pela igualdade de competição das empresas, reduzem-se os direitos, garantias e condições de trabalho dos trabalhadores em direção aos mínimos globalmente conhecidos; em nome da mesma competitividade, o direito fiscal internacional – uma coisa acertada autonomamente pelos tributados e tornado efetivo por mecanismos de deslocalização, de paraísos fiscais e de engenharia

1 | Ver *Costituzione della Repubblica Italiana* (art. 41) e *Constituição da República Portuguesa* (art. 61, tít. III, cap. I).

financeira – reduz a fiscalidade sobre as empresas e sobre os acionistas, dispensando-as de contribuir para as despesas nacionais (e internacionais, naturalmente).

A desamarragem do direito da âncora estadual cria dinâmicos e convenientes direitos arbitrais, em que as normas são escolhidas *à la carte*, ainda quanto têm efeitos sobre terceiros. A recente crise das dívidas externas europeias levou esta deslocação jurídica e constitucional ao ponto de muitos constitucionalistas abdicarem de qualquer papel dirigente ou hegemônico da constituição, considerando que esta nada pode quanto à “força dos fatos” ou a “suprema urgência”, podendo ser desativada, mesmo sem a tradicional declaração de estado de exceção. É assim que os “acordos” com as entidades financiadoras têm sido consideradas mais vinculantes que os princípios constitucionais, transformando-se eles mesmos em verdadeiros princípios constitucionais. A desvalorização da importância constituinte da comunidade concreta e mesmo de interesses fundamentais concretos das pessoas – como o direito à vida ou à saúde em casos extremos – podem ser racionados em função de parâmetros impostos globalmente. Por exemplo, como recentemente se ouviu num painel televisivo de “sábios portugueses” (uma ex-ministra das finanças, um médico laureado, um sociólogo respeitado, um constitucionalista influente, um ex-primeiro-ministro e grande patrão dos meios de comunicação), pode ser que idosos (de mais de 70 anos) carentes de operações cirúrgicas deixem de ter direito a elas, porque assim tem acontecido em outros lugares do mundo. A eutanásia indireta globaliza-se – com diferenciação social –, passando por cima tanto do direito constitucional à vida e à saúde como do direito a uma tendencial igualdade.

Outra ilustração do impacto do alargamento dos espaços de regulação sobre a democraticidade do direito, entendida como sua proximidade em relação aos consensos normativos de uma comunidade mais restrita, diz respeito à consideração “local” de direitos humanos “globais”. Aqui o formato das tensões é um pouco diferente nas suas consequências. A centralidade da soberania constituinte do povo – centralidade política e jurídica da constituição – convive com algo que também pode ser encarado como um patrimônio do Estado democrático: a valorização dos direitos humanos como uma ordem jurídica autônoma, decorrente de um valor irrenunciável – a dignidade humana – e superior à própria vontade popular; vontade, por isso, limitada, e não soberana.

Se atentarmos para o fato de que o conceito de dignidade humana não pode ser definido de forma unívoca, pois está ligado a valores culturais e, até, à sensibilidade de cada um, entenderemos facilmente que, na tradição

constitucional e política ocidental e, ainda, nos dias de hoje, o primado da vontade constituinte do povo e a garantia dos direitos humanos não foram e não são, frequentemente, valores facilmente acomodáveis. Nisso se traduz a conhecida polêmica oitocentista entre “democratas” (partidários da vontade geral como supremo critério de justiça; liberdade = participação) e “liberais” (defensores dos direitos humanos como esfera de proteção de cada um contra a vontade das maiorias: liberdade = garantia). Somar “primado da soberania popular” com o “primado dos direitos humanos” pode, por isso, ser uma soma de valores de sinal contrário, em que ambos se anulam mutuamente.

Pode, de fato, acontecer que uma cartilha universal de direitos não coincida com aquilo que uma comunidade acha que deva ser reconhecido como prerrogativas ligadas à dignidade humana. Ou, numa situação em que valores orientadores têm de ser confrontados uns com os outros, pode acontecer que, localmente, se entenda que os direitos têm de ser confrontados com deveres (de solidariedade, de salvaguarda do bem comum, de direitos de outras pessoas etc.) que podem limitar seu alcance concreto. É possível dizer que, posta a questão num plano formal, não é muito difícil comprovar que existe consenso sobre o fato de as pessoas serem portadoras de direitos inerentes à sua personalidade. Todavia, se se passar de um plano meramente formal para um plano substancial, este consenso desaparece rapidamente, pois falta uma enumeração verdadeiramente universal de “direitos humanos”. Ao compulsar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada em 1948 pela Assembleia Geral da ONU, e se testar a probabilidade de cada um dos direitos aí evocados ter uma aceitação universal, surgem dúvidas de que isso aconteça em muitos artigos. Sendo também certo que, sem exceção, todos esses direitos se formaram na tradição política ocidental, chegando a ser insólito que as culturas políticas não europeias não tenham conseguido introduzir no catálogo nem um único valor político próprio – desde a solidariedade familiar e comunitária e o respeito pelos mais velhos ou mais cultos, da tradição confuciana à caridade e hospitalidade, da tradição muçulmana à resistência pacífica, da tradição política hindu à propriedade coletiva da terra, de tantos povos africanos e americanos.

A forma de compatibilizar as duas grandezas é reduzi-las a um denominador comum. E esse dominador comum é constituído pela verificação de qual foi o catálogo de direitos humanos concretamente recebido como consensual na comunidade “local”, o que se pode verificar por sua constitucionalização ou por outra forma inequívoca de recepção pelas instâncias jurisdicionais locais. Se um catálogo de direitos tiver sido efetivamente recebido, ele é, de fato, direito “local”, legitimado em termos

democráticos; se não o tiver sido, então, por mais lamentável que isto pareça, não o é. Nesse caso, seu efetivo reconhecimento vai depender da capacidade de se o tornar consensual na esfera de diálogo jurídico local.

De alguma forma, este requisito de apropriação “local” de catálogos universais de direitos corresponde àquilo a que se tem chamado “glocalização”: o mais provável é que o direito funcione mal – dê origem a maus resultados (insatisfatórios, perturbadores ou pouco estabilizadores das relações sociais) – quando é estendido artificialmente, autoritariamente, para fora de seu “ambiente” de origem. Por isso, as operações de importação ou exportação imatura de soluções jurídicas (*legal transfers*) não conduzem, geralmente, a bons resultados. O mesmo se passa com as decisões de se adotar direitos “globais”: nunca é certo que produzam os resultados esperados, pois há fatores do ambiente “local” que distorcerão os modelos jurídicos “globais”, conferindo-lhes “um tom” local. O mais certo é que os projetos de globalização do direito acabem por dar origem a um direito “glocal”, ou devam mesmo se transformar nisso para serem localmente aceitáveis. Isto quer dizer que, em nome de um direito democraticamente enraizado na cultura local – medido por sua adoção pela malha institucional e procedural dos Estados democráticos –, pode ser que direitos humanos cosmopolitas tenham de ser suspensos, enquanto não conseguirem conquistar consensos nas “casamatas da sociedade civil”, como diria Gramsci.

Outra questão é a de saber se este mercado global é a fonte de – ou a via para – um mundo de liberdade e realização das pessoas. Isto é, evidentemente, problemático e decorre, afinal, de pré-compreensões (ou mesmo opções) políticas e ideológicas. No entanto, na medida em que a questão envolve também um momento cognitivo, estas pré-compreensões podem ser avaliadas em sua justeza empírica. Ou seja: pode pôr-se à prova se, depois de várias décadas de prossecução deste ideal, a situação global do mundo melhorou; se tem havido progressos nas políticas ambientais, nas políticas de utilização racional de recursos escassos, na melhoria global do nível de vida, na prossecução da paz e da segurança internacionais, na defesa da diversidade cultural, no estabelecimento de formas igualitárias e libertadoras de convivência internacional etc. Mesmo nesse plano puramente fáctico, os indicadores são frequentemente controversos ou equívocos. Em todo caso, o entusiasmo dominante, em certos círculos, quanto à bondade dessa autorregulação do mercado – crença hoje, porém, muito abalada pela crise de 2008, por muito que as esperadas autocríticas faltem ou se refugiem em questões conjunturais ou de moralidade individual – parece estar muito além do que uma leitura, mesmo otimista, da evolução do mundo nas últimas décadas poderia permitir. Segundo

uma das últimas edições do *Human development report* das Nações Unidas,<sup>2</sup> a riqueza global dos 358 “milionários globais” é igual ao rendimento combinado dos 2,3 bilhões de pessoas mais pobres (45% da população mundial). Ainda de acordo com esse relatório, a 80% população residente nos chamados países em via de desenvolvimento pertencem apenas 22% da riqueza global (dados de 1996). De 1960 a 1990, a participação dos países mais pobres (20% do total) no rendimento global mundial caiu dos escassos 2,3% para miseráveis 1,4%. Os números, os gráficos e as tabelas publicados no relatório fornecem apenas alguns dados estatísticos para uma primeira aproximação à questão dos ganhos ou perdas trazidos por essa evolução para a globalização e para o liberalismo econômico internacional.

Uma peça fundamental desta economia-mundo são os chamados paraísos fiscais, em que se refugiam os capitais cujos detentores não querem pagar impostos e, com isso, concorrem deslealmente com os que pagam, com os que querem evitar a execução dos seus bens por credores ou, pior ainda, sua reivindicação pelos verdadeiros donos, encobrindo manobras financeiras ilegais ou atividades de corrupção.<sup>3</sup> Instituições fiáveis avaliam em 72 o número de paraísos fiscais por onde circula até metade do comércio internacional. Também se pode provar que quase nenhum país em vias de desenvolvimento tem meios para regulamentar esse comércio semiescondido, tampouco a viciação da contabilidade a ele conexa. Disso resulta uma contínua depreciação da base fiscal desses países e, com isso, da capacidade financeira de seus governos. Esta depreciação tem sido avaliada em um montante de 600 trilhões de dólares por ano, 12 vezes a soma necessária para atingir os objetivos de desenvolvimento do milênio.

E, no entanto, há instituições econômicas e financeiras mundiais capazes de, agindo concertadamente, desafiar essa fonte de criminalidade econômica: a ONU, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a União Europeia, a OCDE, o G-8 e o G-20. A razão de não o terem feito, até hoje, com eficácia, bem como o fato de uma ação concertada contra a criminalidade econômico-financeira não ocupar, nas agendas internacionais, um destaque semelhante ao da luta antiterrorista ou antinarcotráfico pode dizer quase tudo. Ou seja, fica bem claro, por esses exemplos, que a matriz mais autêntica do direito global é sua natureza não reguladora, desreguladora, permissiva, cúmplice não da racionalização da justiça, mas da irracionalidade do abuso.

No plano do direito interno, a ideia de uma autorregulação apresenta algumas das dificuldades teóricas já enunciadas. Como prescinde de uma “aprovação” corretiva do Estado (promotora de um equilíbrio entre as partes e garantidora dos direitos das partes mais débeis, dos interesses de sujeitos não participantes da entidade reguladora, bem como do “interesse

2 | UNDP – United Nations Development Programme. *Human development report* 2005. Nova York: UNDP, 2005. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR05\\_complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR05_complete.pdf)>.

3 | A corrupção – nomeadamente nos países em vias de desenvolvimento, uma corrupção em que também há corruptores (frequentemente os países desenvolvidos), e não apenas corruptos – e, por sua vez, a justificativa avançada para a redução do auxílio a esses países.

público”), a autorregulação pressupõe uma sociedade naturalmente equilibrada e igualmente atenta ao interesse geral. No entanto, como as entidades reguladoras são frequentemente constituídas por representantes dos grandes grupos que atuam no setor, é de se temer que os interesses acima mencionados não sejam eficazmente defendidos, sobretudo, quando entrarem em conflito com os interesses particulares das entidades mais próximas da autoridade reguladora. Alguns casos recentes de práticas de cartelização – nos setores bancário, das indústrias farmacêutica, de distribuição de combustíveis e moageira – mostram duas coisas: *i*) que a “tendência espontânea” parece ser a da viciação das “boas práticas” e dos mecanismos do mercado; e *ii*) que a correção dessas perversões se deve quase sempre à atuação – ou mesmo apenas à ameaça de atuação – da função inspetiva e punitiva das entidades públicas.

Porém, alguns juristas, sobretudo os mais impressionados pelo monopólio que a lei vinha tendo na constituição do direito contemporâneo desde a Revolução Francesa, encaram de forma otimista essa perda do poder normativo exclusivo do Estado, assim como põem em destaque o papel que advirá aos juristas na seleção, hierarquização e concretização do direito, na tal ordem jurídica constituída, não em pirâmide, mas em rede. De novo, como já havia acontecido no período do direito comum medieval e moderno, as normas voltariam a surgir em função da prática, da experiência. Aos juristas, como corpo longamente treinado numa técnica especializada – sua característica atividade *prudencial*, isto é, de aferição prática concreta –, caberia a tarefa de medir a validade dessas normas, quanto à sua fonte e sua justeza intrínseca; de ponderar sua hierarquia face às normas estaduais (constitucionais ou legais); de as afinar em função de casos concretos, uma vez que seu modo de positivação, sob a forma de princípios não necessariamente escritos, exigiria um trabalho suplementar de apuramento e interpretação. Essa é a mensagem fundamental de R. Dworkin ou de Gustavo Zagrebelsky em seu manifesto a favor de um direito “mole” (*diritto mite*). Apesar de compartilhar ideias semelhantes quanto às insuficiências estruturais do legalismo, Paolo Grossi não deixa de apontar os riscos que esta entrega da revelação do direito aos juristas pode comportar:

*Mas não esqueçamos quais são as forças históricas protagonistas e quem são os autores primários. Mais do que uma práticis feita por um povo composto de homines oeconomici, trata-se de uma realidade econômica determinada por quem, até aos dias de hoje, reclama e orienta o mercado global, ou seja, pelas transnational corporations, as grandes empresas multinacionais, muitas das quais – como já antes revelamos – são de origem norte-americana. E aqui começamos a entrar*

*num terreno equívoco; aqui, a globalização mostra sua dupla face ao jurista: de ocasião, grande ocasião, de maturação e de abertura, mas também de grande risco. E o risco está na arrogância do poder econômico, que não é menor do que a temida arrogância do poder político. O risco de instrumentalização da dimensão jurídica em relação à satisfação de interesses econômicos, frequentemente concentrados – num clima de capitalismo desenfreado – em alcançar, de qualquer maneira e a qualquer preço, o maior lucro possível. Perante essa arrogância, as grandes law firms, os grandes especialistas que servem de suporte técnico à globalização, podem descer ao nível de servir de “mercadores de direito”, com a assunção de um papel desprezível em relação à modesta mas honesta exegese dos tempos passados, por estar manchado por uma espécie de simonia.<sup>4</sup>*

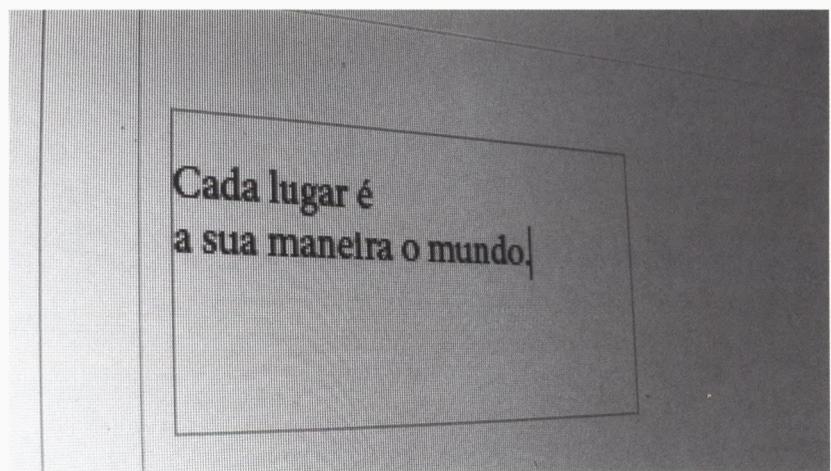
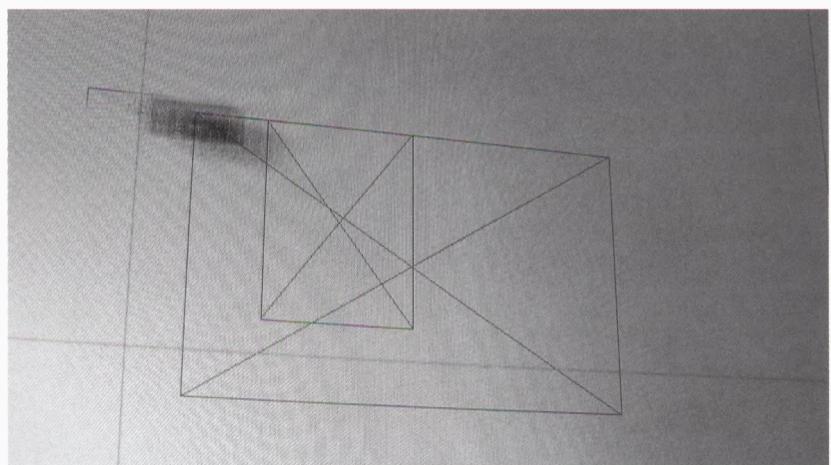
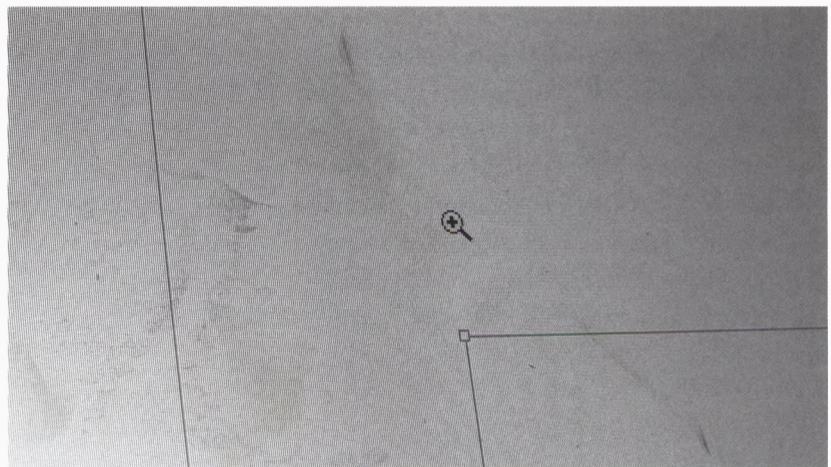
O problema principal desse novo direito “global e mole” nem parece ser esse sobretudo. A corrupção da justiça pelo poder é de todos os tempos, se é que não pertence mesmo à natureza de uma coisa e de outra. As principais dificuldades provêm, antes, do fato de esse novo direito ser um direito “sem pátria e sem texto”.

O fato de ser um direito “sem pátria” quer dizer que é um direito *sem povo*. Direito cuja legitimidade democrática se perdeu, portanto; e que, se representa alguma vontade, não é seguramente a de seus destinatários.

O fato de ser um direito “sem texto” quer dizer que é um direito sujeito ao arbítrio de quem o declara – juristas, árbitros, tribunais públicos ou privados, de primeira ou de última instâncias. Esta situação não é desconhecida na história da cultura jurídica europeia. Foi contra isso que se fez, justamente, a Revolução Francesa; foi contra essa onipotência e insindicabilidade de juristas e juízes – os primeiros entrincheirados nas universidades, os segundos abrigados nas “cours souveraines” e nos “parlements”. Por causa da insindicabilidade de uns e de outros, bem como do caráter difficilmente validável de seus saberes, o direito tornou-se incerto, arbitrário, opinativo, e a justiça tornou-se imprevisível e lenta. Essa viscosidade do meio jurídico e judicial era caldo de cultura para o exercício das pressões dos mais poderosos e, em última análise, o ambiente propício à corrupção. Pode-se dizer – como o faz Paolo Grossi, respondendo a uma objeção deste tipo – que esses efeitos perversos são passíveis de ocorrer no plano do juiz (ou de um tribunal) isolado, mas que não resistem ao debate aberto da comunidade dos juristas. Mesmo não querendo antecipar futuros incertos, sabe-se que, na tradição jurídica europeia, esses efeitos se produziram, mesmo existindo uma comunidade jurídica eloquente, prolixa, altamente tecnicizada e dotada de um elevado grau de autoconsciência.

4 | Grossi, Paolo. Globalizzazione, diritto, scienza giuridica. In: *Società, Diritto, Stato*. Un recupero per il diritto. Milano: Giuffrè, 2006.

Daí que a esse direito debilmente formulado, a este direito dúctil (pouco rígido, pouco rigoroso) na sua formulação, deva-se exigir um reconhecimento alargado – nos termos formulados por H. L. Hart, a propósito da sua norma de reconhecimento – por parte dos juristas, mas também por parte da generalidade dos cidadãos e das instituições que forjam e dão vida aos quadros de valores de cada sociedade, que reconhecem o bom e o mau governo, que distinguem as boas das más práticas, que aferem os *standards* a que devem obedecer as condutas exemplares e que, finalmente, decidiram sobre a constituição da sua República.

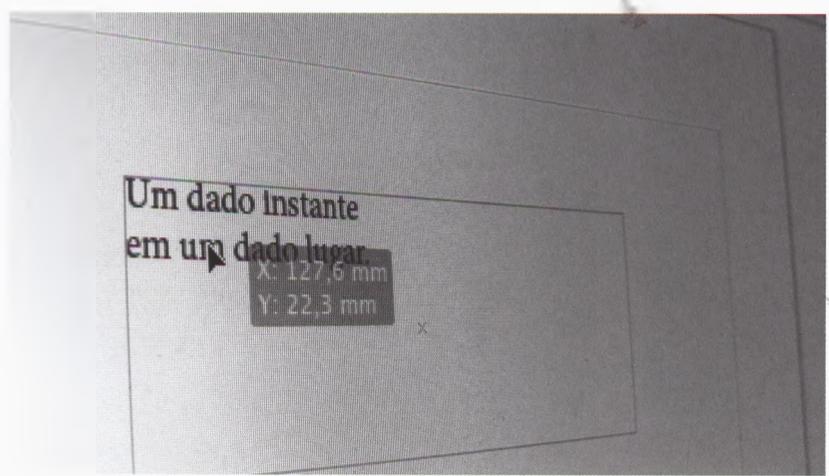
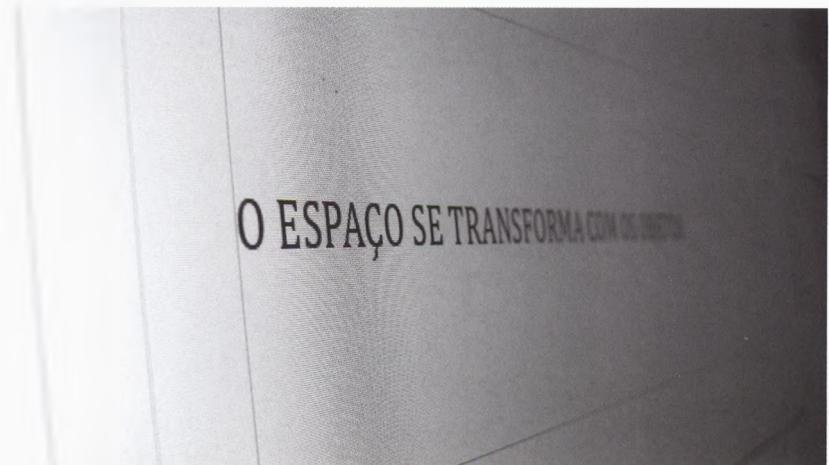
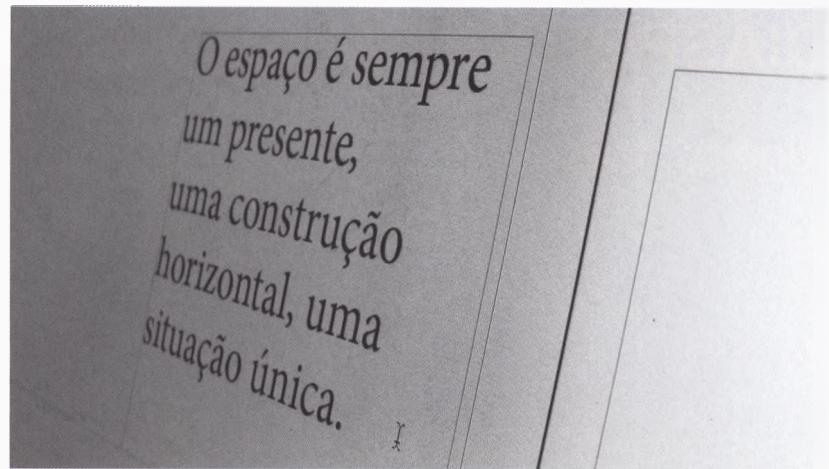


Poro

Anotações sobre a natureza do espaço — Homenagem a Milton Santos

Projeção de vídeo em looping. 7 minutos. HD.

2010



# DIÁSPORAS E MIGRANTES

rogério haesbaert

Uma grande questão nos é colocada na contemporaneidade: ao mesmo tempo em que se intensificam a fluidez e os cruzamentos ou o hibridismo que esses fluxos implicam, principalmente no que se refere à crescente e cada vez mais facilitada mobilidade de pessoas, nunca tantos muros foram construídos, não apenas no nível local, com prédios gradeados, condomínios fechados e favelas cercadas, mas também muros fronteiriços, às vezes com centenas de quilômetros ao longo dos limites internacionais. Esse aparente paradoxo encontra-se conjugado aos processos de desterritorialização do migrante contemporâneo em sua dupla condição: primeiro, a de uma mobilidade intensificada, que permite falar na experiência de uma multi ou mesmo transterritorialidade, especialmente aquela presente nos processos diaspóricos ou de grandes redes de migrantes em diáspora; e, segundo, a condição de uma relativa imobilização ou controle desses fluxos, principalmente a que envolve a disseminação de muros fronteiriços, numa dinâmica que proponho denominar de contenção territorial.

Como geógrafo, contudo, gostaria de iniciar estas considerações com uma problematização mais ampla, aquela que se refere ao que entendemos por "espaço", enquanto imerso em fluxos e mobilidade. Tradicionalmente, concebe-se o espaço como o que é estático, fixo, quase imóvel – um mero conjunto discreto e, assim, quantificável de objetos. Até mesmo um historiador renomado como Fernand Braudel, no prefácio à primeira edição (1946) de sua grande obra sobre o Mediterrâneo na época de Filipe II,<sup>1</sup> incorreu no equívoco de considerar o espaço como a dimensão da fixação e da estabilidade, a maior das durações – para acrescentar, depois, no seu estruturalismo, que esta duração espacial, este "tempo geográfico", seria, entre todas, a mais relevante).

A intensa mobilidade e crescente velocidade de nossa era globalizada escancararam aquilo que muitos já evocavam: o espaço não é apenas a "matéria quase inerte" envolvida pelo (e, a partir daí, retardadora do) movimento transformador do tempo. A materialidade do espaço, como um de seus componentes fundamentais, não pode aparecer dissociada das representações que (através) dela construímos,<sup>2</sup> e, ainda com menos razão, do movimento de transformação (temporal-histórico) em que está permanentemente mergulhada. O tempo, por seu turno, pode ser visto tanto no caráter abstrato de sua construção intelectiva quanto na

1 | Braudel, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1966/1983.

2 | Na "tríade espacial" de Henri Lefebvre, por exemplo, o espaço é visto como espaço vivido, espaço concebido e espaço percebido, num jogo permanente entre campo das práticas mais concretas e campo das representações. Lefebvre, Henri. *La production de l'espace*. 3. ed. Paris: Anthropos, 1974/1986.

materialidade que o corporifica – o “tempo geográfico” de Braudel, para além de sua mera constituição físico-material e de sua longa duração. Tempo e espaço, assim, definem-se mutuamente, como se um só pudesse efetivamente se realizar por meio de sua produção geminada com o outro.

Muito mais do que disposição simultânea de objetos – ou mesmo de uma grade abstrata que localiza estes objetos (como em um espaço absoluto de coordenadas geográficas) –, e mais também do que mera relação entre esses objetos, o espaço se define pelas próprias relações, pelo próprio movimento que o produz e o impregna, bem como o dota, ao mesmo tempo, de função e de significado. Essa leitura de espaço, portanto, foge de qualquer dicotomia entre mobilidade temporal e imobilidade espacial – ou, em termos mais amplos, transformação histórica e conservação ou enraizamento geográfico.

Assim, falar em imobilidade do migrante contemporâneo é falar dessa dupla condição implicada no espaço do sujeito que se desloca com o propósito de mudança permanente de residência, seu lócus básico de reprodução. Ele muda de localização (física, funcional) e também busca mudar de lugar (vivido, simbólico, qualitativo). Carrega consigo as condições para sua mobilidade e, igualmente, as condições para uma nova fixação, sua nova (ainda que sempre relativa) ancoragem. Se a mobilidade define um processo migratório, são os “pontos de fixação” que o complementam, pois, sem pelo menos dois núcleos distintos (ditos fixos ou permanentes) de residência, não há como definir a migração. Se a própria migração enquanto processo é concebida a partir do binômio mobilidade-imobilidade – com o foco principal, é claro, no elemento móvel –, ela também se mescla com outras dinâmicas que visam acelerar, manter ou conter esse processo, desencadeadas seja pelos próprios migrantes, seja por aqueles que se sentem, de algum modo, afetados pela migração.

O foco deste texto se coloca, então, sobre dois processos básicos: um voltado mais para o entendimento da mobilidade do migrante, especialmente em seus meandros recursivos; outro para o das tentativas de contenção dessa mobilidade, ou seja, de imobilização do migrante, de alguma forma, tanto em termos efetivos quanto potenciais. Tratarei, de um lado, da reprodução de diásporas marcadas pelos efeitos de mobilidade e, por outro lado, da contenção territorial (principalmente com os muros fronteiriços) dos migrantes enquanto marcada por efeitos de (pretensa) imobilização.

## Mobilidade multi ou transterritorial das diásporas

O termo diáspora provém do grego *speiro*, que significa dispersão – dispersar-se, separar-se, espalhar-se –, mas também significa expandir-se, rompendo limites e construindo novas redes. Desde a diáspora clássica dos judeus até as inúmeras diásporas dos fluxos migratórios contemporâneos, alguns elementos compõem de forma indissociável aquilo que hoje consideramos mais do que uma metáfora que dá conta de um tipo de migração ou de mobilidade humana, um conceito. O conceito de diáspora foi moldado a partir da análise da recorrência de determinadas propriedades que passaram a se reproduzir em grandes movimentos migratórios, notadamente os de dispersão violenta ou compulsória, envolvendo grupos com uma forte identidade cultural, laços de solidariedade e expressiva vinculação econômica e política entre seus distintos ramos de projeção geográfica.

Tudo isso faz com que a diáspora seja marcada pela construção de redes intensamente moldadas por fluxos de várias ordens. Ela não se restringe, porém, ao processo migratório em si, pois, vivenciada por gerações diferentes, pode incorporar também descendentes de migrantes já nascidos nos países de imigração, mas que, de alguma forma, foram afetados pelas condições envolvidas na migração (aquilo que autores ingleses denominam, mais do que *migration, migrancy* – uma espécie de “ser no mundo”).<sup>3</sup> Vários autores, inclusive na literatura (como Rushdie e Naipaul), demonstraram “efeitos de diáspora” que afetam toda uma série de gerações, muitas vezes estigmatizadas nos países em que vivem, pelo simples fato de serem descendentes de migrantes de determinada origem étnica, nacional, religiosa e/ou linguística. É como se todos eles, de alguma forma, por mais integrados que estejam no país de imigração, partilhassem de um mesmo vínculo cultural-histórico, do qual, dificilmente, poderiam se desvincilar.

Ainda que o viver em diáspora não implique diretamente a mobilidade, a diáspora jamais se realizaria sem, pelo menos, um conjunto de representações com respeito à mobilidade humana. Alum sentido de “vida em rede” anima a reprodução desses migrantes, a ponto de autores como o geógrafo francês Ma Mung<sup>4</sup> – ele próprio membro de uma diáspora – alegarem que o transitar por ou construir relações entre vários países faz dessa condição um “trunfo” ou “recurso espacial” que o migrante carrega como uma estratégia a que pode apelar em momentos de dificuldade – sociocultural, política e, sobretudo, econômica. Se o Estado em que se encontra sofre de forma mais intensa uma crise, por exemplo, ele pode rapidamente acionar seus ex-compatriotas em outro canto do mundo:

3 | King, Russel; Connell, John; White, Paul (Org.). *Writing across worlds: literature and migration*. Londres: Routledge, 1995.

4 | Ma Mung, Emmanuel. *Autonomie, migration et alterité*. Dossier pour l’obtention de l’habilitation à diriger des recherches. Poitiers: Université de Poitiers, 1999.

*O fato de estar disperso é utilizado para fazer coisas que não se poderia fazer se não se estivesse disperso (Ma Mung, 1999, p. 325). Referindo-se à diáspora chinesa, ele afirma que o fato de possuir parentes em outros países é sempre motivo de satisfação, de orgulho, tanto maior quanto maior o número de países em que os migrantes se encontram dispersos. Esses recursos espaciais vinculados à dispersão são mobilizados em diferentes escalas e utilizados em diversos domínios, especialmente no campo dos negócios, com a formação de redes comerciais, o deslocamento de atividades de um país para outro em condições desfavoráveis e mesmo a reorientação dos fluxos migratórios em função da conjuntura econômica. Isto mostra que os territórios-rede – e a multiterritorialidade – dos migrantes em diáspora veem-se ainda mais fortalecidos pela dinâmica econômica que aí se constrói.*<sup>5</sup>

Essa intensa vida de relações, construída e acumulada através de diversas gerações, constitui uma das principais características da diáspora. Nesse sentido, podemos afirmar que os participantes de diásporas são grupos muito mais que desterritorializados, são multiterritorializados, na medida em que partilham mais de uma territorialidade ao mesmo tempo, se não no sentido concreto, pelo menos no sentido simbólico em que se cruzam múltiplas referências territoriais. Referências locais (um bairro de grande cidade para onde migraram, como as Chinatowns ao redor do mundo), nacionais (tanto os Estados de origem quanto os receptores) e mesmo globais – pois há sempre alguma percepção de “globalidade”, de rede transnacional, na composição de uma diáspora – forjam aquilo que Ma Mung denominou de “identidade étnica transnacional”.

A multiterritorialidade da diáspora manifesta-se, assim, não apenas no potencial de deslocamento ou de relação interterritorial (internacional ou não), mas também na identificação espacial múltipla incorporada pelo grupo. Alguns autores destacam como uma das características fundamentais da diáspora a multipolaridade, no sentido do fortalecimento e da diversificação dos laços na dispersão – seus vínculos prioritários acabam não sendo mais, obrigatoriamente, com o país de onde inicialmente partiram. Trata-se, de certa forma, da facilidade de transitar entre territórios – um “viver nas fronteiras” –, uma espécie de transterritorialidade que valoriza não exatamente a fixação, mas o trânsito, o ir-e-vir entre territórios distintos. Transterritorialidade, aqui, significa tanto este trânsito físico-concreto quanto o amálgama de representações territoriais, amplamente conjugado à transculturação que acompanha os movimentos diaspóricos.<sup>6</sup>

Não se trata, em hipótese alguma, como já ressaltei, de um processo de desterritorialização – aliás, nem mesmo um grupo nômade, como o dos

5 | Haesbaert, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004. p. 359.

6 | Hall, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. Para uma abordagem mais aprofundada da relação entre transculturação e transterritorialidade, ver Haesbaert, Rogério; Mondardo, Marcos. 2010. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. *GEOgraphia*, v. 12, n. 24, p. 19-50, 2010.

ciganos, pode ser considerado completamente destituído de território, no sentido da necessidade de um mínimo de controle espacial – seja dos circuitos de mobilidade que, muitas vezes, se repetem, seja da fixação, ainda que temporária, em terrenos específicos, em geral sob licença das autoridades locais. Ao contrário da visão pós-moderna corrente, inspirada, sobretudo, em Deleuze e Guattari,<sup>7</sup> que vê no nômade um desterritorializado, proponho, inspirado nos mesmos autores, que a simples repetição do movimento (uma mobilidade “sob controle”) significa um processo de territorialização.

É evidente que a diáspora, como toda migração, é múltipla, especialmente em termos de classes sociais envolvidas, desde aqueles que migram com muito capital para investir, até aqueles que se deslocam com um mínimo de recursos materiais e que dependem quase exclusivamente de sua capacitação física para encontrar trabalho e sobreviver. Assim, enaltecer o “recurso espacial” (a multi e/ou transterritorialidade) de que dispõem os indivíduos de uma diáspora é bastante relativo, já que a assiduidade e a facilidade de contato e acesso à distância variam muito de acordo com suas condições socioeconômicas. Muitas vezes, aquilo que, numa primeira leitura, aparece como multiplicação de ou trânsito intenso entre territórios, pode rapidamente se transformar num fechamento estratégico em termos de resguardo de sua cultura e/ou frente à estigmatização imposta pelos “nacionais-locais”.

Da diáspora ao gueto, portanto, a distância pode não ser longa. Frequentemente se trata de um vaivém entre a efetiva condição transterritorial da diáspora, em sentido mais estrito, e a situação de fechamento sociocultural ou de guetificação – produto ao mesmo tempo da dispersão/separação, que caracteriza a diáspora, e da agregação/união, que mobiliza o grupo migrante na defesa de sua especificidade cultural e, muitas vezes, econômica. No caso de constituir uma atitude defensiva fortalecedora, trata-se de um “falso gueto” ou “gueto voluntário”,<sup>8</sup> pois parte, sobretudo, de iniciativa tomada pelo próprio grupo. Quando as circunstâncias do país ou da cidade para onde o grupo migrou impõem sua segregação, neste caso, sim, pode tratar-se de um verdadeiro gueto, por seu caráter “compulsório”. As situações, de fato, imbricam e/ou alternam de diferentes formas essas duas condições.

Para complexificar ainda mais esse processo multi e/ou transterritorial das redes migratórias (diaspóricas ou não), cabe lembrar que aqueles dotados de maior mobilidade não constituem, obrigatoriamente, um grupo desterritorializado. Isso não só porque simbolicamente podem “carregar consigo sua territorialidade” (enquanto referência espacial de

7 | Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: 34, 1980. v. 5.

8 | Bauman, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

identidade), mas também porque podem transitar sempre pelo mesmo conjunto de territórios – sejam eles bairros de predomínio da mesma etnia, empresas do mesmo grupo, hotéis e restaurantes das mesmas redes etc. A multiterritorialidade, neste sentido, pode ser mais evidente na esfera funcional que na simbólica, como se fosse um conjunto de dutos e bolhas em que o convívio com seus semelhantes encontra-se sempre assegurado. É neste sentido que a rede migratória pode tanto favorecer o hibridismo, a troca cultural com o outro (como ocorre em uma diáspora em sentido estrito), quanto o fechamento do grupo dentro de um circuito voltado basicamente para seus semelhantes (como entre a maioria dos grandes executivos, migrantes, de empresas transnacionais).

Se o hibridismo das diásporas é bastante variável e pode mesmo, muitas vezes, ser imposto autoritariamente ao grupo, o controle dessa flexibilidade de migrar, de entrar e sair de um território e/ou mudar de condição social também é muito diverso, e depende de inúmeras circunstâncias econômico-políticas. É neste sentido que se insere hoje a construção de empecilhos à livre mobilidade dos grupos migrantes, o aumento do controle da mobilidade internacional, objeto da discussão a seguir.

#### A contenção territorial dos novos muros

Paradoxalmente conjugada a essas dinâmicas de aumento da mobilidade, aparece, mundo afora e de maneira inédita, a construção de novos muros – especialmente, no que nos interessa diretamente, muros fronteiriços internacionais que se pretendem controladores da mobilidade humana. “Pretensos” controladores, porque, como destacaremos aqui, muitas vezes, não propriamente impedem a migração, mas a redirecionam, na medida em que acabam fortalecendo outras rotas pelas quais os migrantes passam a transitar, contornando esses aparentes empecilhos à mobilidade.

Muros fronteiriços sempre existiram na história da humanidade, e alguns se tornaram célebres, como a imensa muralha da China, no combate aos mongóis, “invasores do Norte”, e o muro de Adriano, compondo *limes* setentrionais do Império Romano no combate às invasões bárbaras.<sup>9</sup> Cada período histórico, pode-se afirmar, tem suas próprias tentativas de controle da mobilidade por intermédio da edificação de muros ou cercas. Um traço que acaba unindo várias dessas iniciativas é o pretenso “combate aos bárbaros” ou, se não se utiliza explicitamente esse termo, pelo menos, de populações de alguma forma consideradas inferiores ou subalternas. Não é à toa que um discurso xenófobo dos “novos bárbaros” acaba se evidenciando hoje em relação às populações mais propensas à migração em busca de melhores condições de vida.

9 | Na verdade, pesquisas sugerem que se tratava, também, de um muro com postos alfandegários para controlar a passagem de fluxos de pessoas e mercadorias.

As condições atuais sob as quais são erigidos novos muros, entretanto, são substancialmente diferentes das de outros contextos históricos. Destacaríamos dois pontos principais que marcam o aparente anacronismo e a ineficácia contemporânea desses muros: *i*) a crescente e mais facilitada mobilidade/fluidez globalmente potencializada; e *ii*) as novas tecnologias de controle a que toda ou expressiva parcela da população mundial está sujeita.

Aqui também sou tentado a utilizar o termo desterritorialização para caracterizar esses processos, cada vez mais móveis, sem referências espaciais claras de fixação, com um controle territorialmente delimitado cada vez mais débil diante do sofisticado aparato tecnológico de que dispomos. Deleuze<sup>10</sup> e Foucault<sup>11</sup> falam mesmo de uma “sociedade de controle” ou “de segurança” onipresente que se impôs sobre uma sociedade disciplinar, ainda pautada pelo cerceamento espaço-temporal físico dos indivíduos. Passaríamos de um mundo marcado pela definição concreta de espaços/fronteiras para outro moldado pela “ondulação” de controles digitais e abstratos – das celas e prisões às pulseiras ou tornozeleiras eletrônicas, do confinamento territorial à mobilidade informacionalmente controlada. Nunca se observaram tantas câmeras espalhadas por nossas cidades e prédios – porque, então, e qual o sentido de continuar construindo muros físicos, estruturas materiais de aparente confinamento?

Se considerarmos o território como lócus da dominação e/ou da apropriação, de um poder de efeitos físico-coercitivos e/ou de projeção mais simbólico-identitária, devemos reconhecer que o muro mais típico das sociedades disciplinares era aquele que fragilizava a territorialização dos “internos”, seja de operários, religiosos, estudantes ou, de forma mais enfática, presidiários, via cerceamento total ou temporário de sua mobilidade. Este “emuramento” visava ao controle da mobilidade daqueles tidos como anormais ou provisoriamente fora da norma para, dentro de algum tempo, modelar, nesses grupos, a “individualização”, a formação de indivíduos pretensamente autônomos.

Diante da crise contemporânea dessa figura do indivíduo – justamente pela exacerbação do individualismo e objetificação fragmentadora dos “sujeitos” – e da perda de credibilidade na incorporação dos subalternos à “ordem” e/ou à norma majoritária, tornou-se muito mais difícil acreditar na sua reabilitação via instituições disciplinares, todas elas, de alguma forma, em crise. Proponho denominar contenção territorial a forma de controle que se sobrepõe às técnicas e dispositivos de confinamento. Enquanto as técnicas de confinamento disciplinares são tidas como táticas

10 | Deleuze, Gilles. “Post-Scriptum” sobre as Sociedades de Controle. In: *Conversações*. São Paulo: 34, 1992.

11 | Foucault, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

de recuperação e inclusão, os atuais dispositivos de segurança (que não excluem, é claro, os dispositivos anteriores) são, sobretudo, táticas e/ou estratégias de evitação. Numa sociedade “securitária” – que vive em torno da avaliação de probabilidades, num permanente mapeamento de riscos –, busca-se, na maioria das vezes, simplesmente, evitar o pior. Chega-se a ponto de viver mais em função das probabilidades futuras do que das evidências efetivamente presentes – como ocorre, cotidianamente, com o capital financeiro por meio dos “mercados de futuros”.

Foucault propõe que a maior preocupação dentro das sociedades de segurança é com a circulação, com o manejo dos fluxos – ele usa o termo “meio” para caracterizar este espaço em que se dá a circulação. Entre estes fluxos, é claro, coloca-se, como um dos mais importantes, o fluxo de população. Enquanto as sociedades disciplinares clássicas voltavam-se, sobretudo, para a figura do indivíduo enquanto corpo-máquina a ser maximizado como força útil incorporada no circuito produtivo, hoje, temos também o manejo de populações deserdadas e que, admite-se, não serão mais incorporadas ao mercado de trabalho – no máximo poderão se tornar mercado de consumo, ainda que de forma marginal (no bojo, por exemplo, de políticas assistencialistas).

O controle dessas “populações”, sobretudo sobre seus fluxos, se dá não mais de forma a confiná-las, “cercando-as por todos os lados”, mas de modo a contê-las – contenção, aqui, vista como um processo em termos de efeito-barragem. Cerceia-se a mobilidade por um lado, mas ela pode rearticular-se por outro. Esse pode ser o papel de muitos dos novos muros que coibem o fluxo migratório em certos pontos, mas que, na prática, acabam redirecionando-o para outras áreas. É o que ocorre, por exemplo, com a migração da África subsaariana para a União Europeia, ao evitar os enclaves espanhóis no Marrocos (Ceuta e Melilla), controlados por cercas eletrificadas, e reforçar trajetos como o das ilhas Canárias ou das ilhas do Mediterrâneo central (como Lampedusa). Ciente dessas múltiplas trajetórias, a União Europeia estimula também o estabelecimento de outros mecanismos de contenção, interceptando os fluxos migratórios no meio de seu percurso, em pleno deserto do Saara, como ocorre com o recente projeto argelino de fortalecimento de sua fronteira aberta com o Níger e o Mali, com a fixação de radares e câmeras em intervalos de 20 a 25 quilômetros.

12 | Massey, Doreen. Um sentido global do lugar. In: Arantes, Antonio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 1991/2000.

13 | Brown, Wendy. *Murs: les murs de séparation et le déclin de la souveraineté étatique*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2009.

Em síntese, processos de contenção territorial marcam o nosso tempo. Inúmeros são os mecanismos de evitação que restringem os fluxos em vários espaços e favorecem-nos em outros. Há uma desterritorialização altamente seletiva em termos de grupos e/ou classes sociais favorecidos ou restringidos em sua mobilidade. Em outras palavras, como destacou

Massey,<sup>12</sup> são múltiplas as geometrias de poder dessa contração e/ou expansão (dependendo do ponto de vista) espaço-temporal. Os novos muros fronteiriços estão inseridos nessa nova e polêmica dinâmica.

Retomando aqui a dupla conotação da territorialização enquanto controle ao mesmo tempo físico e simbólico, devemos entender os novos muros também nessa dupla condição. Se seu papel enquanto entidade concreta e efetiva de controle físico pode ser amplamente questionado, eles podem, contudo, adquirir outro papel, mais simbólico. Brown,<sup>13</sup> em um interessante livro sobre as "sociedades muradas", destaca essa condição simbólica dos novos muros. Para a autora, seus efeitos são mais simbólicos do que "reais". Na medida em que o Estado-nação, em muitas perspectivas, se debilita, ele percebe, na visibilidade de empreendimentos concretos, materialmente realçados, como os grandes muros, a projeção simbólica de sua ação. Eles são capazes, assim, de ocultar (pelo menos temporariamente) a fragilidade das políticas estatais, especialmente no demandado setor de segurança, ao qual acabam sempre sendo acoplados os processos migratórios.

Nas diásporas, aquilo que parece à primeira vista o domínio de uma mobilidade (potencialmente, pelo menos) irrestrita e constante pode se revelar como uma mobilidade controlada e, muitas vezes, "confinada" (como no caso da formação de quase-guetos). Contudo, medidas de contenção territorial dos fluxos migratórios – como muros fronteiriços, que aparentemente controlariam e mesmo evitariam a mobilidade dos migrantes –, em geral, se manifestam como simples dispositivos "desviantes", na medida em que o migrante recorre a estratégias que permitem contornar esses muros, criando novas – e geralmente mais longas – rotas para a consecução de seu péríodo migratório.

Vivemos, assim, o paradoxo de um mundo que promove, ao mesmo tempo, uma mobilidade global e permanente, multi ou transterritorial, de muitas diásporas, e diversas tentativas de cerceamento dos deslocamentos promovidas pela proliferação de novos muros (internacionais, fronteiriços, mas também em outras escalas). Cabe estimular investigações detalhadas, capazes de discriminar com rigor as múltiplas propriedades com que, em cada contexto espaço-temporal, essas dinâmicas são concretamente efetivadas, sempre atentando para o fato de que o espaço social, para além de uma simples construção material e fixa, é produto e produtor de relações sociais contraditórias e/ou ambivalentes, que o impregnam e o (re)definem.

# SOLO ESTRANGEIRO

fernando fiorese

## *DO NOT DISTURB*

soubesse o gesto preciso  
para a dobra inglesa  
a arte inexistente  
de abrir as cortinas  
sem suspeitar o hóspede

## *THE MAN OF THE CROWD*

para ser tantos  
um corpo sabe  
pulsar à revelia

## *EN PASSANT*

o carro passa  
e já é outra a paisagem

embora o céu fixo  
embora aquela mulher  
varrendo estrelas da calçada

## *EN OTRA PARTE*

demora acomodar os meninos  
os móveis a memória

os vasos ressentem do sol mudado  
também as roupas os poucos retratos  
e os bibelôs de si desencontrados

mesmo o corpo denuncia  
o descompasso das sombras  
o de-viés do colchão os ruídos  
que a custo encaixam nossos fantasmas

*FIGLIA ALLONTANATA*

uma vez por ano  
arruma o armário da cozinha  
dá um jeito no guarda-roupa  
também na cômoda nas contas  
tira o azinhafre do faqueiro inútil

enquanto espera  
a mãe prepara  
o rol das rugas

*NEGATIVE HORIZON*

o olho a fenda a folha  
antes iludem um céu de Londres

qual seja o lugar  
declara um limite  
e seus caprichos

*L'ÉCRAN DU DÉSERT*

o veneno em seus passeios:  
endereço escrito a esmo

como um teste  
para a mão esquerda

*À PERTE DE VUE*

um nome espelho  
ao olho mais desdobra

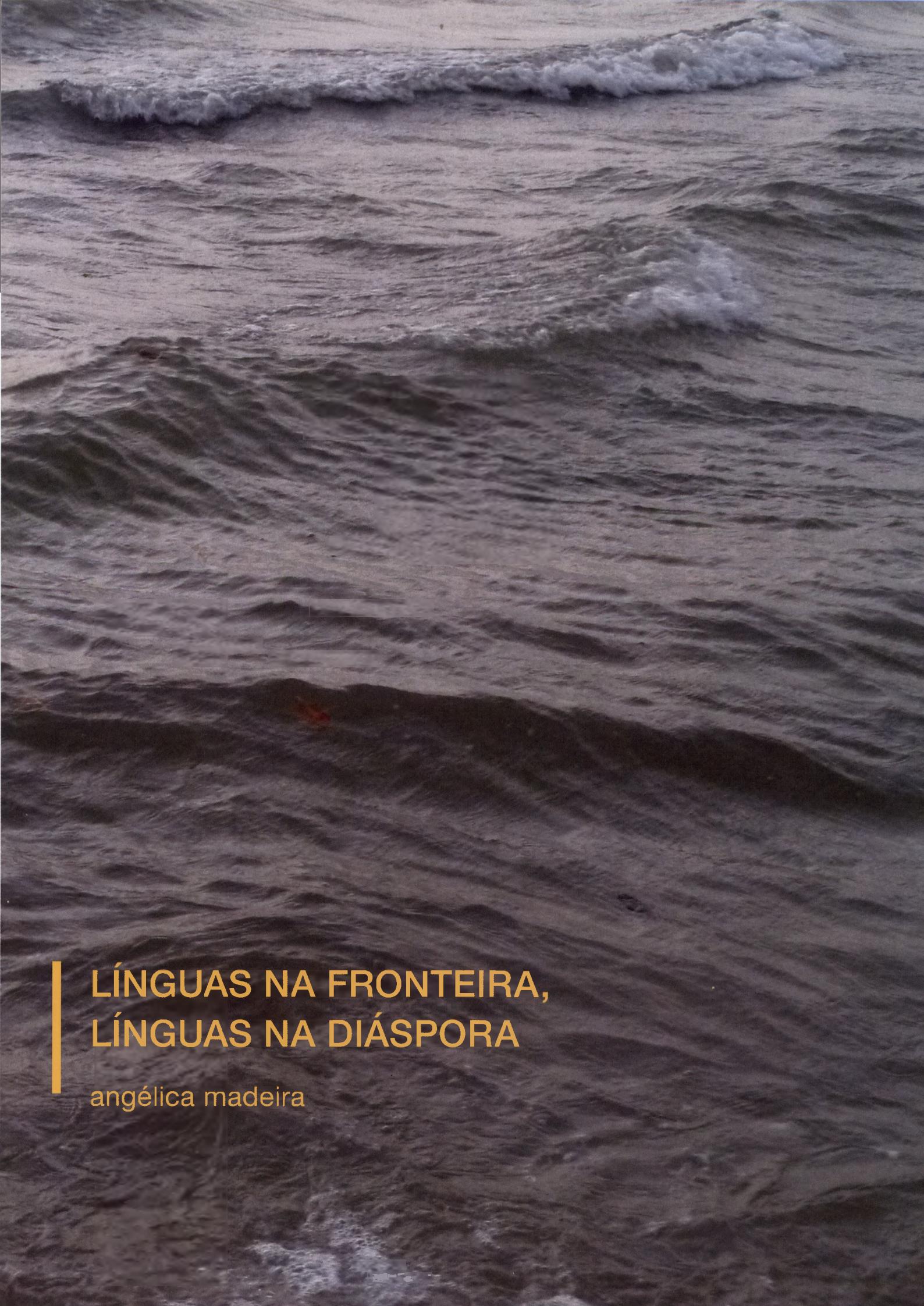
usa para o dizer outras distâncias  
para medir com água

*SAUDADE*

há, maiúscula, a espera

nada que sejas ludibria  
a frase foge  
à doma da rubrica

aparas com a mão  
um rosto em fuga



# LÍNGUAS NA FRONTEIRA, LÍNGUAS NA DIÁSPORA

angélica madeira

O fenômeno não é exclusivamente brasileiro e nem exclusivamente literário.<sup>1</sup> Pode ser observado em toda a arte contemporânea, no cinema, na música, nos meios de comunicação. A transculturalidade tornou-se uma zona, uma fronteira, um campo teórico de grande interesse para artistas e pensadores, como a indicar novos itinerários, novos vestígios a percorrer. Na literatura, encontramo-la enraizada, legitimada, se observarmos, por exemplo, a emergência de uma literatura anglo-indiana, incluindo autoras de *best sellers* como Thrity Umrigar, Arundhati Roy ou Jhumpa Lahiri; autores como Salman Rushdie; ou, ainda, como o irônico e denso Hanif Kureishi e sua observação da comunidade india no sul da Inglaterra em *O buda do subúrbio*. Nesse romance, o narrador se define no primeiro parágrafo como quase inglês, tematizando seu desajuste, sua homossexualidade, satirizando o pai e os valores empreendedores dos anos 1970. Nos Estados Unidos, Maxine Hong Kingston, apesar de escrever em inglês, deixa subsistir ritmos e acentos próprios, bem como traumas pelo sotaque e por ser filha de imigrantes chineses ilegais. Essa situação transmitiu à voz que narra uma ansiedade persistente, um sentimento de ameaça que transparece na própria escrita.

No Brasil, também ocorre a emergência de uma literatura produzida pela terceira geração de imigrantes. Nela, em uma espécie de investigação sobre a família, vem à tona toda a história de um povo e das diásporas, nas diferentes formas históricas assumidas pelos fenômenos migratórios. Fruto de acordos entre Estados e de políticas explícitas de substituição de mão de obra, em um momento de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a saga desses imigrantes começa apenas a ser narrada, isto é, encontrar seu lugar na história. O imigrante preferencial para esse novo modelo de colonização que então se implantava era o agricultor europeu e sua família, a quem era concedida uma pequena propriedade em terras devolutas. Italianos e alemães começaram a chegar desde o início do Império, que lhes cedia a terra e ainda colaborava com incentivos e subvenções. Com a Lei de Terras (1850), essa política é alterada: tanto o Estado quanto os governos provinciais e a iniciativa privada envolvem-se nessa grande diáspora. Os trabalhadores são agenciados por companhias internacionais pelas quais são recrutados, transportados e instalados em pequenas propriedades – modelo predominante no sul e no sudeste – ou, então, empregados nas grandes fazendas de café do Oeste paulista.<sup>2</sup> Assim, a partir da última década do século XIX, imigrantes começam a chegar maciçamente no Brasil e na América em geral.

1 | O interesse pelo tema da transculturalidade pode ser atestado no âmbito da criação estética, da crítica, particularmente no cinema e na música. Ver França, Andrea; Lopes, Denilson (Orgs.). *Cinema, globalização e interculturalidade*. Chapecó: Argos, 2010. Nesta obra, os autores abarcam um segmento significativo da crítica acadêmica sobre cinema contemporâneo.

2 | Oliveira, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

Estima-se que, entre 1890 e 1930, por volta de 40 milhões de europeus tenham vindo da Europa para o Novo Mundo em busca de trabalho. Em 1910, chega o primeiro navio de agricultores japoneses. Portugueses e espanhóis, judeus, ucranianos, poloneses e árabes; cada grupo ocupa um lugar diferenciado na hierarquia que se estabelece entre os próprios imigrantes. Na literatura, aparecem imagens exuberantes da diferença, mas também imagens de desconforto e mal-estar. Assim, os romances de Milton Hatoum encenam um Líbano amazônico, ou uma Amazônia árabe, uma Arábia não mais no deserto, mas em cenário aquoso. De fato, todas aquelas histórias tecidas com minúcia de um tapete persa estão molhadas, encharcadas mesmo, por um rio que transborda, que tudo atravessa. Raduan Nassar, em *Lavoura arcaica* (1975), trata de uma família árabe isolada no campo, aborda temas sensíveis, relacionados à sexualidade, ao patriarcalismo e à violência familiar. Há ainda o recente *Nihojin*, de Oscar Nakasato (2011), em que o interesse por compreender a trajetória de seus avós faz vir à tona todas as dificuldades de adaptação de um povo transplantado, as novas condições de trabalho encontradas no Brasil, o desacerto entre as expectativas dos imigrantes e a realidade de um país recém-saído da escravidão. Nakasato mostra como eclodem conflitos decorrentes de posições sociais, práticas e valores muito discrepantes postos lado a lado, assim como outros conflitos, advindos de visões diferentes entre os japoneses, os nisseis e o sanseis. Kimie, a avó, é construída a partir de relatos do avô, de fotos, instantâneos de uma delicadeza superior nos gestos que revelam o desapontamento diante da precariedade da nova situação. Isso amplificava a dor proveniente de tudo o que o imigrante deixa para trás. O Japão continua atuando sobre a comunidade de japoneses na América sob forma do culto a Hiroito e do surgimento de organizações nacionalistas, como os *tokkotais*, que não aceitavam a derrota de seu país ao fim da Segunda Guerra e consideravam-se súditos, tendo a missão de executar os que agiam fora dos princípios de Yamato-damashii<sup>3</sup> e eram considerados inimigos do imperador.

Essa literatura encena experiências vividas por personagens que põem em evidência, de diferentes formas, seu ser atravessado pela história. Os narradores encontram-se diante de um dilema: o desafio estético à criação de sua fala – descobrir o desejo que a move. Eles veem-se, assim, na iminência de encontrar método para sua escrita e buscar novas posições do sujeito na língua. Personagens bilíngues, poliglotas ou, ainda, que falam uma língua própria, dialetal, no limiar de várias línguas, revelam a multiplicidade e as ambivalências que os constituem. Personagens assim são frequentes na ficção atual. O pertencimento a mais de uma cultura, a dificuldade de elaborar a própria identidade em meio a códigos culturais fragmentados, ora arraigados, ora recém-adquiridos, são temas que

3 | Yamato-damashii, literalmente, significa o espírito japonês. Termo milenar, usado entre os japoneses para qualificar a ousadia e a força do povo, reativado na fase ultranacionalista que se seguiu à II Guerra Mundial.

perpassam muitos desses relatos, testemunhas da capacidade que possui a literatura de acolher vozes errantes, outros saberes, tantas dicções singulares. O texto literário permite que se fixem falares, dotando-os de uma espécie de solidez, da materialidade de um monumento, apontando, ao mesmo tempo, para situações históricas concretas – hoje em pauta, diante da nova dinâmica das migrações internacionais, transcontinentais – e para uma dimensão interna – a modelagem da subjetividade daqueles que saem de suas cidadezinhas para uma cidade maior ou para uma capital estrangeira. A literatura aponta para um uso singular da língua, o uso poético, a busca de uma dicção própria que convida o leitor a permanecer na camada imaginária à qual dá vida, desencadeando novas energias expressivas. A literatura talvez continue a ser essa espécie de recanto, um lugar onde se pode tratar de temas delicados como a sexualidade e suas perversões, a língua e seus desvios, ambos constitutivos dos sujeitos, narradores, detentores de uma fala.

Apesar do caráter fragmentário dessas reflexões, elas se organizam a partir de três suposições de natureza estético-literária que serviram para orientar esses apontamentos sobre algumas obras contemporâneas da literatura brasileira.

Literatura é aqui entendida como uma força. Nem instituição nem *corpus* de obras canônicas. Um lugar na língua, um espaço para a exploração da subjetividade dos indivíduos cujo itinerário é capaz de sintetizar a história de comunidades inteiras. Espaço das emoções e do mistério que ronda a experiência. Experiência que só se torna significativa se encontra sua forma narrativa, isto é, se encontra o narrador para pô-la por escrito. Histórias e personagens são, portanto, o resultado da experiência e da imaginação, que tornam possíveis novos usos da língua, fazendo-a ganhar vida própria, atropelar-se, ordenar, fragmentar e recompor-se – uma língua que pensa. Seres de letra e de papel, os seres de ficção adquirem veracidade por meio de detalhes que desvelam seus dramas, sua história, seu vigor. Personagens são circunscritos por discursos (sobre si, sobre os outros, sobre o mundo) em um entrelecer de vozes simultâneas e múltiplas. Há, muitas vezes, variações de olhares, modulações de tonalidades, mesmo quando as sequências, as frases, as palavras, se repetem, idênticas. Os personagens são um fulcro de discursos: o resultado do que dizem e do que os outros dizem sobre eles – pressuposto de Bakhtine,<sup>4</sup> em sua clássica análise do herói dostoievskiano, que o levou à descoberta do romance polifônico, no qual cada personagem detém um fio narrativo próprio, entretecendo-se uns aos outros sem, no entanto, se confundirem, bem como à valorização de outras tradições literárias, como o carnaval, a sátira menipeia, que desfila toda uma linhagem de personagens em crise, construídos no entrelugar,<sup>5</sup> nos limites de sua possibilidade e da habilidade do narrador.

4 | Bakhtine, Mikhail. *La poétique de Dostoïevski*. Paris: Éditions du Seuil, 1970.

5 | Santiago, Silviano. O entre-lugar da literatura latino-americana. In: *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

Muitas das estratégias do romance moderno serão utilizadas e levadas às últimas consequências em algumas experimentações da ficção contemporânea, sobretudo aquela que explora o tema das identidades fraturadas, personagens em trânsito, corpos espoliados, desejantes, seres desgarrados que duvidam, receiam, pensam e falam a língua de seu gueto, a língua menor de um povo que se inventa.<sup>6</sup> Os personagens se reconhecem ou se estranham por meio de sua fala. É ela que lhes designa um lugar na hierarquia social: os discursos expõem o sujeito e põem a língua em estado de variação contínua.

Se tomarmos alguns textos produzidos entre o último quartel do século XX e as primeiras décadas do XXI, encontraremos uma tematização exaustiva das questões mais variadas concernentes às identidades fragmentadas, fluidas e mutantes. Os narradores dessas histórias têm pontos em comum: são frágeis e impotentes e estão interessados em coisas votadas à extinção. O tom é claramente antitriunfalista, antinacionalista. Não se trata de chegar a uma síntese da cultura (como fora para os modernistas, em busca da brasiliade) e, sim, da disseminação das diferenças, da representação de identidades fraturadas – judias, libanesas, italianas, alemãs, polonesas, japonesas. Identidades estas até então abafadas pela imposição de unidade e de integração em uma cultura nacional fundada sobre a ideologia romântica das três raças – o branco, o negro e o indígena –, que não incluía esses imigrantes.

Encontramos um precursor dessa escrita arranhada em Samuel Rawet. Polonês de nascimento, escreveu, em português, de meados dos anos 1950 até sua morte, em 1984, a saga dos judeus pobres vivendo em bairros precários cariocas, impedidos de cumprir seus ritos e de se comunicar com sua cultura de origem. Muitas vezes, a língua se lhe engrolava na garganta e não era capaz de exprimir nem mesmo a experiência da dor, da solidão, da culpa. “Escrita feita de cicatrizes”,<sup>7</sup> o texto rawetiano também comporta o expediente subjetivo, as marcas da biografia tingindo o texto da ficção, característica tão própria ao contemporâneo.

Os textos que passo a comentar brevemente fazem parte de conjuntos maiores, de projetos estéticos autônomos e incomparáveis sob muitos pontos de vista. Dialogam, porém, entre si enquanto encenam personagens em luta com línguas híbridas, línguas menores, em estágio de formação. *Mar paraguayo*, de Wilson Bueno, publicado em 1992; dois contos de *Estranhos estrangeiros*, publicado em 1996, de Caio Fernando Abreu, e *Mama son tanto feliz* (2005), de Luis Ruffato, primeiro livro de uma pentalogia intitulada “Inferno provisório”.

6 | Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

7 | Chiarelli, Stefania. *Vidas em trânsito: as ficções de Samuel Rawet e Milton Hatoum*. São Paulo: Annablume, 2007.

## Línguas na fronteira

O texto de Bueno<sup>8</sup> é bastante elaborado. Percebe-se, à primeira vista, toda a precisão e cálculo que ali residem. Na encruzilhada das línguas e das etnias, a narradora principal desfia suas memórias: a velha Marafona fala a língua da fronteira – nascida “*al fondo del fondo del fondo de mi país*”, em uma *hacienda* guarani, terminando seus dias em Guaratuba, um balneário paulista. Portunhol é a língua que fala essa brasiguaiá, incluindo trechos e expressões em guarani, língua dos afetos, língua da infância que sobrevinha sempre em momentos difíceis ou muito especiais. O longo monólogo da personagem é entrecortado por reflexões sobre o estado da língua que ela usa: uma mistura em cascata, um suicídio de palavras: “*No hay idiomas aí. Solo la vertigem de la linguagem. Deja-me que exista.*”

Ela mesma se apresenta: “*Yo soy la marafona del balneario. (...) Mi mar, la mer. Merde la vie que yo llevo en las costas como una señora digna cerca de ser ejecutada en la guillotina. Ó, há Dios... Sin, há Dios e mis días. Que hacer?*”<sup>9</sup> Ou então: “*Que terror puede ser la belleza! Añaretá [inferno], añaretamenguá!*”<sup>10</sup> Ou, ainda: “*Olvido guaranis y castejanos, marafos afros duros brasileños porque sei que escribo y esto es como grafar impresso todo el contorno de uno cuerpo vivo en el muro de la calle central.*”<sup>11</sup> Mas continua a ser o guarani a língua que amolece os ossos: “*tahiiguaicurú, sélfidés, aracutí, aririi, pucú.*”

## Línguas na diáspora

Embora não se possa comparar a experiência da emigração ou da vida nas fronteiras com as viagens mais ou menos longas de Caio Fernando Abreu à Europa, sob esse intertítulo, gostaria de aproximar-me de dois de seus contos presentes na coletânea *Estranhos estrangeiros*.<sup>12</sup>

Já é conhecida e bastante comentada na literatura pós-moderna a característica do nomadismo, ou seja, de estarem os personagens a andar o tempo todo, sempre em deslocamento, em trânsito, sem nunca pararem quietos. Esse traço aparece na literatura de João Gilberto Noll, Bernardo Carvalho, Marilene Felinto, entre muitos outros. Nos contos de *Estranhos estrangeiros*, há um personagem narrador cuja voz é de poucas variações afetivas e psicológicas. O jovem do conto “London, London”, que vive de faxina na cidade de Londres dos anos 1970, encontra-se em uma encruzilhada linguística e existencial: seu texto – em português – vai incorporando diálogos em inglês e reflexões e memórias em espanhol à medida que anda pelas casas chiques ou pelo gueto dos latino-americanos. Esta não identidade aparece em um trecho do diálogo do narrador com Mrs. (D)Nixon: “*But sometimes, yo hablo también um poquito de español e, if il*

8 | Bueno, Wilson. *Mar paraguayo*. São Paulo: Iluminuras, 1992.

9 | Ibid., p. 15.

10 | Ibid., p. 26.

11 | Ibid. p. 33.

12 | Abreu, Caio Fernando. *Estranhos estrangeiros*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

*faut, aussi un peu de français: navego, navego, nas waves poluídas de Babylon City, depois sento no Hyde Park, W2, e assisto ao encontro de Carmen Miranda com uma Rumbeira-from-Kiúba.*<sup>13</sup>

E observa a paisagem urbana, tentando perceber sua própria posição em um emaranhado étnico, um emaranhado de solidões: “Dura paisagem, hard landscape. Tunisianos, persas, indianos, congoleses, panamenhos, marroquinos. Babylon City ferve”.<sup>14</sup> Pensa com sua testa *caliente* de índio latino-americano, sempre se lembrando da namorada magrinha que deixou em Arembepe.

Será que podemos falar de diáspora em se tratando do deslocamento forçado ou semivoluntário de jovens, intelectuais, músicos, artistas, que deixaram a América Latina nos anos 1960/70 para viver uma experiência europeia? A verdade é que foram muito numerosos os que consideraram insuportável viver sob regimes totalitários, ditaduras que então se instalaram em quase todos os países do continente. Não só escritores como Cabrera Infante, saído de Havana para Londres; Roa Bastos, de Assunción para Toulouse; Juan José Saer, da Argentina para Rennes; ou Caio Fernando e suas temporadas em Inglaterra e França, mas também muitos estudantes, aspirantes a artistas e a ativistas. Movidos então pelos ares da contracultura – que elevava a relevância dos jovens como atores sociais –, eles escolhiam Londres ou Amsterdã para estabelecer sua residência provisória. Outros ficavam a vagar, um pouco nômades, um pouco ciganos, onde houvesse trabalho temporário – Suécia, Alemanha, França –, dormindo nos trens, com o dinheiro escasso, vagando de um lado para outro, perdidos, vivendo experiências fragmentadas, a sós, com uma mochila e um olhar. Para eles, a escrita era uma garantia de manutenção de alguma identidade. A língua materna, falada ou escrita no estrangeiro, passa por uma torção, contaminada de neologismos e referências estranhas que vão, aos poucos, incorporando-se à língua nova, à própria escrita. Tal é o caso do personagem de “Bem longe de Marienbad” (da mesma coletânea), título de uma canção e referência a um caso de amor que move ainda o estranho narrador. O conto se inicia com sua chegada a St. Nazaire, uma pequena cidade “sinistrée” da Normandia, no fim do outono, quando o vento do norte já anuncia as durezas do inverno. A deambulação do personagem pela vila que não conhece é apenas uma alegoria de sua situação existencial, em um processo de devir permanente, traçando uma trilha, criando outra língua, língua menor, dentro de uma língua mãe, desviando-se dela e, ao mesmo tempo, fazendo dela a única garantia da continuidade de sua experiência, em meio a tantos fragmentos, a tantos desvãos. Em uma estação de trem, com uma mochila nas costas – “essa bagagem típica e mínima de quem não se importa de andar de lá para cá

13 | Ibid., p. 44.

14 | Ibid. p. 45.

o tempo todo sem paradeiro” –, o personagem inicia sua peregrinação pelas ruas desertas e desconhecidas em busca de um enigmático K – um escritor? –, mantendo a utopia de um encontro amoroso, mas também de poder “falar sem parar naquela língua que ambos conhecemos bem e não ouvimos faz tempo, contando coisas engraçadas, estranhas ou até mesmo estúpidas, não importa”.<sup>15</sup> A exploração de um apartamento vazio, o encontro com fragmentos de K: recortes de jornal, imagens, postais, entrevistas, pedaços de poemas, um diário feito de colagens de autores, Borges, Pessoa, Genet. A epígrafe já diz de um personagem em busca de um lugar e de uma fala: “Aún no sé si este es el sitio donde yo pueda vivir. Talvez para um desterrado – como la palabra lo indica – no haya sitio em la tierra. Solo quisiera pedirle a este cielo resplandeciente y a este mar, que por unos días aún poder contemplar, que acojan mi terror”.<sup>16</sup>

Ao final do conto, o personagem está de novo no trem, com um envelope no bolso, rumando para terras estranhas. Na carta, dirigida a ele – o moço de olhos de jade, Leonardo dos mares, conforme tatuagem no braço esquerdo –, K fala de impossibilidades, da partida para encontrá-lo, a única coisa que importa. E assim vão abrindo trilhas, esses personagens líricos, emocionados, solitários, andando de um lado para outro na esperança de um encontro, cruzando-se, sem nunca se encontrarem.

### Línguas de memória

Muito diferente é o projeto literário de Luiz Ruffato. A partir do relato de vidas espoliadas por destinos implacáveis, Ruffato descobre comunidades de imigrantes fechadas sobre si mesmas, os Micheletto, os Bicio, os Finetto, os Spinelli, pequenos sitiados da zona da Mata mineira, gente pobre vinda da Itália em porões imundos de navios:

*Corcoveando o mar-oceano pulgas, baratas, percevejos, ratos, eriçados frangos engaiolados, (...) martirizada a história em estrangeiras manhãs suarentas, sob a planta dos pés, terras ordinárias, casebres escalando montanhas em perdidos sertões, saúvas, redescobrimentos. E exsurge, [na memória da viúva prestes a morrer] imenso o Inferno, não o do catecismo (...), mas outro, encenado em certa casa, naufraga, oculta trás um basto bambuzal.<sup>17</sup>*

De fato, as casas das famílias são antros de violência e de perversão. Pais que esmurraram os filhos e as mulheres, o alcoolismo, o destino empurrá-los sempre degraus abaixo – *Dove’è la famiglia?* – empurmando-os para as cidades maiores, Ubá, São Paulo, Rio de Janeiro. O desejo de recomeçar a vida do zero, passar borracha nos traumas e dores do passado. “Eu queria

15 | Ibid., p. 19.

16 | Ibid., p. 33.

17 | Ruffato, Luiz. *Mama son tanto felice*. São Paulo: Record, 2005. p. 39-40.

18 | Ibid., p. 64.

deslembra a minha história”, pensa Carlos, enquanto dirige o automóvel em que leva a mãe em passeio a Guarapari, após o enterro do pai. A viagem é toda entrecortada de diálogos difíceis, lembranças dolorosas, histórias de rejeição, dor e remorso. Acidentes, assassinatos, prostituição, tráfico de drogas, contrabandos, caminhos perigosos trilhados por esses personagens, suas vidas sem saída, histórias narradas simultaneamente, enroladas umas nas outras. “Puxasse o cordão, surgiriam, atadas, as histórias.” O fatalismo, a falta de saída, a tentativa de dar conta de uma população inteira lesada, machucada, a primeira geração de imigrantes morrendo na solidão e no silêncio. Filhos que não falam a língua dos pais, língua que volta à memória, nas orações, na hora da morte, *Padre nostro... Credo in Dio Padre*. A velha morre de solidão: “não conseguia conversar com ninguém. Ninguém mais sabia italiano.”<sup>18</sup>

Rufatto desenhou um projeto literário de grande fôlego e experimenta numerosos e originais recursos para encadear as narrativas. Parece ser totalmente casual o fato de que os destinos dos personagens se cruzem. No entanto, trata-se de um convite ao leitor para remontar o quebra-cabeças dos pontos de vista. Os olhos do filho, André – o que sobrou, o que se salvou, pois todos os seus irmãos debandaram pelo mundo e pela vida –, conduzem toda a narrativa. O narrador solidariza-se com a dor do filho ao contar, em curto parágrafo, a vida de Chiara Bicio, menina frágil e triste, entregue à brutalidade de Micheletto. André, menino, vê sua mãe, louca, trancada em um quarto escuro, depois de esvair sua mocidade pelos baixios, vinte gravidezes, treze rebentos, oito mulheres, um grande problema para os lavradores que necessitam de braços para o trabalho. As histórias se dão simultaneamente, e todo o esforço do projeto é na direção de dar conta dessa simultaneidade de vozes e de percepções que fazem interromper a sintaxe, deixando frases pelo meio, entrecortando o tempo do presente e o da memória, como no relato da morte da mãe de Chiara, narrada em duas dimensões temporais, dois discursos – o dos vivos (cuidado, não a destape, senão ela pode acordar!) e as lembranças da senhora agonizante. Foram-se todos. O inferno é só provisório.

Há o uso de recursos poéticos, como a enumeração exaustiva e até a repetição com finalidade enfática, mimética – é assim, assim mesmo, todas as vezes, do mesmo jeito –, que dotam a narrativa de lentidão e de tédio; um mundo de imagens alegóricas derrotantes e disfóricas. O autor utiliza também recursos tipográficos de forma intensa como para criar pistas de acompanhamento dessa prosa ágil que narra histórias dessa gente pobre, gente trabalhadora, mas que alguma fatalidade empurra sempre para baixo. Sua diáspora pelas grandes cidades é só o início de um novo ciclo de sofrimento e solidão.

Essas narrativas aqui exploradas revelam histórias admiráveis dos antepassados, dignas de memória das gerações atuais. Mas, sobretudo, trazem para a superfície do texto toda a densidade da experiência de alteridade, de ter sua identidade definida *a priori*. De fato, as identidades que ali se representam são sempre precárias e deficientes. As fronteiras – sejam seus limites duros e intransponíveis, sejam porosos e flexíveis – provocam junções e conflitos que se travam, muitas das vezes, no nível da expressão e da língua que se fala. O sotaque nada mais é que o sistema sonoro de uma língua interferindo na outra, mais poderosa. Há um ritmo e um pulso próprios a cada uma dessas narrativas, de onde derivam os afetos desconexos, as imagens de desconforto para a posição intersticial em que se encontram. Seja pelo fechamento em suas comunidades de origem, seja pela negação desses laços e pelo desejo de se inserir e ser aceito na nova sociedade, os personagens desses relatos podem ser vistos simultaneamente como fragmentados e múltiplos, alegorias que confirmam uma história de crescente interdependência entre os povos e de novas possibilidades de experiências transculturais, que põem em causa um modelo homogêneo de nação. Essa série literária, que surgiu com sua dicção própria e sua mistura de culturas, é a melhor prova de que não há lugar para nenhuma forma de nacionalismo estrito. Ela se desvia do cânone para pensar o país e inscreve comunidades minoritárias na história.



# AS MIGRAÇÕES E SEUS PENSAMENTOS SELVAGENS

seloua luste boulbina

Quando pensamos nos famosos Agudás do Benim, quando refletimos sobre o itinerário de um Frantz Fanon ou de um Edward Said, compreendemos que a migração é um fenômeno empírico complexo, que não significa, necessariamente, como os europeus de hoje preferem acreditar, em uma enxurrada de habitantes deslocando-se dos países “pobres” para os países “ricos”. Pensando assim, esses europeus contemporâneos, sobretudo os franceses, esquecem o quanto praticaram, de modo mais ou menos forçado, a importação de mão de obra. Apagam, assim, de suas memórias o tráfico atlântico, que, sob o ritmo de suas descobertas, lhes permitiu enriquecer. Não se lembram da busca ativa de populações distantes para fazer concorrência aos antigos escravos em suas colônias no Caribe: indianos, chineses não chegaram aí por acaso. Recusam a ideia de que foram escolher *in loco* marroquinos e argelinos para fazê-los trabalhar em suas plantações ou fábricas. No caso francês, o paradoxo é que, ao mesmo tempo em que a mobilidade é encorajada, pois as migrações são materialmente mais fáceis que no passado, elas são politicamente e simbolicamente desvalorizadas e negadas quando se trata de acolher, em solo nacional, estrangeiros. O mesmo se deu durante o período do entreguerras, quando alguns grupos foram duramente estigmatizados, como os ciganos romenos e outros “delinquentes estrangeiros”, de acordo com a terminologia, atualmente em vigor, do Estado francês.

O nacionalismo é tal que, ao menos formalmente, pode ativar o “retorno” de pessoas para quem os laços sanguíneos são considerados bem mais importantes que os vínculos de solo. Dessa forma, brasileiros de origem japonesa foram encorajados a “voltar” ao Japão, durante os anos 1990. Isso valia para uma ascendência até a quarta geração. Em japonês, designam assim as gerações: a primeira é a dos *isseis*; a segunda, dos *nisseis*; a terceira, dos *sanseis*; e a quarta, dos *yonseis*.<sup>1</sup> Se, em 1988, apenas 4.000 brasileiros viviam no Japão, em 2006, eles já somavam 310.000. É o movimento *dekasegui*, que significa “partir de sua casa para ganhar dinheiro” ou, dito de outra forma, emigrar. No entanto, menos de 2% dos habitantes do Japão são imigrantes. Constatase que, mesmo que a tendência, em plano macroeconômico, seja pensar as migrações em termos de fluxo, estas são sempre resultado – à exceção dos casos de deportação – de uma ação voluntária, mesmo que determinada pelas condições de vida. Contudo, geralmente, os últimos a chegar não são bem servidos. Eles são condenados, em grande medida, como se diz no Japão, a empregos

<sup>1</sup> | Inoue, Ryoki. *Saga: a história de quatro gerações de uma família japonesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

marcados pelos três "Ks": *kitsui* (penoso e pesado), *kikken* (perigoso) e *kitanai* (sujo). Os brasileiros do Japão convivem ainda com mais dois outros "Ks": *kibishii* (sacrificante) e *kirai* (detestável). Pede-se sempre a um imigrante mais do que ele pode dar. A situação dos Agudás, do Benim, e a dos *Burajiru-jin*, do Japão são bem diferentes. Ambos, porém, creem carregar uma "identidade brasileira". Inversamente, os japoneses do Brasil reivindicam para si uma "identidade japonesa". Em 18 de junho de 1908, após ter começado o declínio da imigração italiana, os primeiros 781 imigrantes nipônicos desembarcaram do *Kasato Maru*, vindos de Kobé para trabalhar nas plantações de café do entorno da cidade de São Paulo. Na verdade, em 1907, os governos brasileiro e japonês haviam assinado um acordo regulando essa migração. Cem anos mais tarde, o príncipe Naruhito assistirá, em São Paulo, a uma grande cerimônia em celebração à presença japonesa no Brasil, fazendo, assim, desses brasileiros de hoje os japoneses de ontem (e, talvez, de amanhã).

François Laplatine, com a ajuda de outros três antropólogos (Claudio Pereira, Jorge Santiago, Martin Soares), conta como começou a pesquisar, em 24 de maio de 2009, um pequeno vilarejo japonês no coração do Brasil, no município de Mata de São João.<sup>2</sup> Em 1959, a pedido do governo brasileiro, 120 famílias deixam a região de Hiroshima para construir o Núcleo Juscelino Kubitschek. Um dos veteranos, Iseki Yukio, vive atualmente com a cabeça no Japão e os pés no Brasil. Ele escuta música japonesa, vê filmes japoneses, lembra-se da nuvem negra ao redor de Hiroshima, em 1945, devota-se ao culto xintoísta, mas ama a terra do Recôncavo onde vive e que, por circunstâncias da vida, tornou-se a sua. A primeira geração de imigrantes nipônicos era, principalmente, rural; a segunda seria, sobretudo, urbana. No entanto, no Brasil, os migrantes japoneses começaram como um grupo particular, isolado, chamado *Colônia*, que busca preservar a língua e a cultura do país de origem. À Liberdade, bairro oriental de São Paulo, corresponde, no Japão, o bairro brasileiro em Nagoya. Os nipo-brasileiros, assim como os franco-magrebinos, não foram poupadados de xenofobia e renegação. Fisicamente, eles se destacam. No Japão, algumas normas são especificamente dirigidas, em japonês e em português, aos nipo-brasileiros: por exemplo, "despejar lixo em qualquer lugar é crime". Os *Burajiru-jin* são presumidamente sujos e negligentes, pouco preocupados com o espaço público. A vergonha atinge emigrantes e seus descendentes quando voltam a "seu país". Mesmo na qualidade de turistas, como os franco-argelinos, que passam férias na Argélia, os emigrantes e seus descendentes podem ser mal recebidos, vistos como "vendidos", quase como traidores. No Japão, distinguem-se o *nihonjin*, japonês no sentido estrito, e o *nikkeijin*, considerado aquele que "abandonou o barco".

2 | Laplantine, François. *Entre Brésil et Japon: les métamorphoses de la culture nikkei*. Alterinfos América Latina, 12 jan. 2012. Disponível em : <<http://www.alterinfos.org/spip.php?article5405>>.

Essas poucas observações sobre a situação dos brasileiros *Nikkei*, no Brasil, e dos *burajiru-jin*, no Japão, levam-nos a refletir sobre a clivagem que pode marcar os japoneses do Brasil e os brasileiros do Japão. Entre estes, e também entre os Agudás,<sup>3</sup> os sinais da cultura brasileira são evidentes: carnaval, festas juninas, churrasco, feijoada. Mas o que querem dizer exatamente esses sinais? Uma coisa é fazer o levantamento das manifestações, outra é compreendê-las. São esses sinais evidências de quê? A referência à brasiliade por si só não é capaz de fornecer uma explicação. Acredito que esses sinais remetem mais ao próprio significante da migração que ao país de saída ou de origem. Fala-se muito em "busca de identidade".<sup>4</sup> Podemos, contudo, destacar duas questões correlatas. A identidade pessoal pode ser objeto de uma busca? Trata-se de *identidade* ou de *afirmação de si*? De fato, a migração é (também) um transporte das representações. Ser e parecer não são sinônimos. Na realidade, a migração é habitualmente apreendida a partir da ideia de que o lugar de partida é sempre um "país perdido". Tudo se passa, então, como se, do mesmo modo que um fenômeno de vasos comunicantes, o indivíduo se esvaziasse de seu primeiro país, não somente ao longo do trajeto, mas também durante o tempo de residência. Enquanto isso, o segundo país o preencheria progressivamente à medida que se produzisse o enraizamento proporcionado, mecanicamente porque materialmente, pela própria residência. O paradigma da migração é, assim, aquele do copo metade cheio ou metade vazio. Contudo, refletir em termos de metades já é problemático. Um brasileiro *nikkei* e um *bujariju-jin* é ele meio brasileiro e meio japonês? Teria perdido uma metade para melhor encontrar sua outra parte? Um franco-argelino é um ser dividido em dois?

A desconstrução da representação comum mostra que, de forma interligada, a mestiçagem apareceu como algo decorrente das migrações. Pois, se, no primeiro paradigma, contam-se as partes, no paradigma da mestiçagem, privilegia-se a fusão, a mistura, a miscigenação. O primeiro paradigma é aquele do óleo e do vinagre, ao passo que o segundo é o do vinagrete. O primeiro representa os ingredientes, o segundo, o molho. Para falar positivamente da migração e de seus efeitos, falou-se logo de hibridismo (*hybridity*) e de crioulização (*créolisation*). O termo mestiço foi emprestado do português. É no Brasil que se comemora, em 17 de junho, o dia do mestiço. Parece óbvio que raras são as migrações que, de tempos em tempos, não implicam uniões exogâmicas. Contudo, mesmo em casos de mistura, temos prazer em poder nomear as partes. Na ilha de Reunião, chamamos, em crioulo, de *kaf-malbar* aqueles que descendem de um pai (ou mãe) *kaf*, isto é, descendente de escravo alforriado africano e de uma mãe *malbar* (ou pai), portanto, descendente de empregados indianos. Desenha-se quase uma genealogia com os *Kaf-malbar* e com os *Bujariju-jin*.

3 | Guran, Milton. *Agoudas – Les Brésiliens du Bénin*. Paris: La Dispute, 2010.

4 | Kawamura, Lili. La discrimination sociale et culturelle dans la migration de Brésiliens au Japon. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 71/72, p. 229-255, 2008.

O interesse despertado, nos casos evidentes de exogamia, pelos traços do pai, da mãe e dos avós, é enorme. Todas as contorções linguísticas são boas para designar distintamente aqueles nos quais se confundem elementos etnicamente e culturalmente heterogêneos. Em outros termos, o deslocamento e a migração, fatores de mudança e transformação, são vinculados, custe o que custar, ao familiar, ao conhecido, ao controlável. Isso é verdade para os dois lados, mas de modo diferente. Do lado dos imigrantes, a tentação é grande de dividir a si mesmo em múltiplos fragmentos. Do lado dos autóctones, há vontade explícita de saber quem são esses que vieram de fora, de longe. Os imigrantes, de fato, promovem fraturas na sociedade. Quebram, com sua presença, as evidências tácitas que forjam o senso comum e cimentam as alianças. Incomodam, por sua existência, o arranjo estável por meio do qual se acredita na ordem do mundo. Seu número é, geralmente, exagerado, sua importância, supervalorizada. Os imigrantes são estraga-prazeres sociais, perturbadores da ordem sempre associados a frações. Em vez de se somarem ou mesmo se multiplicarem, se subtraem e se dividem. A unidade é perdida para sempre e a regressão ao infinito mostra sua cara.

Os imigrantes são acusados, sobretudo, de não se misturarem. Os japoneses, no Brasil, foram considerados como sulfeto: "insolúveis". Durante os anos de guerra, na década de 1940, eles foram acusados de espionagem, presos e, até mesmo, expulsos do país. Carlos Martins Pereira e Sousa, embaixador do Brasil em Washington, propôs colocá-los em campos de concentração. Os imigrantes japoneses e seus descendentes são indesejáveis, e não são os únicos. Do outro lado do mundo, o porto de Liverpool abriga a mais antiga comunidade chinesa da Europa. Os primeiros chegaram no século XVIII, mas poucos foram os que ficaram. No final do século XIX, marinheiros desertores se instalaram na mesma localidade. Em 1906, a maior concentração de chineses na Grã-Bretanha encontrava-se em Liverpool. Com as duas Grandes Guerras observou-se, nessa região, forte presença desses migrantes em restaurantes e lavanderias. Bem mais tarde, em 2010, quando um homem de negócios chinês, Kenneth Huang, instalado em Hong Kong, propôs comprar o clube de Mersey, sua escolha não pareceu ser fruto do acaso. O *Liverpool Weekly Courier* descreveu assim, certa vez, os chineses de Liverpool: "estranghas silhuetas surgem do crepúsculo, deslocam-se com passos de rigidez oriental e fixam com seus olhos impassíveis, estendidos em rostos de açafrão que parecem máscaras, o entorno incongruente. A rua pertence à cidade chinesa de Liverpool".<sup>5</sup> Curiosamente, e de forma recorrente, os discursos produzidos sobre os imigrantes referem-se mais a sua *imobilidade* (ou mesmo a seu tradicionalismo) que a sua *mobilidade*. Em Liverpool, todos eles foram considerados, durante muito tempo, fumadores de ópio, ou seja, *imóveis e sonolentos*. Isso pode esclarecer a observação

5 | Lee, Gregory. L'opium et le Chinois dans le discours colonialiste. *Les Nouvelles du Sud*, n. 33, p. 35-47, 2003. Disponível em: <[http://www6.cityu.edu.hk/hkaics/gregorylee/articles/lee\\_opium.html](http://www6.cityu.edu.hk/hkaics/gregorylee/articles/lee_opium.html)>.

feita por Gregory Lee em um de seus textos: "a falta de interesse dos estudiosos da cultura chinesa pelo mundo moderno e pela ocupação britânica de Honk Kong, bem como pelas práticas chinesas presentes na Grã-Bretanha, parece-me pertencer a um processo de dissimulação ocidental da China, criado ao longo do século XIX".<sup>6</sup> A pista está dada: o Japão dissimula-se entre os brasileiros *nikkei* como a China entre os sino-britânicos. Ele, o Japão, torna-se país perdido, "niponidade" encarnada.

Podemos falar de diáspora? Não dizem os imigrantes que nada pode fazê-los mudar de natureza? O imigrante é um especialista em transporte: importa e exporta representações sem saber. Ele pode fazer uso disso, sem, contudo, conhecer verdadeiramente os efeitos de todos os deslocamentos que uma migração engendra. A naturalização da identidade apaga, assim, as disparidades por ela englobadas. Os Agudás do Benin, estudados por Milton Guran, são descendentes de antigos escravos – deportados, sobretudo, após a conjuração baiana de 1835 – e de antigos mercadores brasileiros de negros africanos. Em alguns casos, eles não possuem vínculos com o Brasil, como franceses ou espanhóis que, simbolicamente, se abrasileiraram. É por isso que Guran fala de "bricolagem da memória".<sup>7</sup> Efetivamente, não há migração sem bricolagem, isto é, sem mitos. Não há migração sem "pensamento selvagem". É a um imigrante que devemos o mais belo elogio já feito da bricolagem. Partindo rumo ao Brasil, Claude Lévi-Strauss abandona a filosofia. Os migrantes, pode-se dizer, possuem uma "ciência do concreto". Fazem bricolagem com o que são, com o lugar de onde vieram e com aquele para onde vão.

Em francês, como nos lembra o divino antropólogo, "fazer bricolagem aplica-se ao jogo com bola e ao bilhar, à caça e à equitação, sempre evocando um movimento incidente: o da bola que quica, do cachorro que divaga, do cavalo que sai da reta para se desviar de um obstáculo".<sup>8</sup> Essas observações linguísticas nos fazem compreender que não há migração sem desvios, sem desaprumo. A migração, na verdade, mostra mais trajetos complicados que lineares. Quando não focamos apenas lugares de chegada e partida, somos obrigados a nos perguntar por onde os migrantes passam, que caminhos atravessam. Perguntamo-nos, enfim, sobre todos esses movimentos incidentes que produzem mito e identidade, a bricolagem e a ciência do concreto. Migrar é divagar, ignorar um obstáculo, saltar. Migrar é aderir à mobilidade, não apenas àquela que nos distancia de um lugar e nos aproxima de outro, mas àquela que, no corpo e na mente, no simbólico e no imaginário, agita, às vezes por longos períodos, os fantasmas do passado. É aquele para quem os laços foram rompidos, que reflete sobre isso, não aquele que nasce, vive e morre no mesmo ambiente familiar. O país perdido, tal como existe, subjetivamente, entre migrantes e seus

6 | Lee, Gregory. Textes, oubliés, histoires. *Vacarme*, n. 11, primavera 2000. Disponível em: <<http://www.vacarme.org/article758.html>>.

7 | Guran, Milton. *Du bricolage de la mémoire à la construction de l'identité sociale*. Les Agoudas du Bénin, *Rue Descartes*, n. 58, p. 67-81, nov. 2007.

8 | Lévi-Strauss, Claude. *La Pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962. p. 26.

descendentes, é, em algumas ocasiões, reificado e mitificado. Os migrantes, com frequência, dedicam-se ao seu extraterritorial restabelecimento, em um movimento mimético que procura reproduzir no presente o que resta do passado.

A relação dos migrantes com o espaço desdobra-se, portanto, em uma relação dos migrantes com o tempo. Ao contrário do que acreditamos frequentemente, os migrantes têm poucos projetos; possuem esperanças e desejos. Eles procuram sempre, em seus destinos, um futuro melhor. Eles não se enquadram completamente nem naquilo que os filósofos chamam de percepto, nem naquilo que chamam de conceito. Fazendo bricolagem com suas migrações, eles funcionam, inevitavelmente, entre o heterogêneo e o heteróclito. Questionam, desse modo, todos aqueles cuja existência parece, à primeira vista, uma engenharia desprovida de acidentes de percurso, de desvios e retornos: cruzeiro feliz que, de porto em porto, distrai o pensamento e cativa a visão. O migrante está mergulhado nas culturas, o autóctone relaciona-se com um só mundo ou com um único universo. A subordinação da ciência à política tem como consequência o desconhecimento profundo daquilo que os migrantes nos ensinam de universal. Eles, justamente, que, voluntária ou involuntariamente, estão ligados a uma particularidade que, paradoxalmente, pode lhes fazer falta. Nenhum determinante pode suprimir a parte de indeterminação que lhes faz escolher "ser" (mas em que sentido?) ou tornarem-se brasileiros no Benin, japoneses no Brasil, brasileiros no Japão, chineses na Inglaterra ou argelinos na França.

Essas relações com o espaço e o tempo, com os países e a história, mostram que espaço e país, tempos e história, são, no que diz respeito à migração, tocados pela mobilidade e incerteza. O deslocamento de "casas mal assombradas" ou de salões de ópio produz imagens flutuantes, percepções vagas, pensamentos dispersos. Além disso, a xenofobia é resultado das representações que os ingleses fizeram dos chineses que vivem em seu território: chineses viciados em ópio, que vivem entre delírios e alucinações, talvez seja essa a razão pela qual esta representação tenha sido associada não apenas aos chineses, mas a todos os imigrantes. O espaço real da existência é, então, repleto de sombras e fantasmas, uma espécie de vazio que toca a todos aqueles que estão longe de casa. O que poderia ser mais natural que ter a "identidade" como sustentação? No Vietname, aqueles que vivem fora de casa, mais precisamente os moradores de rua, são chamados de "poeiras de vida".



# RESIDENZPFLICHTDOC

denise garcia bergt

documentário, 71min, 2012  
informações sobre o filme em  
<http://residenzpflichtdoc.com>

Ativistas protestam em Berlin contra a Lei Residenzplicht  
(obrigação de moradia)  
foto de *still*: Cassiano Griesang

Jornal alemão "Junge Welt" entrevista ativistas pelos  
direitos dos refugiados em protesto em Thüringen  
foto de *still*: Cassiano Griesang





Abrigo para refugiados em Zella-Mehlis, no estado de Thüringen  
foto de *still*: Cassiano Griesang

Abrigo para refugiados em Prenzlau, estado de Brandenburg  
foto de *still*: Alex Sernambi





Florence Sissako/Women in Exile visita ao abrigo para refugiados,  
onde viveu por seis anos, em Hennigsdorf, estado de Brandenburg  
foto de *still*: Cassiano Griesang

Protesto em Jena, estado de Thüringen, contra o Residenzpflicht  
foto de *still*: Cassiano Griesang



# **TEMPO(S) E ESPAÇO(S) DO(S) DIREITO(S)**

ronaldo lobão

articulações do global ao local, sem vice-versa

Este texto poderá, como seu título sugere, ser lido tanto no singular quanto no plural. Deixo ao leitor a escolha. Entretanto, por uma escolha arbitrária do autor, ele será escrito flexionado no plural. Caso o leitor não consiga experimentar a noção de tempo, de espaço ou de direito no plural, poderá elaborar as ideias aqui apresentadas no singular.

A expressão “tempos e espaços dos direitos” corresponde à ideia de que os direitos não são apenas artefatos construídos por sociedades – temporal e espacialmente – determinadas. São capazes também de produzir, reciprocamente, temporalidades, espacialidades e sociabilidades distintas, em função dos espaços e dos lugares que forem capazes de instituir, sendo por eles reinstituídos. Os direitos conformam, por excelência, as expressões dos poderes simbólicos de estruturas por eles estruturadas e, a partir deles, estruturantes. Os direitos operam em um movimento pendular, que os faz artefatos – poderosos como os relógios – que permitiram ao Ocidente dominar o mundo em escala global. Em suas buscas por discursos normais, capazes de produzir consensos, os direitos, ou as sensibilidades jurídicas, tornam-se parte constitutiva das vidas sociais dos grupos e dos indivíduos.

Pretendo argumentar que as “articulações do global ao local” representam movimentos de culturas jurídico-econômico-políticas que se movimentam de centros de poder em direção às periferias. Esses trajetos são mediados por contextos regionais e nacionais, impondo-se também em novas localidades. Nos pontos de chegada, atualizam os direitos dos centros e até provocam (des)locamentos ou (des)centramentos.

Esses movimentos podem transitar em sentido contrário, mas como não tenho elementos suficientes para descrever seu percurso ou seus efeitos, é válido o alerta: sem vice-versa.

Há algumas evidências das dinâmicas desses processos. A antropóloga norte-americana Laura Nader<sup>1</sup> sugeriu que tais movimentos podem ser identificados a partir dos modelos de judicialização da administração de conflitos implantados no contexto do colonialismo espanhol no México e demais possessões espanholas na América Latina ao longo do século XIX. O modelo das cortes foi disseminado em todas as sociedades locais, mesmo naquelas que não o praticavam. No final do último século, ao receber ex-colônias espanholas como pagamento de dívidas de guerra com a Espanha,

1 | Nader, Laura. *Harmony ideology: justice and control in a Zapotec Mountain Village*. Stanford: Stanford University Press, 1990; e Nader, Laura. *A civilização e seus negociadores: a harmonia como técnica de pacificação*. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 19. Niterói: ABA/PPGACP-UFF, 1994. (Conferência de Abertura)

os Estados Unidos da América tiveram que gradativamente atualizar seu modelo de construção legal de identidades para incluir as identidades porto-riquenhas no modelo de cidadania vigente naquele país, como descreve Efrén Rivera Ramos.<sup>2</sup> Ainda segundo Nader, o modelo de harmonia foi recuperado na década de 1970, na versão da Conferência Pound, nos Estados Unidos – ênfase na administração alternativa de disputas com a consequente privatização da resolução dos conflitos. Nesse mesmo período, outro movimento se evidenciou na Europa – com sentido oposto, penso eu. Denominado de Projeto Florença, esse modelo gestado na Itália tinha como foco de acesso à Justiça a ampliação ou a facilitação do acesso ao Estado como forma de resolução das disputas.

A circulação em escala global desses modelos, longe de promover uma Bukowina Global, sugerida por Gunther Teubner<sup>3</sup> a partir das propostas do sociólogo Eugen Ehrlich,<sup>4</sup> reforçou o que já foi chamado como superioridade posicional flexível. Essa questão é aqui pensada como um modelo, que, diferentemente de um bumerangue – que sempre volta com a mesma forma que tinha quando foi lançado –, muda em cada momento de sua trajetória, de forma e de sentido, com o objetivo de não permitir que o controle de seu movimento seja detectável por centros não autorizados para tal.

Tomo como elementos argumentativos as desigualdades jurídicas, vistas como mediações desiguais nos acessos a direitos, especialmente os que se referem a espaços territoriais, ao uso de recursos naturais e à escolha dos modos de reprodução social e cultural. Procuro indicar efeitos desses movimentos nas mediações que se desenvolvem na construção, afirmação e ressignificação de identidades étnicas, culturais ou sociais e nos direitos que tais movimentos podem reivindicar.

Busco como fio condutor algum processo político que tenha circulado em escala global e produzido novas interações, novas sociabilidades. Por exemplo, o *Manual de participação do Banco Mundial*, publicado em 1996, foi elaborado a partir de experiências de sucesso em mais de vinte países, com marcos temporais e espaciais singulares. Entretanto, sua circulação e seus efeitos continuam presentes, como pode ser verificado pela disseminação, em escala mundial, de expressões e conceitos como participação, empoderamento, *stakeholders*, entre outros. Uma pesquisa sobre as experiências de sucesso do Banco Mundial 15 anos depois dificilmente mostraria o mesmo grau de efetividade nos processos locais que deram origem a esses conceitos. Pelo menos um desses processos, cujo desenrolar ocorreu no Morro do Estado, localizado na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, não mais poderia ser enquadrado como uma experiência de sucesso de empoderamento e participação.

2 | Ramos, Efrén Rivera. *The legal construction of identity: the judicial and social legacy of American colonialism in Puerto Rico*. Washington: American Psychological Association, 2001.

3 | Teubner, Gunther. A Bukowina global sobre a emergência de um pluralismo jurídico transnacional. *Impulso*, Piracicaba, v. 14, n. 33, p. 9-31, 2003.

4 | Ehrlich, Eugen. *Fundamentos da sociologia do direito*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

Por sua maior visibilidade tomo, de forma simplificada, as relações dialéticas entre a Convenção 169<sup>5</sup> – que versa sobre direitos culturais de minorias – e seus reflexos, observados tanto nas diretrizes constitucionais e infraconstitucionais sobre direitos culturais, proteção étnica e direito de minorias existentes no ordenamento jurídico brasileiro, quanto nos mundos social e espacial e vice-versa. Resumidamente, pode-se dizer que essa convenção visa assegurar aos grupos nativos ou tribais, nos Estados-nação contemporâneos, direitos à sua reprodução social, cultural e material de forma autônoma, apesar da atribuição heterônoma desses direitos, tanto da perspectiva dos grupos em relação aos Estados quanto dos Estados em relação à OIT.

Cabe ressaltar, entretanto, que a OIT é um organismo que possui uma estrutura tripartite, com representantes dos países-membros, dos empregadores e dos trabalhadores, o que pode sugerir pontos de partida autônomos para a construção da convenção. Há indícios de que movimentos indígenas na América do Sul e de povos aborígenes no Canadá foram determinantes para o processo. Também há indícios, sugeridos por Immanuel Wallerstein,<sup>6</sup> de que, no início da década de 1980, o capitalismo histórico e a civilização capitalista, em vias de se tornarem hegemônicos, necessitariam de um mecanismo de hierarquização de culturas e dos trabalhadores em escala mundial.

Como todas as normativas da OIT – e de outros organismos multilaterais –, as convenções são aprovadas em versões bilíngues. Entretanto, nem sempre há um significado comum transmitido nas diferentes versões. Exemplar é o parágrafo 2º do artigo 1º, crucial para a aplicação dos dispositivos da convenção. Na versão em inglês, lê-se: "Self-identification as indigenous or tribal shall be regarded as a fundamental criterion for determining the groups to which the provisions of this convention apply".

A versão em francês expressa essa mesma afirmativa da seguinte forma: "Le sentiment d'appartenance indigène ou tribale doit être considéré comme un critère fondamental pour déterminer les groupes auxquels s'appliquent les dispositions de la présente convention". Em português, conforme texto incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, leremos: "A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente convenção".<sup>7</sup> Até que ponto "autoidentificação", "sentimento de pertencimento" e "consciência de sua identidade" podem ser entendidos de forma homogênea? Todos refletem sistemas sociais de um ideal republicano "à francesa", no qual a igualdade, a liberdade e a fraternidade seriam para todos?

5 | Aprovada em 1989 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

6 | Wallerstein, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

7 | Os grifos nos trechos reproduzidos são nossos.

Posso pensar que tanto as resultantes nacionais de cada modelo colonial, praticados ou impostos, quanto cada trajetória local – social, política, econômica, religiosa, ecológica ou qualquer outra – se acoplam estrutural, funcional e simbolicamente com a convenção de formas particulares.

Nesse sentido, antes de sugerir uma versão descritiva desse acoplamento em nossas sociedades, apresento uma versão sobre a trajetória dos pertencimentos e modelos hierárquicos explicativos para nossos sistemas sociais e seus elementos constitutivos. Minha versão não acompanha as trajetórias dos processos políticos pendulares, de abertura e fechamento ou das relações entre sociedade e Estado, apesar de ter a certeza de sua importância.

Meu ponto de partida situa-se na segunda metade do século XIX, ainda no período do Império, caracterizado por uma hierarquia social cujo princípio hierárquico correspondia às origens de seus membros e de uma pretensa evolução das raças. Europeus brancos – em sua maioria portugueses – e brasileiros descendentes dos portugueses, já com alguma miscigenação, viviam mundos distintos dos negros africanos, escravos, e dos grupos autóctones, fossem índios aldeados, já submetidos a um processo evangelizador civilizador, ou isolados nas florestas.

Uma mudança no paradigma desse princípio hierárquico foi fundamentada em Arthur de Gobineau,<sup>8</sup> um dos interlocutores preferidos de D. Pedro II. Para Gobineau, a raça branca seria superior a todas as demais e, dentro dessa, os dolicocéfalos da Inglaterra, do Norte da Europa e da Alemanha seriam superiores a todos os demais. Dessa forma, fundamentava-se o paradigma racialista, que teve em Sílvio Romero o maior expoente da tese da supremacia da raça branca e da degenerescência da mistura de raças. Ao reconhecer a mestiçagem biológica e cultural do país, Romero vislumbrava que a superioridade da raça branca acabaria por triunfar sobre as demais: estavam lançadas as bases para as teorias do branqueamento.

Na República Velha, dois pensadores foram centrais para a afirmação da versão racializada da sociedade brasileira: Nina Rodrigues e Oliveira Vianna. O primeiro deu continuidade às teses de Silvio Romero, principalmente, no livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*.<sup>9</sup> Segundo ele, dada a superioridade biológica da raça branca, mesmo com a miscigenação havida, tanto biológica quanto cultural, o “branqueamento” da sociedade nacional e sua redenção seriam inevitáveis.

Oliveira Vianna, especialmente em seu livro *A evolução do povo brasileiro*,<sup>10</sup> trouxe para o campo cultural a superioridade da raça branca pura, e tomou o tema da eugenia como central para o futuro da nação. Em *Populações*

8 | Gobineau, Arthur de. *The inequality of human races*. New York: Herber Fertig Publisher, 1855/1967.

9 | Rodrigues, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1894.

10 | Vianna, Oliveira. *A evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1923/1956.

*meridionais do Brasil*,<sup>11</sup> leis antropológicas de corte evolucionista foram reivindicadas para hierarquizar as raças branca, negra e vermelha, bem como sua mestiçagem, em termos não só de distância civilizacional, como espacial. Novos elementos permitiram mais uma inflexão, desta feita, em direção a um princípio hierárquico culturalista.

Um dos autores mais importantes para esta inflexão foi Gilberto Freyre. Formado na escola sociológica norte-americana da primeira metade do século XX, em *Casa grande e senzala*,<sup>12</sup> Freyre “coordenava os dados conforme pontos de vista totalmente novos no Brasil de então”, como atestou Antonio Cândido.<sup>13</sup>

Entre os jovens leitores de Freyre na década de 1940, estavam o próprio Antonio Cândido, Florestan Fernandes e Oracy Nogueira. Os dois últimos foram centrais para uma nova inflexão na explicação sobre a nação brasileira em direção a uma visão estruturalista do problema racial. Para Florestan Fernandes,<sup>14</sup> éramos (e pensou que ainda somos) herdeiros de uma estrutura social com padrões de estratificação social rígidos. Mesmo que formada por uma grande miscigenação, na nação brasileira, o preconceito racial persistiria em função de uma transição incompleta do modelo patriarcal estamental do Brasil Colônia para uma sociedade de classes do Brasil da segunda metade do século XX.

Oracy Nogueira, por seu turno,<sup>15</sup> propôs uma importante distinção em nossa estrutura social, em cuja descrição se valeu de tipos ideais weberianos, que denominou de preconceito racial de marca característico da sociedade brasileira e preconceito racial de origem, típico da sociedade norte-americana. No primeiro tipo, prevaleceria as aparências, as manifestações ou modos de viver, enquanto, no segundo, o que se indicaria seria o grau de pertencimento aos grupos étnicos que se desejariam afastar.

Ao romperem com o paradigma culturalista freyriano e pensarem os conflitos raciais no Brasil a partir de uma dimensão estrutural-funcionalista, o que esses autores – todos vinculados à escola sociológica paulista – destacaram, de fato, foi a existência do preconceito racial na sociedade brasileira e seus efeitos na construção da nação.

Nova inflexão ocorreu com Roberto Damatta,<sup>16</sup> que, em uma nova leitura da “questão racial”, identificou um duplo movimento de estruturação da sociedade brasileira – hierarquia e igualdade – que produziu um novo aporte teórico para a versão da harmonia racial construída pelo lusotropicalismo freyreano. Nessa linha de explicação teórica, permanência em um dos dois vértices inferiores da pirâmide formadora da nação

11 | Vianna, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1920/2005.

12 | Freyre, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global, 1933/2006.

13 | Cândido, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1967/1995. p. 9-21.

14 | Ver Fernandes, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1966/1972; e Laraia, Roque B. O antropólogo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – RBCS, n. 30, ano 11, 1996.

15 | Nogueira, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, jun. 2007.

16 | Damatta, Roberto. Quanto custa ser índio no Brasil? Considerações sobre o problema da identidade étnica. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 13 p. 33-54, 1976; Digressão: a fábula das três raças. In: *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993; Você sabe com quem está falando? In: *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1990; e Tupi or not Tupi, ou a Virtude está no meio. In: *Conta de mentiroso*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

brasileira – negros “puros” ou índios não aculturados – teria altos custos, logo a “virtude estaria no meio”, na mistura de brancos com negros e com índios, e destes com negros.

Em um processo coetâneo com a aprovação da Convenção 169 da OIT, a Assembleia Nacional Constituinte e os movimentos sociais que também a constituíram produziram a inclusão de uma dimensão pluriétnica no ordenamento jurídico brasileiro. No texto constitucional vigente, vemos direitos indígenas expressos em seu artigo 231, e há direitos culturais atribuídos aos grupos formadores da nação nos artigos 215 e 216. Foram consignados direitos territoriais aos remanescentes de quilombos, conforme expresso no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Soma-se a esse conjunto de direitos coletivos, o meio ambiente, cuja conceituação, no artigo 225, como um pacto geracional voltado para o futuro, define-o como um direito “difuso”.

Os desdobramentos da positivação das demandas sociais no processo constituinte, acoplados com a disseminação Convenção 169, produziram interessantes processos sociais. Um deles pode ser denominado como a “ressemantização do conceito de quilombo”. Esse processo foi caracterizado pela reunião de diferentes movimentos sociais – tanto nas cidades quanto no campo – com múltiplos atores institucionais (do Estado, da universidades e de organizações não governamentais), que produziram uma centralidade do reconhecimento na autoidentificação, nos elementos diacríticos da dimensão cultural desses grupos, nos direitos de cidadania diferenciados e na recusa à fundamentação racialista ou histórica do reconhecimento.

Outro processo percorreu dois caminhos distintos, ambos fundados no reconhecimento de direitos originários dos grupos autóctones da sociedade nacional. Um deles pode ser descrito como o da “etnoressurgência”, que correspondeu à retomada da afirmação da identidade indígena por grupos que haviam se dissolvido nas sociedades locais, sem perder, entretanto, seus laços identitários pretéritos. O outro, um tanto mais radical, tem como descritor a expressão “etnogênese”, no qual novos arranjos étnicos foram produzidos em função de uma perda mais radical dos laços de pertencimento aos grupos aborígenes de nossa nação. Novos etnônimos foram autoassumidos, em muitos casos, produzidos a partir de aldeamentos promovidos pelo próprio Estado. Aqui também estava presente a recusa a “comprovação” racialista, biológica, fenotípica ou histórica.

Um terceiro caminho foi aquele construído com centralidade tanto na Convenção 169 quanto nos protocolos e conceitos que emergiram ou foram fortalecidos na Rio 1992, como as Agendas 21 e o conceito de

"desenvolvimento sustentável". Trata-se da designação de uma categoria que seria preenchida por grupos que não se vinculariam aos dois processos descritos, mas, ainda assim, estariam contemplados no sistema de direitos culturais estabelecidos de forma menos literal na Constituição de 1988: populações, povos ou comunidades tradicionais. Uma consideração que merece ser lembrada é que esses direitos podem ser pensados coletivamente como direitos difusos, caso se entenda tais direitos como correspondentes ao interesse da sociedade nacional na reprodução cultural de sua diversidade constitutiva, representada por todos os grupos formadores da nação, mas que mantêm sua distinguibilidade cultural.

Um dos efeitos desse acoplamento ter ocorrido em paralelo à dimensão da proteção ambiental foi sua definição ter aparecido, em um primeiro momento, em uma legislação ambiental: a lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985/2000). Nesse contexto, "populações tradicionais" não necessariamente se oporiam à modernidade. Sua constituição corresponderia à representação de saberes e relações com os espaços de reprodução cultural, simbólica ou material de forma particular e autônoma. A expressão literal que definia as populações tradicionais era:

*grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando recursos naturais de forma sustentável.*

Mas essa definição foi vetada pelo presidente da República. Do lado do governo, era ampla demais. Do lado do movimento social (seringueiros do Acre, por exemplo), o marco temporal – "três gerações" – era restritivo demais.

Os dois processos descritos, ressemantização e etnoressurgência, davam conta dos acoplamentos que os grupos sociais concretos podiam fazer com a Convenção 169 na trajetória da vindicação de seus direitos. A indefinição do preenchimento do conceito de "populações tradicionais" e sua vinculação, até certo ponto esperada – impressa na imagem de Chico Mendes como seringueiro e defensor da floresta –, com as políticas de conservação da natureza precisava ser superada.

Novas concertações entre atores estatais e não estatais, às quais se somaram representantes dos movimentos sociais, produziram múltiplas discursividades, que acabaram por produzir um novo lugar para identidades sociais não étnicas, "povos ou comunidades tradicionais",

conforme expresso no Decreto Federal nº 6.040/2007, que disciplinou a política federal do desenvolvimento sustentado de povos ou comunidades tradicionais, os quais seriam

*grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.*

Uma rápida comparação entre as duas definições permite identificar mudanças importantes. A primeira estabelece a ligação com a Convenção 169, ou seja, o autorreconhecimento. A segunda corresponde à substituição do marco temporal, “três gerações” por um conceito tutelar, a “tradição”. Tutelar, porque o conceito de tradição, como vários outros híbridos modernos, precisa de agentes purificadores e legitimadores.

O resultado da atribuição de direitos de cidadania diferenciados a grupos tão disparejos, portadores de macroidentidades, passíveis de preenchimento em processos de autoidentificação, foi a eclosão de uma nova clivagem discursiva – tanto na expressão de atores estatais quanto nos movimentos sociais: o “segmento”.

A sociedade nacional passou a receber um novo princípio hierárquico, a “tradicionalidade”. Esse “segmento”, além de ser portador de direitos de cidadania diferenciados, enuncia a recusa a direitos universais e vindica, sim, direitos específicos para o segmento. Segmento formado por identidades tão diversas quanto índios, quilombolas, ciganos, caíçaras, pescadores artesanais, comunidades de terreiro, pomeranos, faxinais, geraizeiros, retireiros, pantaneiros, sertanejos, seringueiros, comunidades de fundo de pasto, quebradeiras de coco de babaçu, e assim por diante.

Essas identidades fluidas, como diria Zygmunt Bauman,<sup>17</sup> podem conviver nos sujeitos com outras, provocando um fenômeno denominado de “transversalidade identitária” por uma mulher, negra, quilombola, quebradeira de coco de babaçu. Ou seja, em cada dessas identidades, o sujeito encontra e busca concretizar direitos diferenciados, que são acessados por diferentes regimes de identidade.

17 | Bauman, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003; e Bauman, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

O direito à diferença e a autodeterminação implícitos na Convenção 169 como um caminho para atingir a igualdade de direitos, mesmo que esses direitos fossem diferentes, parece ter se desdobrado em outros direitos. A proposta do reconhecimento à pluralidade étnica no universo pós-colonial pretendia tencionar cada vez mais os construtos do ocidente nos últimos duzentos anos: ideia de uma unicidade jurídica (o monismo jurídico), de uma rationalidade econômica comum (a *lex mercatoria*) e de organização político-social (apenas uma nação ocupando o território de um Estado).

Vislumbravam-se novas formas de se conceituar “propriedade”, descortinavam-se novos “sujeitos coletivos de direitos”, apostavam-se em “novas temporalidades”. Penso, entretanto, que devo voltar ao singular. Quem vislumbrou, descortinou e apostou fui eu. Acho que perdi...

# PROBLEMAS DE INTERLOCUÇÃO

lisette lagnado

## Prólogo

Sem uma questão a ser debatida, não haveria vida que se realiza no espírito, apenas volúpia burra ou indústria cultural. Formular problemas está na origem de qualquer reflexão. É o motivo que me leva a procurar sinais de interrogação em livros, filmes, obras de arte. O que dizer da mostra *The Spiral and the Square. Exercises in Translatability* (A espiral e o quadrado. Exercícios de tradutibilidade)?

Embora avessa à ideia de impor um timbre pessoal, não consigo iniciar o presente texto sem contar que o problema da tradutibilidade significa falar de uma de minhas mais remotas angústias. Nasci em Léopoldville, capital do antigo Congo belga, no rebanho de uma comunidade judaica, ouvindo conversas trocadas no árabe dialetal da família, sendo, ainda, naquela época, totalmente fluente em lingala, idioma do país. Devo, contudo, minha formação à língua francesa. Em 1974, quando o presidente Mobutu Sese Seko nacionalizou as atividades econômicas, minha mãe escolheu o Brasil como novo destino e migramos para o sistema de representação português, acrescentando o tronco linguístico tupi a uma epopeia de desentendimentos e conversões.

Nessa trajetória, cada deslocamento trouxe seu lote de desassossego.<sup>1</sup> Houve, além do assombro das expropriações súbitas – que reduzem grupos de pessoas a um estado de penúria da noite para o dia –, distúrbios de outro regime, de regime alimentar, mas não pretendo aqui discorrer sobre um trauma. Quero logo encaminhar a seguinte pergunta: como sair da categoria anoréxica e alcançar as leis que regem a antropofagia?<sup>2</sup>

O ânimo e a coragem da expressão verbal devem muito à falta de prazer em mastigar e deglutiir, como se a dificuldade de engolir alimentos encontrasse uma compensação no vômito de palavras destemperadas. Todo mundo sabe o quanto a qualidade do narrador (e, por conseguinte, sua força discursiva) depende de um domínio da língua. Sofrimentos à parte, não deixa de ser um tema relacionado à vontade de exercer algum controle. Não obstante, quem pesquisar as acepções da palavra carisma deparará com o dom da autoridade.

Adaptação de palestra apresentada no dia 13/10/2011, no contexto da exposição *The Spiral and the Square. Exercises in Translatability*, com curadoria de Daniela Castro e Jochen Volz (Bonniers Konsthall, Estocolmo), inspirada no romance *Avalovara* (1973), de Osman Lins. Na mesa-redonda, Vladimír Safatle apresentou o texto *O movimento das ideias*.

Dedico a presente reflexão à Rivane Neuenschwander, com quem partilhei, dez anos atrás, as angústias da filosofia do sujeito e da linguagem, que resultaram no texto *Atos de fala*, 2000.

1 | Ver Clío, Pátria. *Caderno SESC\_Videobrasil*, São Paulo, n. 5, 2009.

2 | O início dessa problemática cultural aparece no texto *Marepe, querido*. São Paulo: Galeria Luisa Strina, 2002.

## Língua nativa não coincide com língua materna<sup>3</sup>

O que dizer de uma norma que abdica das noções de devir e transformação? A língua portuguesa me corrige quando digo “fiz um sonho”. Em francês, o sonho é uma beleza: “faire un rêve” subentende uma “produção”, um trabalho ativo. O sujeito não é mero receptáculo da subjetividade inconsciente, ele também a fabrica. Na língua que me fundamenta, doença e amor são conjunturas físicas, emocionais e morais, com poderes de transfiguração. Por sua vez, em português, não posso “cair doente” (*tomber malade*) nem “cair apaixonado” (*tomber amoureux*) – só me é permitido cair da janela...

“Só a língua materna fica”. A afirmação de Hannah Arendt se torna aterrorizante quando o esquecimento pulveriza nossa suposta faculdade de conservar íntegra a origem (admitindo que essa invenção possa escusar sua ausência). Na iminência de desabar, a língua materna seria mesmo a derradeira casa? Seria ela capaz de nos assegurar uma convicção mínima? Estaria tudo fadado ao aniquilamento, *salvo a língua materna*? A falta de garantia na resposta justifica a experiência da tradução.

Gostaria de partilhar com vocês um artigo de Catherine Mavrikakis, que descobri recentemente, intitulado “*La traduction de la langue pure: fondation de la littérature*” (A tradução da língua pura: fundação da literatura).<sup>4</sup> Nele, a noção de língua materna é associada ao mito da casa ancestral, em que a vida se desenrola sem constrangimento (porque, no princípio, teria havido aquela mama com leite...). Valendo-se do aporte de numerosos autores (Humboldt, Meshonnic, Fédida), Mavrikakis examina a linguagem enquanto produção em vez de, como outros estudos, tratá-la como produto; e eis que observa um ponto inquietante na poesia e na filosofia: apropriar-se daquilo que, de saída, parecia tão familiar não constitui em absoluto uma tarefa óbvia. Mavrikakis reconhece uma potencialidade ameaçadora sub-reptícia da língua materna entrar em colapso e virar ruínas (*objet-ruine*). Ao devolver-lhe seu sentido de estrutura viva, restitui à linguagem seu caráter construtivo. Mais do que uma lei de sobrevivência, a tradutibilidade emerge como método, e método criativo, sobretudo quando a língua global se arvora de passaporte universal.

Toma-se uma exposição como exemplo. Toda exposição carrega um número incontável de desleituras. Estas, entremes, geram ótimas querelas. O cartaz da 27ª Bienal de São Paulo, que organizei com o título do seminário de Roland Barthes, *Como viver junto*, precisava dar conta dos litígios na comunicação e na multidão. Foi um dos critérios para eleger a obra *Speaker's corner*, de Jorge Macchi, como imagem do cartaz do evento:

3 | Como nascer em uma ex-colônia (belga), que experimentou mudanças de nomes (Congo, Zaire) na suposta busca de uma autenticidade, e desprezar o significado psíquico de promessas não cumpridas por uma revolução pela independência? Não caberia atribuir às intempéries equatoriais parte do solapamento da alegria de viver?

4 | A escritora mantém um blog com seu nome disponível em: <<http://catherinemavrikakis.com/>>.

cabe verificar como o sinal gráfico da aspa (sua fonte) transcendia a origem unívoca (o convite de artistas sem a tutela das representações nacionais) e superou as expectativas da curadoria, já que, *a posteriori*, acabou realçando a censura infligida pela instituição.<sup>5</sup>

### Etnocentricidade e multiculturalismo

Vou me concentrar nos desenhos de Mira Schendel, de 1964-1966, com o intuito de agregar hipóteses à mostra *Exercícios de tradutibilidade*. É uma opção consciente, considerando a ausência da artista no certame. Para isso, fui reler a dissertação de mestrado que defendi em 1997<sup>6</sup> e precisei fazer vários tipos de ajustes: não somente uma versão para o inglês, mas diferentes simplificações, a fim de dar ao texto a eficácia peculiar da oralidade, sem contar inúmeros cortes até cercar melhor o tema da mesa-redonda.<sup>7</sup>

Toda pessoa que já escreveu uma monografia acadêmica sabe que o resultado tem uma existência difícil no âmbito externo. Fica evidente que a tarefa que precedeu este artigo reencontra uma das missões designadas por Walter Benjamin ao tradutor, a saber: *como dar sobrevida a um texto?*

O segundo capítulo de minha dissertação analisava as razões e o significado de uma recepção “tardia”. Seria possível fazer coincidir uma extemporaneidade com o argumento de ter permanecido “europeia radicada no Brasil”? Outra inquietação consistia em investigar até que ponto a estratégia multiculturalista teria contribuído para o desinteresse de uma produção distante de uma estética latino-americana.

Basta lembrar como *Tropicália* (1966-1967), de Hélio Oiticica, manifestação ambiental que inclui Parangolé-capas e Penetráveis, atrai uma recepção romantizada na voz de diversos interpretadores ocidentais (mas não somente). Afinal, qual foi o alcance real da afirmação de Oiticica, de que não estava “representando o Brasil” na mostra *Information*, de 1970, no Museu de Arte Moderna de Nova York?<sup>8</sup> Fato é que a compreensão estética de boa parte permaneceu no clichê do exotismo da espontaneidade latino-americana e não integrou o entendimento da expansão do campo institucional da arte.

No lugar, a pecha do ressentimento (obscenidade que acompanha um Glauber Rocha), amplamente difundida nos meios intelectuais brasileiros, ofereceu-se como vertente interpretativa e ocultou a face mais aguerrida da antropofagia cultural e seus desdobramentos. A percepção crítica de um programa “além da arte” demorou até pertencer ao universo das práticas

5 | Ver <http://www.jorgemacchi.com/eng/obra23.htm>. A 27ª Bienal de São Paulo, realizada em 2006, enfrentou censuras do presidente da Fundação.

6 | *Transparência e escritura nas monotipias de Mira Schendel*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

7 | Comecei a escrever a apresentação em inglês, mas, por falta de tempo, metade de meu original permaneu em português e passou para um tradutor contratado pelo museu. Afinal, como sempre acontece, salvei dezenas de versões diferentes e quase iguais, todas perdidas na acumulação virtual de arquivos em Word. Ou seja, encontro-me, mais uma vez, escrevendo um mesmo texto antigo e novo.

8 | “I am not here representing Brazil, or anything else; the ideas of representing, of representations, are over.”

artísticas anti-institucionais. O caso de *Ninhos* talvez seja o mais gritante, lido por muitos como se fosse metáfora de abrigo e intimismo. Por isso, falar hoje de “crítica institucional”, quando a recepção se mostra favorável a uma demanda de contemporaneidade, não é nenhuma prova de mérito exegético.

Acrescenta-se a esse cenário uma clara opção por obras com características nacionais. Obras dotadas de características locais imediatamente detectáveis tinham mais chance de prevalecer sobre aquelas cuja afinidade com estilos internacionais não estivesse plenamente justificada. Palavra tem peso e medida. Para exaltar a obra de Mira Schendel, Mário Pedrosa opta por “grande arte transcendente”. Na hora de se manifestar sobre Oiticica, a adjetivação será de outra estirpe: “antropófago de si mesmo”, “o mais brasileiro de todos os artistas brasileiros”. E para falar de Lygia Clark, Pedrosa tece uma afinidade com a atmosfera de uma plataforma brasiliiana, que remete à importância simbólica da construção de Brasília:<sup>9</sup>

“*Cadê os brasileiros?*” – perguntam. Para esses críticos provincianos, isso significa – mais anedotário, mais pitoresco, mais folclore. E depois, sendo obrigados a reconhecer que o Brasil tem Bienais internacionais modernas, arquitetura moderna, Museu de Arte Moderna em construção espetacular, quanto à escala e ao arrojo da concepção e do projeto; tem uma cidade moderníssima, novíssima em folha, em vias de construção no plano interior do país, então se resignam a alterar a ideiazinha tranquila que afagavam sobre o longínquo país da América do Sul, com o seu vasto Amazonas, suas florestas, papagaios, piragos de índios (!) e cobras for the exciting.

Esse depoimento permite recuperar a legitimidade do debate da arquitetura oficial no Brasil, que, entre outras práticas discursivas, relegou o ímpeto criativo de Flávio de Carvalho ao plano da excentricidade ou da “revolução romântica” (um eufemismo que teve efeito de banimento), sob o pretexto de apresentar influências espúrias (leia-se de origem “europeias”). Chamo a atenção para o primeiro sentido de relegar: banir, expatriar. Parece-me interessante imaginar o que teria acontecido, em termos de valoração histórica, se seu projeto de 1927 para o palácio do governo de São Paulo tivesse sido escolhido e construído. Seria preciso esperar uma arquiteta formada em Roma, Lina Bo Bardi, para a arquitetura vernacular brasileira ganhar sua defesa mais eloquente. Se tanto a contribuição de Flávio como a de Lina tivessem sido compreendidas como legítimas manifestações culturais de um sintoma antropófago, que sentido faria a acusação de não representarem uma “língua pura”?

9 | Pedrosa, Mário. *Por dentro e por fora das Bienais*. In: *Mundo, homem, arte em crise*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 304

A pergunta não é retórica e tampouco poderá ser respondida aqui. A discussão da modernidade e identidade brasileira não é apenas extensa, mas repleta de armadilhas. Todas as tentativas de traduzir um país em imagens são travestidas de funções pedagógicas para, em última instância, reduzir indivíduos, grupos e povos.

O próprio Guy Brett não esconde sua ironia quando descreve os expedientes usados pelo discurso eurocêntrico:

*Magiciens de la Terre at the Centre Pompidou and La Villette in Paris (1989), which billed itself as "the first global exhibition of contemporary art", the curator Jean-Hubert Martin expressed himself as "disappointed" to discover that Latin Americans have "Western" art networks like ours, with galleries, museums etc., and that they read Artforum. He expected to find something totally different and "other", which in his words, would "renew our vision, rejuvenate our interest [Art Press, Paris, May 1989]. He therefore almost completely missed what was in fact of real interest.<sup>10</sup>*

Fazendo o caminho inverso, qual será a imagem que atribui à obra de Mira Schendel? Guy Brett passa praticamente vinte anos sem ver sua produção e, quando retoma o contato, lista uma série de razões em carta enviada à artista:

*It's true that in the '70s and '80s I became very interested in the relationships between art and ideology, politics, history, as I still am – and I also felt closely involved in the efforts to extend art into new fields and media; installations, performance, participation works, video, photoworks and so on (experiments which have now become conventions).*

### Espessura e corporeidade

Que tal compararmos as apreciações anteriores sobre Mira com uma citação de Haroldo de Campos, que ilumina a discussão dos poetas concretos de São Paulo?<sup>11</sup>

*[...] ela tem esse grande respeito matérico pelos elementos que convoca no seu trabalho e, por outro lado, tem o gosto pela escritura. Esta nem sempre é lítrica, às vezes não são letras nem palavras, e o quadro dela já é um poema - um poema-quadro, um quadro-poema.<sup>12</sup>*

Nunca é demais reiterar que a linha de Mira Schendel, além de evocar uma caligrafia, confere espessura e corporeidade a sinais gráficos que ficariam

10 | Ver Brett, Guy. *Border Crossings. In: Transcontinental. An Investigation of Reality. Nine Latin American Artists.* Londres; Nova York: Verso & Ikon Gallery, 1990. p. 11

11 | Em 1953, quando Mira Schendel muda de Porto Alegre para São Paulo, a arte não figurativa se encontra implantada como linguagem moderna. As ideias dos concretistas já circulavam desde 1952, com a revista-livro *Noigandres*, dirigida por Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari, mas só durou até 1962. Em 1956, a Exposição Nacional de Arte Concreta (Museu de Arte Moderna, São Paulo) consolida a posição dos poetas e teóricos.

12 | Entrevista para Salzstein, Sônia. In: (Org.). *No vazio do mundo – Mira Schendel.* São Paulo: Sesi; Marca d'Água, 1996.

no plano da abstração, não fosse sua capacidade de vibrar. Nesse sentido, o termo *écriture* [escritura] de Roland Barthes oferece um leito apto a fermentar significados poético-filosóficos que a artista procurou concentrar em cada unidade exemplar das monotipias.<sup>13</sup> A definição de ascetismo, para Mira, é reveladora: “o ascetismo tântrico é extremamente sensorial e sensual”. Ou seja, contesta o senso comum que imputam a essa doutrina uma perspectiva antagônica à vida: não se trata de falta de manifestação do prazer, mas de saber enxergar uma energia em latência, pronta para eclodir.<sup>14</sup> Só que o rigor da artista, tanto no trabalho quanto nas discussões que gostava de acalorar, assim como sua notória adesão ao “inefável” do *Tractatus logico-philosophicus*, de Wittgenstein, acabou lamentavelmente associando sua obra a uma linguagem austera e cerebral, abolindo aos olhos do leigo camadas de sensualidade que apenas teriam sido possíveis da parte de quem respeita a matéria.

### A dificuldade de nomear

E como fixar com precisão o sentido dessas “monotipias”? Pois esse termo apenas esclarece um aspecto técnico. O que dizer de uma quantidade incomum de óleos sobre papel de arroz, cada um medindo cerca de 46cm×23cm, que não seja da ordem de um campo já devassado? Além de signos puramente gráficos de pontuação e respiração (o ponto, a vírgula...) e da teoria dos conjuntos, o que nos é permitido vislumbrar?

Trata-se de um conjunto homogêneo, porém diversificado. No início de sua classificação, subgrupos receberam alcunhas que talvez permaneçam: linhas, arquiteturas (em forma de U), letras e escritas. Mais ainda, o comparecimento de uma pluralidade de idiomas (francês, português, italiano...) nos ajuda a pensar que Mira Schendel não estava em busca de uma correspondência ideal ou exata – a mimese, segundo Benjamin – entre original e tradução. A artista refuta a tese da língua única e, com o mesmo golpe, a busca nostálgica de uma origem “perdida, única e sagrada”. Abraça todas, residências efêmeras ou profundas, criando algo como uma pátria destituída da função de trazer uma falsa zona de conforto, uma consolação pígia.

Considerando a linguagem um organismo vivo, há tanto índices de entropia como de expansão. Com essa perspectiva, original e tradução se encontram em permanente descontinuidade, uma dissonância que será fonte de alto teor criativo. Graças a essa assimetria, perde-se o sentido de uma origem cristalizada, mas crescem as possibilidades de *transitório* e *inacabado* – atributos fundamentais se a interpretação das monotipias tiver o desejo de superar a rigidez formalista.

13 | Barthes, Roland. *Le degré zéro de l'écriture*. Paris: Seuil, 1947/1953. O capítulo III de minha dissertação deteve-se nessa questão (ver “A escrituras nas monotipias”).

14 | Mira Schendel, pintora. Entrevista a Jorge Guinle Filho. *Interview*, São Paulo, julho de 1981.

De dentro da língua, porém fora de qualquer alívio de tensão, Mira nunca cessou de interpelar noções de identidade e alteridade, e sempre o fez desafiando o problema do íntimo. Na posição de estrangeira radicada no Brasil e no pós-Guerra, existiria alguma plataforma “garantida”? Difícil afirmar, sobretudo tendo em conta que, enquanto procurava um solo de probabilidades (e autoconfiança), o Brasil estava envolto, por sua vez, em outra busca: a definição de sua própria vanguarda. Para aqueles que perseguem a lógica da linha historicista, pequenos óleos sobre papel só podiam efetivamente deslizar na contramão da busca de uma identidade e radicalidade...

### A transparência do acrílico

A dessincronia da recepção da obra de Mira coincide também, vale dizer, com outras contramãos das tendências internacionais dos anos 1960 e 1970, notadamente da *pop art*, do minimalismo e do conceitualismo. Mesmo com os *Objetos gráficos*, é interessante observar que a artista permanece fora da sistematização da crítica de arte: não se “enquadra” nem na teoria do não objeto, de Ferreira Gullar, nem na chamada arte cinética, a despeito de toda a boa vontade de Guy Brett de integrá-la dentro de um movimento ou um estilo. Tampouco a poesia concreta será uma designação adequada, tendo em vista que a experiência autor/leitor mimetiza o andar do tempo.

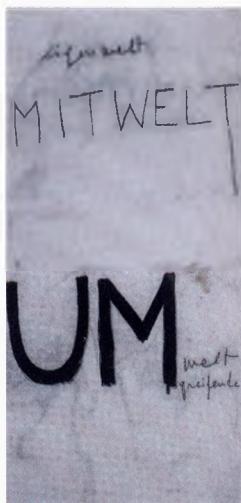
Mira Schendel nos dá a ver uma lição preciosa: de que repetição não é mera reprodução, há graus e graus de saturação, nunca idênticos, mesmo na simultaneidade. Ou seja, não há “frente” nem “verso”, nem lado “a” e lado “b”, é tudo mistério. A criação artística, como a vida, se dá no plano do “aqui e agora”, *hic et nunc*. Para conseguir dar a seu “leitor” a experiência do espaço temporalizado e do presente contínuo, encontra nas qualidades do acrílico uma profundidade virtual possível só hoje na era da tecnologia digital – que a fisicalidade tradicional do livro fatiado em folhas bidimensionais (frente e verso) não permitia conceber. Eis como Mira se refere ao material:<sup>15</sup>

- a. torna visível a outra face do plano, e nega, portanto, que o plano é plano;
- b. torna legível o inverso do texto, transformando, portanto, o texto em antitexto;
- c. torna possível uma leitura circular, na qual o texto é centro imóvel, e o leitor é móvel. Destarte o tempo fica transferido da obra para o consumidor; portanto, o tempo se lança do símbolo de volta para a vida;
- d. a transparência que caracteriza o acrílico é aquela falsa transparência do sentido explicado. Não é a transparência clara e chata do vidro, mas a transparência misteriosa da explicação, de problemas.

15 | Texto datilografado encontrado nos arquivos da artista. Sem data e sem assinatura.

Não bastasse o multilinguismo, o conjunto de monotipias reivindica a diafaneidade como modo de aparecer no mundo. Até aqui, nada de novo. Contudo, dizer que as monotipias não aspiram *nem à totalidade nem à comunicação* põe em relevo dois termos utilizados por Benjamin para designar justamente aquilo que a tradução não tenciona como meta. Mira Schendel pretendia questionar o lugar da linguagem e seus modos de enunciação. Cada palavra é convocada em função de uma escolha muito precisa. Ao escapar da leviandade discursiva, Mira traz o peso de uma tradição da linguagem. Assídua leitora de Heidegger, intuiu que *Zeit* não poderia receber o termo “tempo” à guisa de tradução sem um confronto com cada situação semântica. O substantivo *Welt* aparece em companhia de *Mitwelt*, *Umwelt*, *Eigenwelt* e, se a barra vertical da letra “t” de *Zeit* apresenta um alongamento desproporcional, a intenção – nítida, na minha leitura – é de trazer à superfície um conceito que não se deixa representar, o conceito de duração.

Sua família é dos poetas que trabalham com a intuição como método e a filosofia como sensibilidade. Isso me permite afirmar sem medo que Mira pertence à família dos filósofos que intuem. Penso que a filosofia era, para ela, um meio e não um fim. Podia ser um “não saber”, certamente seria sofisticado. Além de Wittgenstein, deve ter mergulhado na fenomenologia de Husserl, autor que estabelece uma ponte entre o solipsismo e a intersubjetividade. O exercício do rigor dispensa – ou pelo menos procura dispensar – a tessitura psicológica do pequeno “eu”. Basta ver que, abaixo das linhas mais grossas de *Welt* e *Umwelt*, está, quase ilegível, *Eigenwelt*, termo este que designa o ambiente que nos envolve e ameaça por todos os lados.



Mira Schendel  
Sem título, Monotipias  
óleo sobre papel de arroz  
46,9x23,1cm  
1965  
Coleção Marcela e Israel Furmanovich

16 | De acordo com a Wikipedia, a palavra *alegoria* provém do latim *allegoria*, a latinização do grego αλληγορία (*allegoria*), “linguagem encoberta, figurativa”, de *allo*, “diferente” (outro), + *agoreuo*, “falar em público” e de *ayopá* (*agora*), “assembleia” (disponível em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Allegory#Etymology>>).

### *Senza metafora*

Palavra é pigmento. À língua italiana, cuja fonética é mais aberta, Mira Schendel reserva palavras lúdicas e sensoriais, *gioco*, *divirto*, *l'augúrio*, *qui qua*, *si sa*, *non si sa mai*... Sua musicalidade recorda o que a língua tem de físico e orgânico, que necessariamente mobiliza, além do órgão muscular, o céu da boca, a garganta, os dentes, o diafragma. Diante de uma monotipia-partitura pontuada de “aaa”, torna-se praticamente impossível olhar sem ouvir. A vogal “a” expele o ar para fora dos lábios entreabertos, podendo revestir entonações de suspiro, bocejo ou gozo. E, claro, dependendo da espessura da linha, se mais grossa ou tênue, se agigantada ou minúscula, maiúscula, cursiva ou em letaset, quantas possibilidades de emitir um som... O clamor crescente de uma assembleia de aaaaaaaas torna-se “Alle” e “Alles”, “todos” e “todo”, sendo que *Alle* é o corte metonímico para o canto de Alleluia, frase melódica que também traz à memória o termo latino *allegoria*.<sup>16</sup>

Avisto todas essas monotipias na alegoria do peregrino. Ao procurar abolir a linearidade da leitura, a discussão que encontro na obra de Mira Schendel está absolutamente afinada com a busca de Lygia Clark e Hélio Oiticica – mesmo que seguindo por trilhas diferentes. Se há uma visada filosófica que une esses artistas, ela se manifesta na questão do devir e da duração, melhor explicitada nos trabalhos que negam a totalização efetuada por sequências narrativas. Por isso, a antropofagia servirá de antídoto contra a nostalgia de uma língua negada. Na teimosia do sobrevivente, o conceito de bricolagem corrige a falta.

Não pertencer a um só fundamento cultural e a uma só comunidade étnica desempenham papéis de legado e horizonte. “Língua pura” é toxina para a vida. Sei que deixei em aberto muitas questões. Talvez seja a melhor desculpa para voltar ao problema.



Mira Schendel  
**Sem título**, Monotipias  
óleo sobre papel de arroz  
46x23cm  
1964/65  
Coleção Ada Schendel

Mira Schendel  
**Sem título**, Monotipias  
óleo sobre papel de arroz  
46x23cm  
1964/65  
Coleção Ada Schendel

1964

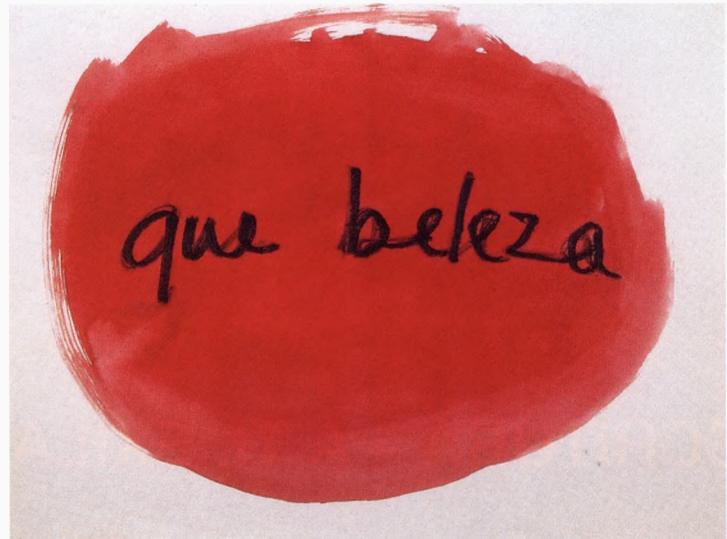
46x23cm

óleo sobre papel de arroz

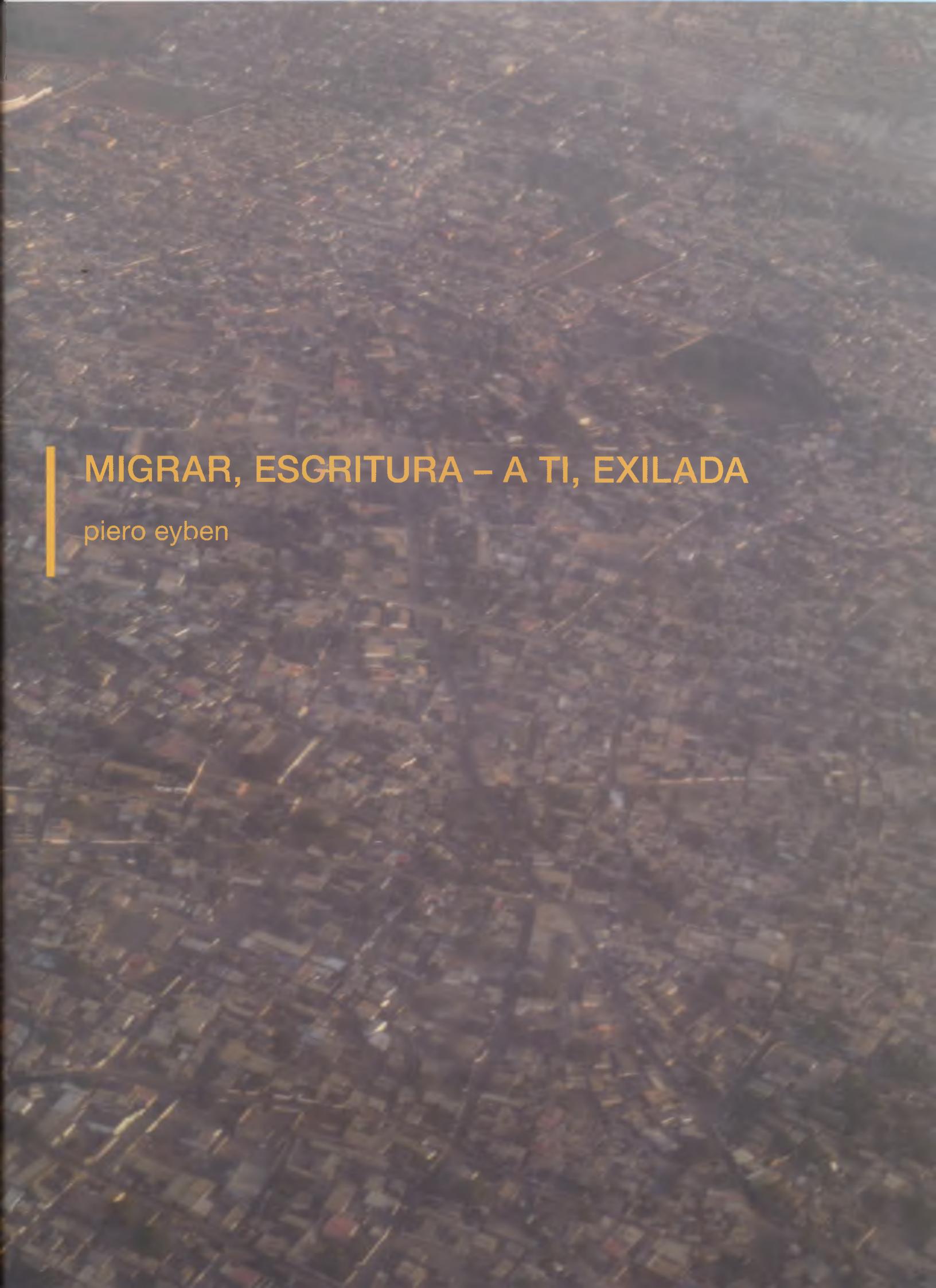
Sem título, Monotipias

Mira Schenide





Mira Schendel  
**Sem título**  
ecoline e bastão de pastel sobre papel  
43x61cm  
meados da década de 1960  
Coleção Amélia Toledo

The background of the book cover is a dark, grainy aerial photograph of a city at night. The city lights are visible as small, glowing points and streaks of light, creating a textured pattern against the dark sky.

# MIGRAR, ESCRITURA – A TI, EXILADA

piero eyben

Linha tênue, fora do lugar.

Há um espaço em que a lei de escrever soa – pois vocaliza o grafema, implode-te o terreno maciço da territorialidade – veementemente contrária, reversa. Letra a letra, precisas ser acolhida. O escrito, imóvel, deve ser perpassado pela experiência – ela mesma aporética – e, assim, destituir-se desse masculino-adjetivo e, remoldando-se, dar-se à escritura sempre nesse lugar indefensável da borda, do limite, da fronteira. Está-se fora do lugar, para fora do lugar. Fluxo, em vestígios. Há, sendo rastro, portanto, pluralidade, outro, linguagem dada ao rosto. Um modo de sair, Édipo escondido no bosque sagrado das Eumênides, em Colono, onde ele é necessariamente exógeno. Um modo de sair, Lear destronado – *Lear's shadow* – por si mesmo de seu próprio reino. Um modo de sair, não há modo de sair dessas tragédias, estás presa num nó de Epimeteu, no esquecimento que produz a própria escritura. Linha tênue, o lugar é apenas rastro, não se decide a senda do caminho – Borges ou Heidegger –, permuta-se a experiência, sempre desastrosa, do aporético hospedar-se; por isso, se migra, ensaiando estar em um lugar outro que é sempre exílio, exílio de exílio. A palavra dá-se conta de sua demora, em que lanças à diferença de tudo, à parte.

Dizer migrante é dizer a ti. Uma lei do ti. O que equivale dizer, em um outro sentido, que a escritura de migração é, antes de tudo, uma lei que se instala a partir da lógica da carta, do envio – do velho *envoi* trovadoresco –, da dinâmica entre a migração e a impossibilidade do próprio. Como lei do ti, a escritura mantém-se – e aguardas sempre o recebimento mediado, deslocado, destituído por um timbre, um selo, mesmo eletrônico – como uma demora, como traço que se coloca como evento, em seu paradoxo quase acidental, de dicção, no lugar entre dizer e interditar. Assim, como lei do ti, nada sustém essa morada – afetada pela lei outra, lei do outro, esse paradoxo necessário de toda linguagem que se inscreve fora, para fora, de fora – senão uma lógica anterior a qual se remetem a interdição e a diversidade, o caminho estrangeiro e a familiaridade na qual te sentas, sorris, comprehendes.

Eis o ti do nome: caminho que não se inscreve, monturo repulsivo – eis o pleonasmo – do qual apenas uma possível lastração pode se modular, tropicamente, em um acidente. Todo nome pode nascer da viagem.

Lembras daquele de Odisseu, que é muitos. Em primeiro plano, Odisseu afirma-se, na pronúncia do nome que até então escondeu – *eím' Odyseüs Laertíades* (IX, 19) –, e desse nome contará sua história, assumindo a voz de Demódoco. Essa nomeação dá-se em direção a um outro, que respeita a lei da hospitalidade, que recebe independentemente da estranheza de não se saber um nome, que aguarda uma lágrima para se mostrar e assumir a responsabilidade frente a sua história – que é sempre de retorno. Em “Sou Odisseu Laertiade”, há claramente uma forma outra do narrar, aquela em que se escreve a experiência; há, aqui, um eu que se coloca como potencialmente verdadeiro, potencialmente articulista – mesmo se tratando do *polymetis*. A segunda nomeação odisseica é um contraponto – e um contrassenso – que se move contra a hospitalidade. Ela nasce da primeira história que Odisseu contará a ti. Trata-se do ser sem-lei – *athemístia* (IX, 189) –, do muito longe, esse Ciclope. O pedido de Odisseu é claramente uma reivindicação legal, um pedido pela honra dos deuses, o que equivale dizer: dar dons pela hospitalidade. Diz o verso: “*eí ti pórois kseinéion eè kai állos / doíes dotínen, hé te kseinon thémis estín*” (IX, 267-268). No entanto, há aí já uma dispersão do multiastucioso, pois interpela pela *themis* (justiça) a um ser que se caracteriza pela *athemistia* (ausência de justiça). Odisseu, enquanto forasteiro, o hóspede-amigo – *kseínoisin* – reclama seus dons no intento de que se cumpra a lei sobre uma economia outra e, obviamente, esse lugar da distância exige outra demora, outra senha, que ele não possuía, até agora. E, aqui, surge o estratagema que é ele mesmo a denominação, a reverência ao nome, que é referenciável. Odisseu esconde seu nome, dizendo-o. Poeticamente se vela e revela. Na súplica pelo dom que cabe ao hóspede – *sù dé moi dòs kseínon* (IX, 365) –, Odisseu esconde-se em Ninguém – *Oútis emoi gónoma: Oútin dé me kikléskousi* (IX, 366) –, na reverberação existente entre *odisseús* e *oútis*, na reverberação entre o Ciclope (*kyklops*) e o chamar (*kikléskousi*). O jogo de Odisseu é um jogo com o nome, com o chamar-se pelo nome. Como chamar-te em uma língua outra? O efeito do nome ciclópico sobre a denominação é justamente um limiar, “o limite sem nome contra o qual vem tropeçar a linguagem”<sup>1</sup>. Todo ato de escritura se faz, por isso, como um ato último, como um fluxo que se impõe a ti como um estrangeiro. Esse limite é, a um só tempo, um limite que destitui o nome, faz tropeçar a linguagem, como um artifício – e entro aqui no terceiro plano, para a fuga, da experiência denominativa de Odisseu –, que faz com que um sujeito assuma seu nome, nesse ato de exílio eterno, como o caminhar desse herói pelas águas. Na mais-que-célebre passagem do acolhimento de Odisseu em sua casa, na lavagem de seus pés por Euricleia, conta-se a história de como o nauta ganhou a cicatriz que se revela à criada. Aqui o narrador dá voz a Autólico, avô de Odisseu, para que ele dê nome ao neto. Esse nome não deixa de ser absolutamente estranho, composto desse estranhamento que é a própria experiência

1 | No original: “*la limite sans nom contre laquelle vient buter le langage*”. Foucault, Michel. *La pensée du dehors*. In: *Dits et écrits 1, 1954-1975*. Paris: Gallimard, 2001. p. 564.

narrativa de Odisseu: por conta de um despertar do ódio (*odyssemai*), seu avô o chama Odisseu (*Odysseus*) – mais um jogo poético quase impossível em uma língua outra.

A viagem odisseica é, no fundo, um veio de rastros que deve considerar seu amor pela casa, sua economia impossível, tendo em vista a dificuldade em se definir a verdadeira morada do herói: a ilha – lugar utópico de guerra e desavença, de traição e passividade –; ou o mar – lugar igualmente utópico da vastidão, da eterna novidade e do desafio. Odisseu, como seu nome, é uma aporia do próprio. Só há morada, nele, na demora, dele. Dito de outro modo, quando me dirijo a ti sempre é preciso dizer-te como se mora junto, tua *oikonomía* (economia) é um percurso nesse impossível para sempre no qual a noção de propriedade, de intimidade privativa é suplantada por um outro que o define – seja o aedo, que conta o passado imemorial; seja Polifemo, perdendo-se no ato de ninguém; seja o “lobo-em-si” de seu patronímico que produz só ódio. É sempre um outro, na condição de eterno exilado, que outorga a nomeação, a escrita que me faça dirigir-me a ti.

O que se dirige, portanto, a ti é, de uma parte, a própria ideia de demora, mantendo-te em um tempo de permanência, de uma porta que desponta um limiar dessa presentificação imposta pelo nomear, pelo estar em trânsito infinitamente e, daí, preso aos direitos que não são controláveis pela incomensurabilidade do estar lá e do estar aqui; e de outra, na moção promovida pela morada, nesse amor do lar impossivelmente passivo, necessariamente lançado como um lugar do conhecido, do familiar, onde a lei – mesmo pertencendo a *athemística* – produz a condição da imigração, do deslocamento para um lugar outro, para além do espaço civil ao qual estamos agarrados.

Há sempre um risco aqui, tu bem o sabes. Estranho e ilimitado é o processo da decisão frente à hospitalidade e, logo, frente a uma escritura que se pretende migratória. Jacques Derrida conduziu a hospitalidade ao campo do conhecimento do nome próprio, da odisseica ventura – “a hospitalidade consiste em fazer tudo para se dirigir ao outro, em lhe conceder, até mesmo perguntar seu nome, evitando que essa pergunta se torne uma ‘condição’, um inquérito policial, um fichamento ou um simples controle de fronteiras”<sup>2</sup> –, mas também da relação necessariamente violenta – por ser impossível suspendê-la – de fazer com que os direitos daquele que é recebido, imigrante que tu és, sejam proferidos em uma língua que não é a tua; em um conjunto de prescrições que se fundam por uma memória que está longe. Assim, ocorre, nesse nomear, para além do controle de passaportes, em seu limiar mais substantivo, uma expropriação, um deslocamento dos limites oficiais. Aqui se instala a escritura – essa que

2 | Derrida, Jacques. O princípio da hospitalidade. In: *Papel-máquina*. Tradução de Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 250.

te escrevo, sempre em segundo plano –, pois é sempre um porvir, um estrangeiro, que não chega nunca à familiaridade, não está nunca perto de si. O extremo aqui é, claro, uma forma de acolher; no entanto, há aqui um acolher que é do mesmo nível da infidelidade, da tradução.

Ora, não aguardas o tempo dessa migração. A escritura permanece à parte, como que de margens e pé-de-página. Há uma multiplicidade em que te escreves e, por isso, o ato poético é sempre um impasse entre o outro e uma língua outra. Transferir o sentido, nesse ponto, é lidar com o inacessível de uma senha, de um som impraticável em tua língua. Derrida, ainda ele, ao analisar Paul Celan, chega à encruzilhada: “Multiplicidade e migração de línguas, é claro, na língua. Teu país, disse ele, emigra em todo canto, como a língua. O próprio país emigra e transporta suas fronteiras. Ele se desloca como esses nomes e essas pedras que se dão em garantia”.<sup>3</sup> Aqui o múltiplo país – aquele das laranjeiras de Goethe, do sonho do exílio dourado, “Dahin! Dahin möcht’ ich mit dir, O mein Geliebter, ziehn” – subverte todo próprio, dissocia o poder de um eu que seja capaz de um “eu posso”, desloca, por essa senha mágica – schibboleth, xibolete –, a ipseidade, o mesmo do mesmo. Nenhuma escritura, tu o conheces, pode construir-se na mesmidade. Apenas nessa dimensão de fronteira. No termo, da última fala – Sprich auch du – em que a escritura pode se fazer como um imperativo dessa alteridade, como uma necessária movência no nascimento das línguas. Não me pedes uma noção soberana, pois não há aqui senão uma cadeia de antinomias, de neutralidade na despossessão da língua.

3 | No original: “Multiplicité et migration des langues, certes, dans la langue. Ton pays, dit-il, émigre partout, comme la langue. Le pays même émigre et transporte ses frontières. Il se déplace comme ces noms et ces pierres qu'on se donne en gage.” Derrida, Jacques. *Schibboleth*: pour Paul Celan. Paris: Galilée, 1986. p. 52.

4 | Como propôs Derrida, em *Donner la mort* (Paris: Galilée, 1999), ao reler a problemática existencial de Heidegger junto a Kierkegaard e Patočka, tanto no ensaio homônimo quanto na leitura crítica do aspecto fundacional da literatura a partir do episódio de Isaac, no *Gênesis*, e da *Carta ao pai*, de Kafka, em “La littérature au secret – une filiation impossible”.

5 | No original: “Quiconque doit pouvoir déclarer sous serment, dès lors: je n'ai qu'une langue et ce n'est pas la mienne, ma langue 'propre' m'est une langue inassimilable. Ma langue, la seule que je m'entende parler et m'entende à parler, c'est la langue de l'autre”. Derrida, Jacques. *Le monolingisme de l'autre ou la prothèse d'origine*. Tradução de Fernando Bernardo. Paris: Galilée, 1996. p. 47.

Dentro da língua, o vasto do mar é, por certo, a dimensão dessa fronteira: estar para fora, lançado à parte, como Aquiles – rapsodo na beira da nau. Trata-se, portanto, de um quem quer que seja, de um estar mais aquém de toda propriedade. Um outro é sempre um qualquer outro, espelho do todo outro e, com isso, faz-se – penso que sempre fazes o caminho mais tortuoso – uma impossível responsabilidade, uma resposta que é, por si mesma, mantida em segredo, à distância.<sup>4</sup> A escritura – a tua –, portanto, como um ato; como o espelho de uma cena que se declara contrária a toda soberania linguístico-identitária, apenas por haver uma falha, um caminho na linguagem, que é da aporia frente ao termo último, à fronteira de um estado de coisas, que se converte naquilo que chamamos comumente de língua materna. Ainda com Derrida, à impossível formulação de certo monolingüismo: “Desde então, qualquer pessoa deverá poder declarar sob juramento: eu não tenho senão uma língua e ela não é minha, a minha ‘própria’ língua é-me uma língua inassimilável. A minha língua, a única que me ouço falar e me ouço a falar, é a língua do outro”.<sup>5</sup> Com isso, nenhum sujeito – melhor seria, nenhuma história que constitua um sujeito – é capaz de dizer sem mentir, de contar sem que seja a distância. Esse sujeito

qualquer é a marca de uma impossível origem, de uma injunção para o originário e, portanto, se desloca na falta, no sobreiro de um ato migratório, de um fluxo languageiro, no qual todo texto se efetua. Há aqui uma dupla fronteira entre países: o estrangeiro e o natal. A língua, como processo colonizador (portanto, como base de uma cultura), é sempre uma dobra dessa *demeure*, desse *mette en demeure à demeure*.

Tu escreves, bem o sei, em uma língua subtraída. Língua de exilado. Em potência, nenhum hóspede. Essa língua é o termo, o desígnio. Como subtração de ti mesma, o lugar dessa língua é a interdição. Esperas. O campo se constrói no excesso e, logo, na fronteira dessa soleira em que habitas. Habitó uma língua que não é minha e, no entanto, é apenas minha. O que importa dizer que estou em uma condensação poética para o idioma, na mesma medida em que estás em uma economia idiomática de teu estatuto político. Reverso aqui, no espaço da escritura – é aí que descobres a importância da tradução, dessa impossível atividade, se se quer, palavra por palavra –, que se dobra em um acontecimento de procedência, daquilo que vem do outro, nesse dativo da diferença de uma promessa. Ora, sabes como nunca: todo poeta é exilado em sua própria língua. Está ilhado. Um oximoro impossível ao termo do exílio. Estar fora da ilha – o próprio de Odisseu –, estar apenas na ilha – o outro de Odisseu. Aliás, não foi Edward Said quem afirmou que “o exílio é uma condição ciumenta”<sup>6</sup>? O desenraizamento efetuado a partir do dentro da experiência de exilado, ou seja, uma aporia levada ao limite – tanto em fluxos de pessoas que se deslocam de forma impositiva, como é o caso dos terríveis assentamentos sionistas, que subvertem quaisquer lógicas no direito de um Estado, e os quais tu te colocas frontalmente; quanto na transformação de uma escritura, de dentro, de um estar-se gaguejando na língua, na impossível identidade da herança literária. Estás a ver, entre hostilidades, hospitalidade. A fronteira desse ciúme – sempre sentido por quem está longe – é certamente um limite intransponível do outro que efetua a linguagem no alheamento, na outorga da diferença. O que equivale dizer que só na distância – no estranho – a escritura pode se manter, se desarticular, te violar.

O caminho da escritura é a senda do poeta. E Rainer Maria Rilke viu isso, escrevendo, claro: “Por entre os prados, suave, em plena calma, / deitado, como longa veia branca, / via-se o risco pálido da estrada. // Desta única via vinham eles”.<sup>7</sup> A estrada órfica é, sem dúvida, uma listra alva, um estar-se em dúvida a distância em colocar-se como silenciado, maculado pela própria língua. Essa articulação está proposta como uma espécie de espaço no qual todo caminho é sem fim, tratando-se de uma enunciação infinita e murmurante. Diz Rilke – quase que de mim para ti –, “tudo é distância”, afinal. Talvez aqui uma das perguntas mais importantes para se demover do

6 | Said, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 51.

7 | No original: “Und zwischen Wiesen, sanft und voller Langmut, / erschien des einen Weges blässer Streifen, / wie eine lange Bleiche hingelegt. // Und dieses einen Weges kamen sie”. Rilke, Rainer Maria. *Orpheus. Eurydike. Hermes*. In: Campos, Augusto de. *Coisas e anjos de Rilke*. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 88.

espaço em que há certa garantia do sujeito: "Não haverá afinal um lugar em que se deixe / falar a língua dos peixes, *sem* o peixe?"<sup>8</sup> Essa distância do *sem*, da terra odiosa do *sem*. O sem-fim da distância é também um encriptar-se dentro da linguagem poética e, portanto, um caminho que não se permite, que se torna inacessível, dado apenas como se. No fundo, apoesia remonta um lugar para a hospitalidade, um possível *chez-soi*. A ti, no entanto, dirijo-me em francês: "*cette porosité absolue, cette accessibilité sans limite des dispositifs techniques destinés à garder le secret, à chiffrer, à assurer la clandestinité etc., c'est la loi, la loi de la loi*".<sup>9</sup> Nesse código que faz passar, frente à distância, o estreito da linguagem, a linha tênue de um dizer: "eu falo".

Em uma fala, em um dizer os poros onde contrassino um espasmo. A ti me dirijo, de fora, de *hors*. Um hóspede no rumo do abismo – entre tu e eu – ou seja, no desaparecimento possível que se importa aqui. Migro, em uma frase de Epiménides, analisada por Foucault, em um compromisso de ler certa proteção desse sujeito que fala, ser ele mesmo que é falado. Ora, o pensamento do fora, no qual a linguagem mostra sua fala, é construído no processo dissimulatório de uma modulação. Guimarães Rosa – a que sempre te dedicas – propôs, em uma voz "imesclada, amolecida", que a narrativa começa "no ele falar naquilo".<sup>10</sup> Incerta afirmação, maculas o narrável, a matéria acontecida. Assim, para "retrouver l'espace où elle se déploie, le vide qui lui sert de lieu, la distance dans laquelle elle se constitue et où s'esquivent dès qu'on y porte le regard ses certitudes immédiates"<sup>11</sup> e, com isso, desmembrar toda ficção em reflexão, todo conjunto de neutralidade da enunciação subjetiva em um ele que reverbera em um espaço, em um lugar, em um relato no qual o narrador não se sabe, mas exige estar "no ele" de um eu "falar naquilo". Espaço por si só limítrofe, multiplicado enquanto experiência hospitaleira e, portanto, de uma impossível justiça, palavra a palavra.

8 | No original: "Aber ist nicht am Ende ein Ort, wo man das, was der Fische / Sprache wäre, ohne sie spricht?" Rilke, Rainer Maria. II, 20. In: Campos, Augusto de. Coisas e anjos de Rilke. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 164.

9 | Derrida, Jacques. *Anne Dufourmantelle invite Jacques Derrida à répondre de l'hospitalité*. Paris: Calman-Lévy, 1997. p. 61.

10 | Rosa, João Guimarães. Lá, nas campinas. In: *Tutameia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 97.

11 | Foucault, Michel. La pensée du dehors. In: *Dits et écrits 1, 1954-1975*. Paris : Gallimard, 2001. p. 549.

Quanto à incerteza de tua migração, aguardo instarem-se todos os gastos. Borda tênue da palavra que reverbera aberrante, dos craques-e-nó do pasmo e de suas negações – como Joyce escreve naquela língua lá dele: "*reverberration of knotcracking awes*" (FW, 143.13). Aguardas, portanto, no híante espaço desse escrito – força que exige um fundo dirigido, um perde-te na extensão do silêncio frente ao outro. Em uma expressão, a experiência do fora. Desapareces nesse texto, que migra, reflui, recomeça. Escreves.

Poro  
Por outras práticas e espacialidades  
Belo Horizonte, MG  
2010

Série de 13 cartazes lambe-lambe impressos em serigrafia, no formato 100x70cm, afixados em locais públicos.  
Para baixar e imprimir: [www.poro.redezero.org/cartazes](http://www.poro.redezero.org/cartazes)

eu-para-mim-mesmo  
o-outro-para-mim  
eu-para-o-outro

SI

NÃO

SIM

NAO

AL

nça  
cia



# DA REDE AO RIZOMA

emmanuel jaffelin

Habituamo-nos a confundir as atividades subterrâneas, *underground*, com uma corrente vanguardista ou uma ideologia não conformista. Foi assim que algumas formas de música receberam o rótulo de *underground*. Lou Reed e o Velvet Underground constituem o exemplo mais simbólico desse procedimento purista, que é subterrâneo, porque pensa que perderia sua alma sob as *sunlights*. Esse viés vanguardista, contudo, tem seus limites: numerosos grupos ou correntes artísticas são *underground* no início e *on the top of chars* alguns anos depois. Os músicos cabeludos e desgrenhados acabam suas carreiras vivendo de gordos rendimentos proporcionados pelo sistema mercantil e capitalista. Observa-se o mesmo fenômeno na pintura: Andy Warhol era *underground* nos anos 1950, mas, a partir dos anos 1960, transformou-se, à frente de sua *factory*, no papa da Pop Art. Ao sabermos que ele foi o produtor do Velvet Underground, fica fácil entender que a vocação do subterrâneo é não permanecer. A música *punk*, nascida às margens de todo sistema comercial, deixou *essas margens* graças aos estilistas Vivienne Westwood e Malcom McLaren, que asseguraram sua promoção. Tudo se passa como se, na arte, o *underground* caracterizasse o nascimento, mas não a essência dessas correntes que – compreendemos tardivamente – buscavam, desde o início, mas obscuramente, a luz. Decorre disso que os artistas e as correntes que permanecem *undergrounds* o são em igual medida por seu purismo e por sua incapacidade de encontrar o caminho do sucesso. Inversamente, aqueles que vêm à luz o fazem por uma rede que prepara as condições de sua aparição, de sua acolhida e de sua promoção. *Fiat lux, et lux fuit.*<sup>1</sup>

A arte, contudo, não tem o monopólio do *underground*, o qual desempenha um papel igualmente importante em política. De fato, a política é, como os oceanos: atravessada por correntes. Entre essas, algumas são dominantes e veem a sociedade se organizar em torno dos valores que impõem. Outras, todavia, o são menos ou o são tão pouco que se tornam dominadas, minoritárias e, consequentemente, marginais e subterrâneas. Entretanto, é sempre nessas correntes discretas e sem audiência que germina o porvir de um povo e se fomentam as mudanças de uma sociedade organizada por alguns grandes partidos. Essas correntes se formam, em geral, em torno de algumas pessoas na mais imensa confidencialidade; elas se transformam, em seguida, numa força política dominante, que pode se impor, substituída por uma ideologia, durante decênios. Foi esse o caso das correntes políticas socialistas na Europa do final do século XIX. Quem poderia pensar que, de

1 | "Faça-se a luz, e a luz se fez" (*Gênesis*, I, 3).

Tradução: Gabriel Rezende

Revisão da tradução: José Otávio Guimarães

todas as correntes socialistas em competição por volta de 1840, o marxismo triunfaría de modo tão notável no século seguinte, relegando seus concorrentes ao *status* de "rascunhos *undergrounds*". Lembremos que Marx, em 1845, foi posto para fora de Paris por Guizot, que se incomodava com o ativismo desse revolucionário alemão num país tão facilmente sujeito a sobressaltos. A revolução que nasceu em 1848, entretanto, não reivindicava de modo algum o nome de Marx! Ela se enraizava nas correntes socialistas francesas, como a de Louis Blanc, que participaria, logicamente, do governo provisório. Essa revolução coloca em evidência, assim, as contradições entre os diferentes socialismos, notadamente entre o reformismo de Louis Blanc e o inflexível pressuposto de violência de Auguste Blanqui. O *underground* chega ao poder, mas não sem dificuldade e, saliente-se, sem nenhuma perenidade. O marxismo seria implantado na França somente em 1889, isto é, na Segunda Internacional. Ninguém acreditaria que essa corrente socialista, cuja influência crescia lentamente entre os operários europeus, provocaria uma revolução sem precedentes na Rússia de 1917, onde o partido minoritário bolchevique de Lenin constituía propriamente o símbolo do *underground* político. Como adivinhar, em 1917, que essa minoria – consciente ela mesma de ser a Rússia um país excessivamente rural para reunir as condições revolucionárias pensadas por Marx – acabaria tomado o Kremlin, fazendo da União Soviética uma fonte de clivagem do mundo por três quartos de século?

Assim, salvo aquelas que permanecem agrupadas e noturnas por purismo ou porque falharam na conquista do reconhecimento (político ou econômico), as atividades subterrâneas não possuem vocação para se conservarem ocultas. Todo artista busca sair da obscuridade para obter o reconhecimento, todo agrupamento político se esforça para seduzir um círculo maior de militantes, toda seita visa constituir ao redor de seus fiéis uma Igreja, todo clube esportivo local adoraria obter o reconhecimento global. Em suma, numa única palavra, toda pulsão de sociabilidade tende à hegemonia. Nessa perspectiva, a rede<sup>2</sup> aparece no início do século XXI como o alfa e o ômega de toda crença, de toda mudança de escala, de toda exposição à luz daqueles que impulsionavam suas ideias, seus valores e seus interesses na obscuridade. Os franceses chegaram até a forjar um neologismo para colocar em evidência essa necessidade da rede, para deixar o anonimato ou para não cair nele novamente. Trata-se do verbo "redear" (*reseaunter*) que diz claramente a intenção daquele que "redeia" (*résaute*). O "redeador" (*réseauteur*) esforça-se, usando todos os meios que estão a sua disposição, para ser apreciado e reconhecido em suas relações sociais, utilizando as conexões as mais sólidas – chamemos-las de *redes* – para se implantar de modo eficaz e durável. Nos tempos de Luís XIV, o sucesso social passava pela *cortesania* e a capacidade de

2 | Rede, aqui e durante todo o texto, traduz o francês *réseau*, equivalente de *net* em inglês.

despertar a curiosidade no interior da corte para obter um favor do rei e de seus próximos. Hoje, o princípio do sucesso se descentralizou. Parodiando o que disse Pascal sobre o mundo e os dois infinitos, podemos afirmar que "o centro do sucesso está por toda parte e a circunferência em lugar algum". O "redeador" espera da periferia que ela o conduza ao centro, mais exatamente ao centro da atenção, ao qual, sabemos desde Andy Warhol, todos têm direito.

Contudo, entre todas as ações que o homem perfaz, uma delas parece essencialmente *underground*, mesmo que a ideia de assim nomeá-la nos acometa apenas raramente: trata-se da *ação moral*. Com efeito, ninguém reconhecerá como um bom homem aquele que faz o bem com o objetivo de ser apreciado, uma vez que os dois movimentos – o que consiste em *servir o outro* e o que consiste em *dele se servir* – parecem contraditórios. Que certos homens se sirvam da moral para aparecerem sob luz não significa de modo algum que sejam honestos, mas, sim, antes de tudo, que são desonestos. A moral não tem a ver com a luz, mas com a obscuridade: ela esclarece por baixo aqueles que, no alto, são cegados pelos holofotes das festas e pelos néons das butiques. O homem bom não é, consequentemente, um *homem das luzes* – bem entendido, não quero dizer que ele é estranho a essa Razão que o século XVIII colocou sob as... luzes –, mas ele é um *homem da sombra*, no sentido de que age com discrição, sem esperar de seus atos benfazejos o retorno de um investimento.

A moral impele à discrição: esse é seu dever e ao mesmo tempo sua marca de fábrica. Enquanto o homem da sombra nos faz pensar imediatamente no conselheiro oculto de um homem poderoso ou nos serviços secretos, cuja principal missão, para além da execução dos encargos sub-reptícios, é a de se manterem ocultos, o homem moral busca a obscuridade por outras razões. De fato, ele não se esconde nem por vergonha nem por vontade maligna, mas, simplesmente, porque a retirada é consubstancial de uma ação generosa, gratuita e desinteressada. O homem bom não vive nem escondido como um rato, nem na vergonha de ter realizado boas ações. Se foge da luz, não é porque a teme, mas, simplesmente, porque ela pode dar azo à ideia de que a boa ação foi realizada para enaltecer aquele que a origina. Diferentemente do delinquente, do criminoso ou do agente secreto, que se deleita às sombras para não ser identificado, o homem bom busca a discrição precisamente para não ser confundido com eles ou com o cínico, moral na aparência, mas manipulador, hipócrita e perverso nos fatos.

A razão de sua discrição, todavia, não se esgota nesse pudor. É preciso, igualmente, encontrá-la numa outra concepção de humanidade e de eficácia. A ideia de rede é uma *ideia sistemática*: ela é a conclusão de um velho sonho

filosófico de que se pode ver o sintoma no projeto enciclopedista do século XVIII. Não é, afinal, o próprio princípio da encyclopédia o de permitir a seu leitor abranger a totalidade do saber por meio da leitura – o que nos lembra a etimologia da palavra –,<sup>3</sup> convidando-nos, para se educar (*paideia*), a percorrer o círculo (*kyklos*) do saber ao virar as páginas da encyclopédia? A ideia de que o saber poderia se constituir em sistema e de que este seria o fruto de uma educação não é exclusiva de um ideal de sociedade na qual cada um teria acesso à totalidade saber. Essa visão sistemática do saber e da sociedade encontra sua forma mais bem definida na *Encyclopédia das ciências filosóficas*, de Hegel, segundo o qual “o que é racional é real e o que é real é racional”.<sup>4</sup> Estamos na presença de um sistema em que “saber” rima com “poder”, uma vez que a razão funda a passagem da ignorância à ciência. A rede moderna, social e numérica, estética e política, nada mais é que a reformulação *high tech* desse progresso – pensamos, evidentemente, na Wikipedia e seus epígonos, assim como no Facebook ou no Google –, no qual o desejo de domínio e o sintoma da megalomania estão apenas disfarçados. Freud o designaria, provavelmente, como o sintoma de um desejo narcisista de onipotência ou de paranoíta.

No fundo, mas também na superfície, a rede é somente o enésimo rebento do projeto racionalista das Luzes, bem como das pulsões narcisistas que assombram o homem desde a noite da infância: estar sob a luz é importante aos outros seu ego. Compreendemos, assim, por que a moral prefere os rizomas às redes. Em *Mille plateaux*, livro de subtítulo eloquente,<sup>5</sup> Gilles Deleuze e Félix Guattari opõem o rizoma à raiz: “princípios de conexão e heterogeneidade: qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro, e deve sê-lo. É bem diferente da árvore ou da raiz, que fixam um ponto, uma ordem”.<sup>6</sup> O que distingue a *rede do rizoma* é a passagem da *vertical* à *horizontal*, do *sistema* ao *sistêmico*. A árvore surge das raízes e cresce verticalmente, enquanto os bulbos e os tubérculos crescem horizontalmente na terra. Se a rede (política, cultural, social ou econômica) ergue-se a partir da raiz, compreendemos que a moral estabelece uma relação íntima com o rizoma.

3 | Plutarco: Ἐγκυκλος παιδεία. Literalmente “o círculo de conhecimentos” ou “encadeamento de conhecimentos” (*én* = em, *kyklos* = círculo e *paideia* = educação).

4 | Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. Prefácio. In: *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

5 | Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie*. Paris: Minuit, 1980. tomo 2.

6 | Ibid., p. 13.

7 | Jaffelin, Emmanuel. *Eloge de la gentillesse*. Paris: François Bourin, 2010.

minha servidão é voluntária somente na medida em que o encontro produz em mim suficiente empatia para me conduzir à entrega do serviço demandado. Sou gentil quando quero, quando posso, certamente não quando sou obrigado. Compreendo, então, que as *morais do dever* – aquelas que herdamos das grandes sabedorias e dos monoteísmos – não são somente morais obrigatórias: são, sobretudo, morais *sistemáticas, reticulares*. Formam uma rede de obrigações forçosas e, como todas as redes, projetam seus faróis em luz alta. As morais da antiguidade fizeram surgir seus sábios na verticalidade, a exemplo do estoico, de pé nas intempéries, ou do rei-filosófo de Platão, que reina em majestade na cúpula da República (*politeia*). De sua parte, as morais advindas dos monoteísmos exibiram seus santos. No cristianismo, cada santo imita o Cristo e reinterpreta a Paixão, convidando-nos a também fazê-lo em nosso cotidiano.

Ora, no caso dos sábios ou dos santos, essas grandes figuras da rede filosófica e religiosa não possuíam outro objetivo senão “fazer sistema”, quer dizer, oferecer a certa visão do mundo sua pedra angular. Mas a força de persuasão dessas grandes figuras não obteve o resultado esperado.. As sabedorias se apagaram, a imagem dos santos se rebaixou. Como mostrou Bergson,<sup>8</sup> os valores carregados por homens excepcionais movidos pela inspiração acabam em dogmas e obrigação. A religião e a sabedoria deixaram diante de nossos olhos imensas figuras verticais, desaprumando-nos com suas virtudes perfeitas, cuja principal consequência psicológica foi a culpabilidade; e a consequência histórica, o crescimento do ateísmo e do narcisismo. Sob essas morais impressionantes, há muito a gentileza traz consigo uma moral impressionista: as primeiras impuseram normas e objetivos exigentes e pouco acessíveis ao comum dos mortais, enquanto a segunda se esforça para mudar o mundo caso a caso, toque a toque e por pequenos gestos. O ato de servir não tem nada de revolucionário, mas cria uma solução que carrega em si uma dinâmica.

É aí que se deve buscar um novo ponto de vista, radical e rizomático. A gentileza não impressiona ninguém, mas aquele que a recebe, bem como aquele que a pratica, obtém para si a apreciação dos outros. É difícil dizer que aquele que se beneficiou da gentileza será convertido a essa moral, o que nos leva a considerar a moral impressionista não mais do ponto de vista sistemático, mas do sistêmico. Com efeito, quando passamos do primeiro ao segundo, nos damos conta de que nem tudo pode ser quantificado, mas também de que essa impotência para quantificar não equivale à ausência de efeitos.

8 | Bergson, Henri. *Les deux sources de la morale et de la religion*. 100. ed. Paris: PUF, 1961.

Apostemos na qualidade de um gesto e no fato de que esse último induzirá efeitos que a ciência é incapaz de mensurar. As medicinas não convencionais conhecem essa *eficiência* que não é uma *eficácia*: pela massagem ou pela puntura, o cinesioterapeuta ou o acupunturista produzem um efeito sobre o paciente que não se reduz a uma ação física. Paul Valéry já escrevia: “o que há de mais profundo no homem é a pele”.<sup>9</sup> A eficiência, portanto, não é eficácia: a primeira diz respeito ao espírito e à moral (ou seja, ao rizoma), a segunda, ao corpo e à ciência (ou seja à rede). A teoria das catástrofes do matemático René Thom nos ensina que as singularidades (mutações e irregularidades) podem ser colocadas em equação: ela é ilustrada pela imagem de um voo de borboleta na Guatemala que pode alterar o pregão da Bolsa de São Paulo. Esse princípio – segundo o qual uma vez que cada coisa está ligada às demais, todas elas interagem umas com as outras – redescobre a formulação panteísta: “tudo concorre, tudo conspira”.

Dessa forma, enquanto a maior parte das redes tenta fazer crescer suas árvores e erigir seus faróis, a gentileza tece uma moral pós-moderna eficaz e republicana. Se um voo de borboleta tem repercussões sobre a bolsa, podemos facilmente imaginar o efeito social que pode produzir a prática de uma moral de pequenos gestos. De uma *causa rizomática* – o simples fato de prestar um serviço –, a gentileza produz um efeito sistêmico que propaga os benfazejos desse gesto para além das pessoas que dele se beneficiam. Tal qual uma alavanca de Arquimedes, a gentileza se multiplica, semeia a todos os ventos e faz germinar os grãos de uma *sabedoria empática*. O gentil não precisa ser necessariamente prosélito: basta-lhe pensar sobre a natureza sistêmica de seu gesto para saber que ele não se interrompe ali, mesmo que seu porvir não seja previsível nem quantificável. Moral carinhosa, a gentileza é esta *libido suavitatis* que, tal qual um *bootstraps*, inicia um programa que provocará outros, sem vontade de acertar na mosca. Em seu *O tao da física*, Fritjof Capra defende a ideia de que o mundo não é uma reunião de objetos, mas “uma rede de relações inseparáveis”.<sup>10</sup> Sigamos mais adiante e pensemos logicamente que a gentileza permite, pelo *tact moral* que instaura pontualmente e provisoriamente, colocar os homens em relações rizomáticas, isto é, subterrâneas e discretas. Se a gentileza se revela uma virtude republicana, é precisamente porque a coisa (*res*) pública (*publica*) não é nem uma instituição, nem um objeto de predação (o poder), mas o fruto dessa germinação em que consiste a apreciação dos outros que nós cultivamos em segredo.

9 | Valéry, Paul. *L'idée fixe ou Deux hommes à la mer*. Paris: Gallimard, 1966. (collection Idées)

10 | Capra, Fritjof. *Le Tao de la physique*. Paris: Sand 1975.

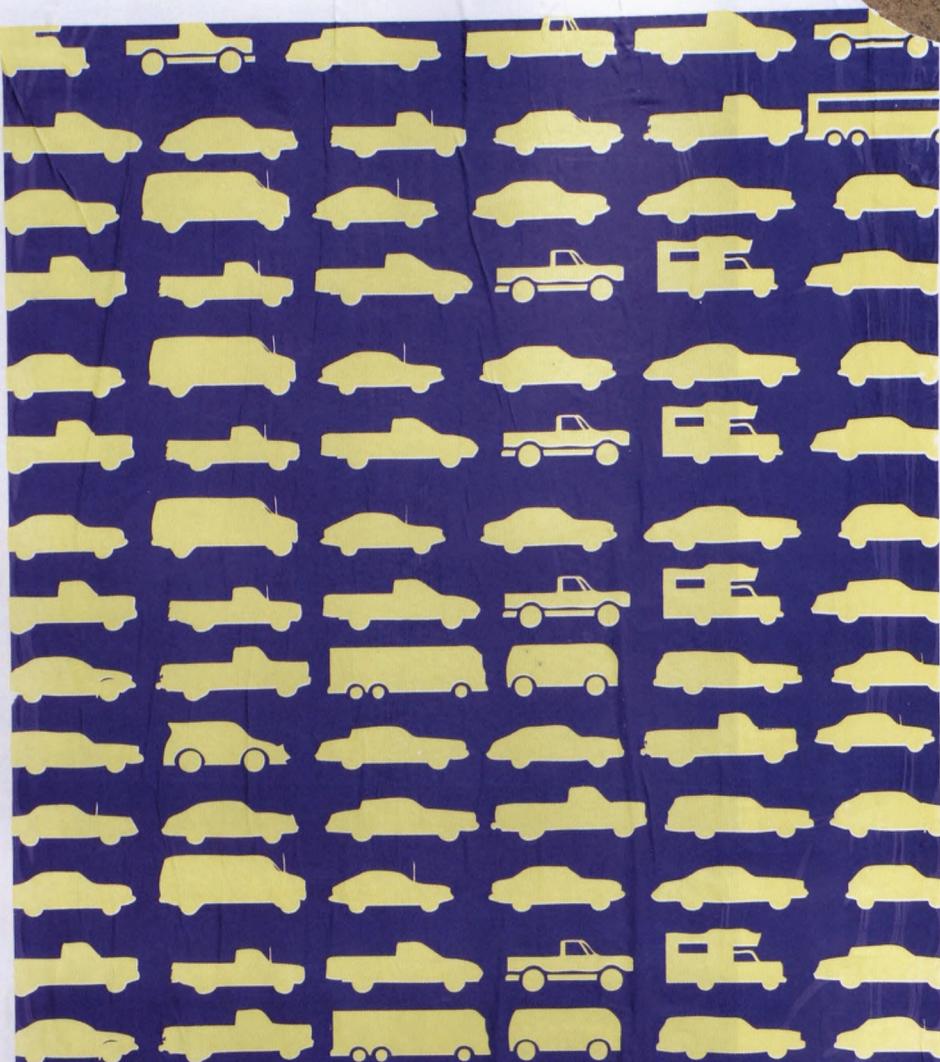
11 | Pascal. *Pensées*. Fragmento 347.

Vivemos hoje, *oficialmente*, no culto da rede, mas *oficiosamente* na aspiração do rizoma. Se a maior parte das atividades se estrutura via redes, a essência da humanidade, isto é, sua inteligência moral e a colaboração que ela clama e realiza, supõe o rizoma. Pascal dizia que "o homem é apenas uma cana, a mais fraca da natureza, mas uma cana pensante".<sup>11</sup> Essa cana é ainda muito arbórea. O homem é um rizoma carinhoso, a moral, seu bulbo, e a república, seus tubérculos. Esta é a versão subterrânea do novo cavalheiro, pós-moderno.

**SILÊNCIO POR FAVOR**

**SILÊNCIO POR FAVOR**

**MORRO**



**TRANSFORME DISTÂNCIA  
EM MOVIMENTO**



**ma caiu**



Poro

Por outras práticas e espacialidades

Belo Horizonte, MG

2010

Série de 13 cartazes lambe-lambe impressos em serigrafia, no formato  
100x70cm, afixados em locais públicos.

Para baixar e imprimir: [www.poro.redezero.org/cartazes](http://www.poro.redezero.org/cartazes)



- Poro  
**Azulejos de papel**  
diversas cidades  
desde 2008



# JAMES JOYCE EM TRIESTE

otto maria carpeaux

As obras de James Joyce, certamente o maior dos escritores irlandeses, como se sabe, são proibidas na Irlanda: uma censura farisaica protege os cidadãos da ilha verde contra os perigos daquela leitura diabólica. Informou-nos há pouco um repórter que, na Biblioteca Pública de Dublin, não existe exemplar de *Ulysses*. Em compensação, no capítulo IX de *Ulysses*, existe para sempre a biblioteca pública de Dublin.

Não houve e não há nada em Dublin que não esteja perpetuado em *Ulysses*: dos palácios até os bordéis, dos lordes até os marujos, a maternidade e o cemitério, tudo. Nunca foi erigido a uma cidade um monumento literário tão completo. O caso é único na literatura universal. Único também é o problema psicológico: um escritor de gênio, saindo cedo e para sempre de sua pátria e cidade natal, passa a vida inteira para relembrá-la; inventa novo gênero e até uma nova língua para eternizar as ruas daquela cidade e até os nomes dos amigos de colégio, dos guardas da polícia, do quitandeiro da esquina. Mesmo depois do exaustivo comentário de Stuart Gilbert, encontrou Richard Ellman mais umas centenas de alusões a ruas, casas e habitantes de Dublin na obra de Joyce. E isto não é só em *Ulysses*. Em todas as obras: dos contos do volume *Dubliners* até a epopeia mitológica *Finnegans Wake*. Trata-se de um caso de obsessão.

Joyce é o poeta de sua cidade. Também é poeta da cidade em geral. Sempre só, viveu em cidades grandes ou, pelo menos, cosmopolitas: depois de Dublin, em Paris, Trieste, Zurique. É verdade que nunca deixou de ser dublinense, embora exilado. De todas aquelas cidades, só viu o que lhe podia servir para lembrar, para reconstituir Dublin; mais tarde, a cegueira quase completa isolou-o do seu ambiente internacional, limitando a Dublin sua visão obsedada. Mas não seria interessante a versificação do que devia àquelas cidades o poeta da sua cidade?

A Paris, Joyce deve a liberdade, no mais amplo sentido da palavra, a libertação. Às cidades suíças, o cosmopolitismo internacional. E a Trieste? Em toda a volumosa bibliografia "joyceana", não encontro monografia nem sequer capítulo especial sobre Joyce em Trieste.

No entanto, Trieste virara sua segunda mãe entre as cidades, mais acolhedora que a cidade natal. Em Trieste, para onde se fora para ensinar

inglês na Escola Berlitz, nasceram seus dois filhos. Joyce estava lá em casa. Ao seu irmão Stanislaus e à sua irmã, sugeriu a mudança para Trieste. Talvez ficassem lá até o fim da vida, se não os expulsassem o eco dos tiros de Sarajevo, que incendiaram o mundo.

Em Trieste, ensinava Joyce a língua inglesa. Mas também aproveitava o tempo para estudar, por sua vez, línguas: o alemão, as línguas eslavas, o neogrego. Encontrou facilidades, pois Trieste é cidade poliglota. É tão difícil defini-la quanto o próprio Joyce.

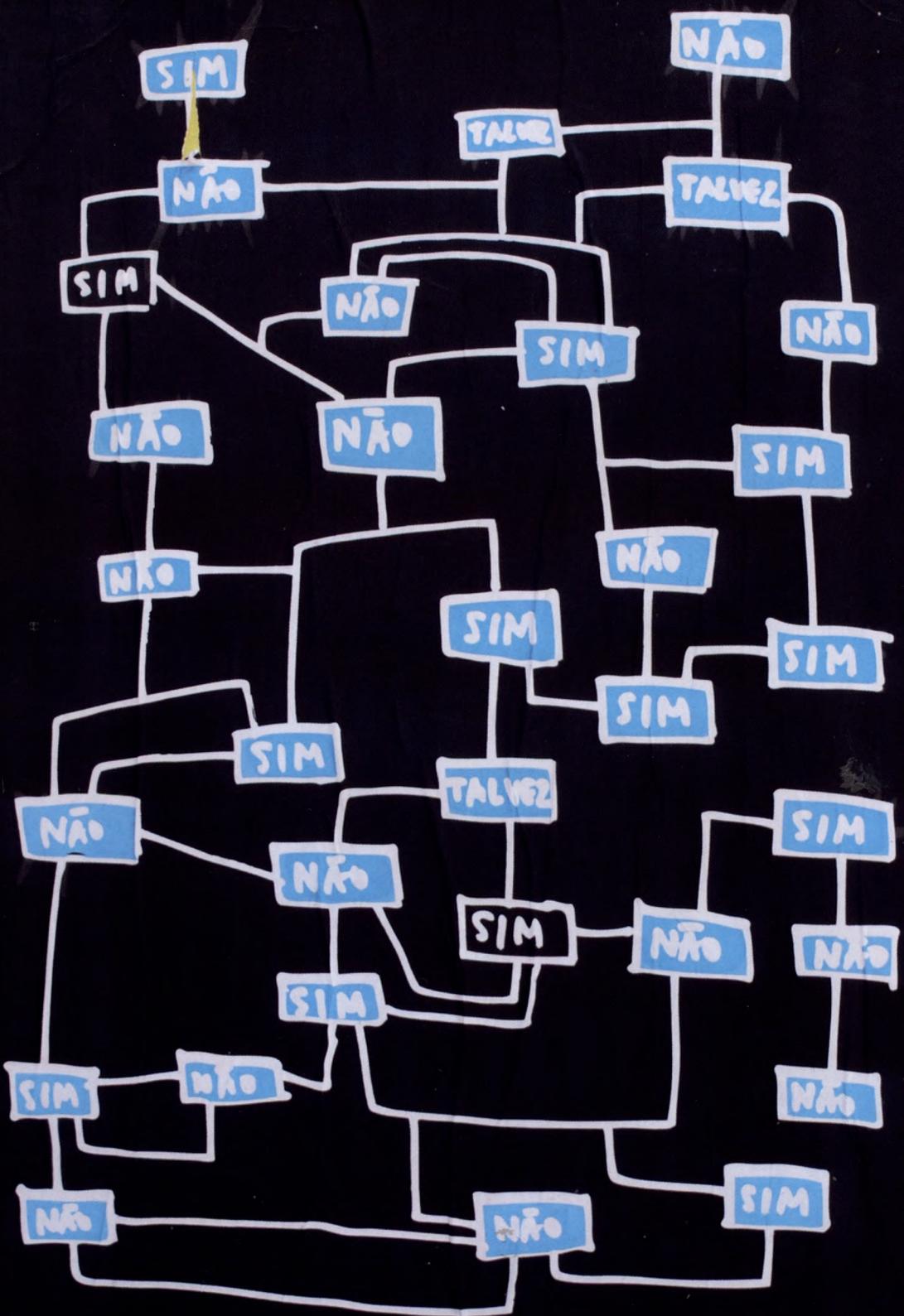
Quando o escritor se mudou para lá, Trieste era cidade italiana sob dominação austríaca, contra a qual os triestinos se manifestaram com tumultos, violências, greve, atentados e ameaças de guerra civil; assim como Dublin estava revoltada contra a dominação inglesa. Com a revolta, a capital irlandesa e o porto adriático deixaram de ser, temporariamente, cidades às margens apostas do mundo ocidental para se transformarem em focos perigosos da política internacional. Através de Dublin, os alemães esperavam ameaçar as ilhas britânicas. Por meio de Trieste, italianos e eslavos esperavam derrubar o império austríaco.

O ponto fraco da revolta irlandesa contra a Inglaterra era a língua: os irlandeses também falam e escrevem inglês. Em Trieste havia minoria alemã composta, sobretudo, de burgueses e intelectuais judeus. Mas a cidade sempre foi, e ainda é, um centro de civilização italiana: entre os contemporâneos triestinos de Joyce, basta citar o escritor Silvio Benco, o grande poeta Umberto Saba, o romancista Italo Svevo. Também outro romancista italiano cujo nome, Scipio Slataper, é inconfundivelmente eslavo. Pois houve e há muitos eslavos em Trieste; e no aspecto da cidade, com suas minorias grega, turca, arrneniana e húngara, esse aspecto italiano-alemão-eslavo-oriental – o denominador comum foi a Áustria, multinacional por definição. Naqueles mesmos anos em que Joyce morou em Trieste, escreveu, nos arredores da cidade, no castelo de Duíno, o poeta austríaco Rilke suas elegias. Patrício de Rilke, pertencendo, como ele, à minoria alemã da cidade tcheca de Praga, então capital de uma província austríaca, era Kafka. A cidade de Trieste foi administrada naqueles anos por aquela mesma burocracia austríaca que aparece como símbolo na obra de Kafka; e há atmosfera kafkiana em certos capítulos de *Ulysses*, de Joyce.

Em Trieste, encontrou Joyce seu personagem Leopold Bloom. Muito se tem especulado por que o romancista escolheu como herói de sua Odisseia um judeu. Cita-se a teoria de Victor Bérard sobre a origem fenícia, semítica, da epopeia. Mas por que é Bloom judeu descendente da Europa central? Em virtude dessa objeção, tampouco serve a referência ao judeu triestino Ciro Glass, mais tarde líder dos sionistas italianos, em cuja casa Joyce deu aulas de inglês. Mas Bloom revela, ao conchedor da matéria, semelhanças evidentes com outro aluno triestino de Joyce: com Italo Svevo, romancista italiano, judeu de origem alemã. Seu nome não aparece no índice onomástico do exaustivo comentário de Stuart Gilbert. Mas as relações foram íntimas. Do nome da Sra. Svevo, Livia, Joyce se lembrará muitos anos mais tarde, ao escrever *Anna Livia Plurabelle*. Quando Valéry Larbaud, por volta de 1925, proclama ao mundo a glória do romancista Svevo, desconhecido até então inclusive na Itália, Joyce aderiu calorosamente, declarando publicamente o que deveu ao velho amigo: em *Una vista e La coscienza de Zeno*, obras principais de Svevo, encontrara Joyce novos recursos novelísticos e, sobretudo, uma nova psicologia. Convém observar que, por volta de 1911, a psicanálise era praticamente desconhecida fora da Áustria; e foi Svevo que iniciou Joyce na doutrina de Freud.

Contudo, a história triestina de Joyce ainda não está completa. Além de Glass e Svevo, dos amigos judeus, Joyce deve ter encontrado em Trieste mais outras relações italianas, ainda não registradas pelos seus biógrafos. Assim como o mundo fora da Áustria desconhecia, então, Freud, assim se desconhecia fora da Itália a filosofia de Vico, justamente, em 1911, ressuscitada por um livro de Croce. E Joyce revela-se conchedor perfeito de Vico: ao filósofo napolitano deve o romancista sua teoria fantástica das línguas, suas teorias homéricas, de tanta importância para a construção de *Ulysses* e, enfim, a doutrina dos ciclos históricos que é a base de *Finnegans Wake*.

Percorrido mais um ciclo histórico. Trieste é hoje cidade italiana, sem contestação; por isso mesmo, colocada fora da luta; voltou a ser marginal, assim como Dublin virou marginal depois de ter conquistado sua liberdade. Quem fala hoje em Dublin, em Trieste? O mundo as esqueceu, assim como está esquecida a cidade onde o ciclo começou: Sarajevo, que o poeta inglês Durrell descreve; num verso memorável, como "uma cidade que dorme em torno do eco de uns tiros". Curta é a memória dos homens. Mais feliz que Sarajevo, que Trieste, é Dublin: o filho que ela não quer conhecer erigiu-lhe monumento *aere perennius – Ulysses*.



Por meio da experiência de tudo — comida, hábitos culinários, música, televisão, espetáculos e cinema —, hoje é possível vivenciar a geografia do mundo vicariamente, como um simulacro.

David Harvey. *A condição pós-moderna* – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15ª ed. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2006, p. 270-271.

O entrelaçamento de simulacros da vida diária reúne no mesmo espaço e no mesmo tempo diferentes mundos (de mercadorias). Mas ele o faz de tal modo que oculta de maneira quase perfeita quaisquer vestígios de origem, dos processos de trabalhos que os produziram ou das relações sociais implicadas em sua produção.



# A MENINA

luiz ruffato

O homem apeou na Estação Clínicas do metrô e, sonambúlico, as pernas arrastaram-no ao longo do subterrâneo que conduz ao hospital. A sexta-feira desmoronava aflita na tarde quente daquele começo de janeiro, gordas nuvens inertes no céu, centenas de vestimentas urgentes se acotovelando, anônimos e determinados, Seu Guilherme, Seu Guilherme, ligaram pro senhor, a vizinha esgoelava da janela. Na recepção, o barulho dos ventiladores embaralhava o odor ácido de suor, o enjoativo cheiro doce de balas e biscoitos e chocolates. As crianças, lambuzadas, desfilavam envergonhados risos, correrias impertinentes. As mulheres aliviavam-se com improvisados abanadores. Os homens, entediados, acabrunhavam-se. Guilherme, enfiado numa roupa domingueira, driblou zonzo o povaréu, encaminhando-se ao setor de informações.

A vizinha se prontificara a ceder o número do telefone, "Pralgum recado, qualquer coisa", e agora explanava, debruçada à janela, Seu Guilherme, é pro senhor ir lá pegar as coisas da, e calou-se, talvez comovida com a menina, que, no colo, agarrava-se ferozmente ao pescoço do pai, os olhos encovados, assustados. Há dois dias homiziara-se, junto com a filha, no compadre, três ruas abaixo, sem coragem de tornar à casa, as paredes externas por rebocar, a porta da cozinha provisória, o chão de cimento-grosso, quanto a mulher se empenhara na compra daquele terreno!, "Aqui vai ser a sala, ali o quarto das crianças, lá o quintal", adivinhava cômodos onde outros vislumbravam apenas touceiras de mato enfezado, quanto economizara para adquirir o material de construção, quanta alegria ao acompanhar, tijolo a tijolo, o lar eclodindo, "É um sonho, Gui, um sonho!", murmurava, orgulhosa.

Autômata, a atendente recitou, "Quarto andar. Fim do corredor, elevador à esquerda. Próximo!". Mais de um mês, a agonia: deixava o Jardim Reni escuro ainda para pegar no batente, ajudante de pedreiro numa obra na Vila Formosa que um irmão da Igreja Quadrangular arrumara, de lá cruzava a cidade até o Hospital das Clínicas para colher notícias, "Melhorou?", indagava ansioso, contrariando a desesperança do médico, que avisara, "Seu Guilherme, o quadro é muito grave", agarrando-se à misericórdia divina, a um senso de justiça, afinal, a mulher sempre boa para com todos, preocupada em fazer o bem, voltada para a família, as orações, o culto dominical, a casa...

Então, devagar, caminhou para a Rua Cornélio de Arzão, o sol sapecando a calva, aguardou resignado o ônibus, desceu na Estação Itaim Paulista, tomou o trem até o Tatuapé, baldeou para o metrô, apeou na Sé, trocou de

linha, saiu na Estação Clínicas, mais de duas horas de condução apertada. No quarto andar, a moça, inteirada do problema, "Ah, sim", gritou para o colega, consultando uma lista, "Armário vinte e sete!". A luz fria das lâmpadas fluorescentes banhava o chão limpíssimo; no relógio de parede o tempo, impaciente, velava. O rapaz depositou a bolsa de napa, judiada, sobre o balcão, a moça falou, "Tem que conferir, senhor", e ele, submisso, abriu o zíper, passou os olhos, "Está certo". Ela, no entanto, redarguiu, "Não, senhor, tem que verificar item por item... É praxe". O rapaz, condoido com o embaraço do homem, esvaziou a bolsa, contou: "um par de sapato-de-salto-alto preto; um vestido de alça azul-marinho; três calcinhas; dois sutiãs; um pijama; uma camisola; uma camisa de malha; uma bata; uma calça jeans; escova, pasta de dente, chinelo, e, ahn!?, uma... prótese dentária..."

Esquivo, Guilherme balançou a cabeça, a mulher não gostaria nada nada de saber-se exposta assim, a ponte-móvel talvez sua única vaidade, nunca falou daquele assunto com as amigas, nem com os parentes próximos, irmãos, irmãs, pai, mãe, ninguém tinha ciência, mesmo com ele, seu marido, demorou a confessar, a contragosto, uma vez, no banheiro, quando havia tirado para assear, esqueceu de passar o trinco na porta, ele entrou, sem querer flagrando a peça na palma da mão, ela, uma vergonha danada, abriu o bué, "Eu não tinha dinheiro pra ir ao dentista", soluçava, sofrida, "Perdi uns dentes", ele tentou acalmá-la, "Meu bem, eu também tenho falhas, isso aqui, ó, é um pivô", sem adianto. E ver revelado, desta maneira, a olhos alheios, desrespeitosos, aquele segredo que acoitara por toda a sua curta vida... "É, é isso", reafirmou, deslizando o zíper e tentando se livrar logo daquele incômodo. Mas a moça ainda disse, "Senhor, tem que dar baixa. Assine aqui, nesta linha", e ele, trêmulo, garranchou a sua melhor letra.

Quando cruzava outra vez o nó daquele povo todo que lotava o salão de recepção, sentiu as pernas escurecerem, a vista fraquejar e, não fosse uma senhora gorda, teria estatelado no chão imundo. Logo, entretanto, alguém franqueou um lugar entre as cadeiras de plástico vermelho, surgiu um copo d'água, o segurança, autoritário, aproximou-se, espalhando o bolo que se formara, "Desafasta, gente, pro homem respirar". Ainda aturdido, Guilherme minimizou, encabulado, "Foi só uma bobagem, desculpem... está tudo bem agora... desculpem", e buscou forçar o corpo a erguer-se, mas este, estúpido, desobedeceu, arriando de novo... Então, vencido, levou as mãos ao rosto e, agitado, desabou, "Ai, meu deus, o que vai ser da menina, o que vai ser? Eu já estou acabado... não valho nada mesmo... nada me afeta mais... mas, e a menina?, coitadinha... o que vai ser dela, agora?, tão pequeninha, tão inocentezinha..."

**Você e o passageiro ao lado têm o mesmo destino?  
Pretendem chegar ao mesmo ponto?**



Enrico Rocha

Você e o passageiro ao lado têm o mesmo destino?

Pretendem chegar ao mesmo ponto?

projeto Perguntas ordinárias em percursos existenciais

2006

Onde é o fim da linha?  
Qual é o último ponto?



Enrico Rocha

Onde é o fim da linha? Qual é o último ponto?  
projeto Perguntas ordinárias em percursos existenciais  
2006

**Você e o passageiro ao lado percorrem a mesma linha?**



Enrico Rocha

Você e o passageiro ao lado percorrem a mesma linha?  
projeto Perguntas ordinárias em percursos existenciais  
2006

**Na verdade, a descoberta do planeta, o mapeamento de suas terras e o levantamento cartográfico de seus mares levaram muitos anos e só agora estão chegando ao fim. Só agora o homem tomou plena posse de sua morada mortal e enfeixou os horizontes infinitos, tentadora e ameaçadoramente abertos a todas as eras anteriores, para formar um globo cujos majestosos contornos e detalhes geográficos ele conhece como as linhas da própria mão. Precisamente no instante em que se descobriu a imensidão do espaço terrestre, começou o famoso apequenamento do globo, até que, em nosso mundo (que, embora resulte da era moderna, não é de modo algum idêntico ao mundo da era moderna), cada homem é tanto habitante da Terra como habitante do seu país. Os homens vivem agora num todo global e contínuo, no qual a noção de distância, inerente até mesmo à mais perfeita contiguidade de dois pontos, cedeu ante a furiosa arremetida da velocidade. A velocidade conquistou o espaço; e, ainda que este processo de conquista encontre seu limite na barreira inexpugnável da presença simultânea do mesmo corpo em dois lugares diferentes, eliminou a importância da distância, pois nenhuma parcela significante da vida humana – anos, meses ou mesmo semanas – é agora necessária para que se atinja qualquer ponto da Terra.**



É verdade que nada poderia ter sido mais alheio ao propósito dos exploradores e circunavegadores do início da era moderna que este processo de avizinhamento; eles se fizeram ao mar para ampliar a Terra, não para reduzi-la a uma bola; e, quando atenderam ao chamado de terras distantes, não tinham intenção alguma de abolir a distância. Só agora, com o nosso conhecimento retrospectivo, podemos ver o óbvio: nada que possa ser medido pode permanecer imenso; toda medição reúne pontos distantes e, portanto, estabelece proximidade onde antes havia distância. Os mapas e as cartas de navegação das primeiras etapas da era moderna anteciparam-se às invenções técnicas mediante as quais todo o espaço terrestre se tornou pequeno e próximo. Antes do encolhimento do espaço e da abolição da distância por meio de ferrovias, navios a vapor e aviões, deu-se o encolhimento infinitamente maior e mais eficaz resultante da capacidade de observação da mente humana, cujo uso de números, símbolos e modelos pode condensar e diminuir a escala da distância física da Terra a um tamanho compatível com os sentidos naturais e a compreensão do corpo humano. Antes que aprendêssemos a dar a volta ao mundo, a circunscrever em dias e horas a esfera da morada humana, já havíamos trazido o globo à nossa sala de estar, para tocá-lo com as mãos e fazê-lo girar diante dos olhos.

# POEMA DA MORTE

jumah el dossari

Levem meu sangue.  
Levem minha mortalha e  
Os restos do meu corpo.  
Tirem fotografias do meu cadáver solitário em sua tumba.

Remetam-nas ao mundo.  
Aos juízes e  
Às pessoas conscientes,  
Remetam-nas aos homens de princípio e aos justos.

Deixem que eles suportem o peso da culpa, perante o mundo,  
Desta alma inocente.  
Deixem que eles suportem o peso, perante suas crianças e  
perante a história,  
Desta alma devastada e livre do pecado.  
Desta alma que sofreu nas mãos dos "protetores da paz".

Extraído de Falkoff, Marc (Ed.). *Poems from  
Guantanamo: the detainees speak*.  
Iowa: University of Iowa Press, 2007.  
Tradução para esta edição: Cristiano Paixão.

Poro  
Azulejos de papel  
diversas cidades  
desde 2008

Série de imagens de azulejos impressas em papel jornal, no formato 15x15cm  
(tamanho dos azulejos reais). Impressão em offset uma cor. O trabalho é  
instalado em fachadas de casas abandonadas. Por ser de papel, passa a sofrer  
a ação do tempo, assim como as paredes que o recebeu. Azulejos também  
são distribuídos para que as pessoas façam suas próprias instalações.  
Site com imagens do trabalho: [www.poro.redezero.org/azulejos](http://www.poro.redezero.org/azulejos)



# IMIGRAÇÃO E TRÁFICO DE PESSOAS

luiz carlos fabre

*Nas duas últimas décadas, cresceu o número de trabalhadores de origem boliviana, peruana e paraguaia no setor têxtil, caracterizado pela utilização intensiva de mão de obra e pela baixa qualificação de trabalhadores. Além do câmbio extremamente favorável, fatores como a crise argentina e a crise no mercado de trabalho espanhol, principais destinos de migrantes daquelas nacionalidades, estão por trás da força atrativa de nosso país. Em dezembro de 2011, o Consulado da Bolívia em São Paulo estimava em 300 mil o número de bolivianos no Brasil, dos quais um terço estaria em situação migratória irregular.*

*As irregularidades começam na etapa pré-contratual. Apesar da existência de tratados firmados no âmbito do Mercosul, Chile e Bolívia, que facilitam a entrada documentalmente regular de cidadãos bolivianos e paraguaios, entraves burocráticos ocasionados por despreparo das próprias entidades governamentais (que recebem os pedidos de residência) e a falta de conhecimento e de recursos dos trabalhadores para as despesas de viagem e de acomodação são os principais fatores que conduzem ao florescimento de uma rede de "coiotes", que recrutam a mão de obra a ser explorada em oficinas cujos titulares são compatriotas dos próprios explorados. Além disso, é praticamente inexistente política de combate a esses agenciadores nos locais de origem.*

*Neste momento, os trabalhadores já estão à mercê dos futuros tomadores de seus serviços. Estes são donos de pequenas oficinas, e ainda não é possível traçar um perfil unívoco sobre como se estabeleceram, embora seja conhecido que muitos destes microempresários atuais já foram os explorados de outrora.*

*Sistemas em que locais de trabalho confundem-se com residências (sweating system) são o ponto nevrálgico do trabalho escravo no setor têxtil, favorecendo a restrição à liberdade de locomoção de trabalhadores e a imposição de jornadas exaustivas de até 16 horas diárias.*

*Os trabalhadores, desconhecedores do idioma (muitos somente se expressam em quíchua) e de seus direitos fundamentais, tornam-se presa fácil da exploração pela vulnerabilidade. Devedores das despesas com viagem e habitação, sentem-se sinceramente no dever de honrar os compromissos assumidos perante o proprietário da oficina. A eles, as condições de trabalho parecem justas.*

*O quadro com que auditores-fiscais do trabalho se deparam, habitualmente, envolve fatores como a autorização para que empregados deixem o local de trabalho; a contabilidade em que são precariamente anotadas as dívidas referentes à passagem, à alimentação e a "vales", ocasionando descontos salariais ilícitos; e a percepção de salários inferiores ao mínimo, pagos por produtividade, variando entre R\$ 274,00 a R\$ 480,00. Normas relacionadas à saúde e segurança no trabalho são sistematicamente ignoradas: trabalhadores convivem com sujeira, riscos de incêndio (gambiarras elétricas, alta concentração de tecidos, ausência de janelas, falta de extintores, botijões de gás em locais fechados) e habitam em condições precárias (banhos frios e ausência de higiene). As cadeiras em que trabalhadores permanecem sentados por mais de 12 horas diárias*

*são improvisadas, e alguns colocam espumas para torná-las mais confortáveis. As máquinas de costura não possuem aterramento, e as correias não são enclausuradas. Crianças circulam pelo ambiente com o risco de serem feridas e famílias residem em habitações coletivas.*

*Flagradas tais situações, resta configurada a situação de trabalho indigno, que é causa legal de rescisão indireta do contrato de trabalho (rescisão indireta é uma espécie de “despedida” por justa causa do empregador): são calculadas as verbas rescisórias e é providenciada a regularização do migrante. A Lei nº 10.608/2002 assegurou a esses imigrantes o recebimento de três parcelas do seguro-desemprego, cada qual no valor de um salário mínimo. A inclusão no benefício é providenciada, em geral, pela Defensoria Pública da União.*

*Quanto à regularização do estrangeiro, entidades não governamentais auxiliam na prestação de assessoria jurídica ao imigrante. É importante ressaltar que tais trabalhadores são, à luz do Protocolo Adicional à Convenção de Palermo contra o Crime Organizado, enquadrados como vítimas de tráfico internacional de pessoas.<sup>1</sup> Assim, são beneficiários do princípio do non refoulement, que concede à vítima sua permanência no país de destino, a título temporário ou definitivo, ou seja, o trabalhador pode optar entre permanecer no Brasil ou ser repatriado.*

*Tradicionalmente, o setor têxtil opera em três níveis principais. Em um primeiro plano, há a grife, a marca famosa que é a beneficiária final da cadeia produtiva. A grife, por sua vez, contrata um fornecedor, encomendando-lhe o desenvolvimento e fornecimento de peças. Este fornecedor opera com alguns poucos costureiros (piloteiros) com reconhecida excelência técnica que desenvolverão as peças-pilotos. Desenvolvida a peça, esta é apresentada à grife, que autorizará sua produção, encomendando-a ao fornecedor em grandes quantidades.*

*Na sequência, o fornecedor contratará os serviços de diversas pequenas oficinas, que constituirão o terceiro plano dessa cadeia de suprimentos. Nesse universo, a meta das oficinas do terceiro plano é passar ao segundo escalão, enquanto as empresas do segundo escalão tentam se tornar grifes.*

*Em geral, entre o primeiro e o segundo plano, as condições negociadas são aceitáveis: paga-se entre R\$ 60,00 e R\$ 50,00 a calça (artigo de luxo), por exemplo, o que é não é um valor aviltante, ou seja, não há um dumping social embutido nesse custo.*

*O grande problema ocorre entre o segundo e o terceiro nível, em que o fornecedor contrata a fabricação daquela peça por R\$ 7,00 a R\$ 5,00 junto às oficinas, que, por sua vez, remuneram o trabalhador estrangeiro a um valor de R\$ 2,00 a peça.*

*A atuação dos órgãos de combate ao trabalho escravo envolve ações de fôlego e vitórias progressivas que permitam avançar os planos de responsabilização no setor sem impactos deletérios na geração de empregos e rendas.*

*Em um primeiro momento de atuação, era exigida a assunção da responsabilidade social das empresas no topo da cadeia: eram firmados termos de ajuste de conduta (TACs), em que estas se comprometiam a aprimorar suas políticas de compliance, de fiscalização e auditoria na cadeia produtiva. Assumiam-se obrigações de meio e a empresa respondia por multas vultosas nas hipóteses de não implementação das medidas de fiscalização sobre seus fornecedores e terceiros.*

<sup>1</sup> | Uma das hipóteses tipificadas do citado tráfico é o recrutamento, transporte ou alojamento de pessoas, recorrendo à exploração da situação de vulnerabilidade para fins de sua ativação em práticas similares à escravatura.

*Absorvida tal fase pelo setor têxtil, passou-se a uma segunda etapa na atuação: a exigência de assunção de responsabilidade jurídica pelas empresas por todos os eventos deletérios em sua cadeia produtiva. Revoluciona-se juridicamente o setor, pois, agora, as obrigações assumidas são de resultados, não mais de meios, e as empresas passam a responder por vultosas multas sempre que se constatar qualquer situação de trabalho degradante na cadeia de suprimentos, o que, automaticamente, tornará mais eficaz a auditoria. Nesse sentido, uma grande empresa do setor, que possui cerca de 300 oficinas e cerca de 11 mil trabalhadores atrelados à sua cadeia, firmou TAC prescrevendo multa de R\$ 50 mil cada vez que uma das oficinas atreladas à sua cadeia fosse encontrada em situação irregular, mais três vezes o piso salarial da categoria por empregado vitimado, vertido diretamente a este, sem prejuízo das demais responsabilidades trabalhistas. É dizer, a ineficácia dos controles de auditoria pode culminar em desembolsos de até R\$ 30 milhões, sem prejuízo das verbas trabalhistas devidas, das multas da fiscalização e de novas multas na hipótese de novas irregularidades. Esses valores reverterão parte em favor dos próprios trabalhadores, parte em favor de ações coordenadas por entidades assistenciais para o combate ao trabalho escravo.*

*A expectativa é de que seja alterada a cultura da irresponsabilidade da grife e da cegueira deliberada em relação à sua cadeia, uma vez que essa passa a responder, diretamente e independentemente de culpa, pelas vicissitudes de seu ciclo produtivo.*

*Como medida extrema, reservada a um momento futuro para a hipótese de ineficácia dos parâmetros até então alcançados, fica a vedação da subcontratação de oficinas pelos fornecedores, com a eliminação do terceiro nível de atividades do setor. Antes disso, porém, em razão da grande pulverização da cadeia têxtil em inúmeras oficinas, é necessário um trabalho de maturação do setor à luz do novo parâmetro da responsabilidade jurídica da grife.*

#### **Desafios para o futuro**

#### **Imigração desordenada**

*É um truismo afirmar que o Brasil está longe de possuir um controle eficaz de suas fronteiras. Tampouco há uma definição clara por parte do governo quanto à política migratória nacional, uma vez que o principal diploma que trata de vistos de trabalho (Estatuto do Estrangeiro) não dialoga com outros diplomas, como as Leis de Anistia Migratória, a Convenção Anexa ao Protocolo de Palermo ou o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile.*

*Deste modo, a única atuação possível das autoridades trabalhistas, no momento, seria tornar o custo de se contratar um trabalhador estrangeiro igual ao de se contratar um trabalhador brasileiro, a fim de que o atrativo pela mão de obra migrante não se funde na supressão de direitos trabalhistas. Juridicamente, inclusive ao trabalhador estrangeiro em situação irregular, em razão de sua humanidade, são assegurados os direitos trabalhistas fundamentais, diretriz esta que encontra suporte nos assentos da Corte Interamericana de Justiça.<sup>2</sup>*

2 | Status legal e direito dos migrantes sem documentação. Parecer OC-18-03, Corte Interamericana de Justiça. 17 de setembro de 2003. Requerimento dos Estados Unidos do México.

## Dificuldades técnicas e operacionais

*O descompasso entre os quadros do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho em face do enorme contingente de oficinas têxteis no Brasil impede, obviamente, uma estruturação proativa que permita a fiscalização de todas as oficinas em um breve período.*

*Essa dificuldade tem sido mitigada pela eficácia das operações que são realizadas: não se consegue efetivar um número significativo de operações, mas as que são efetuadas são bem-sucedidas, pode-se dizer.*

*Afora multas milionárias impostas pelos auditores-fiscais do trabalho, o Ministério Público do Trabalho tem exigido, em seus Termos de Ajuste de Conduta, como um recurso extra à assunção de responsabilidades jurídicas pela cadeia produtiva, investimentos milionários das empresas para a estruturação da rede de combate ao trabalho escravo: serviços jurídicos, campanhas informativas, cursos de formação a trabalhadores, ações de regularização documental etc. Com isso, espera-se um impacto psicológico no setor e um maior alcance pedagógico das operações.*

*Quanto à persecução criminal dos exploradores de trabalho escravo, a matéria resta afeta a outras autoridades e outros ramos do Ministério Público.*

*Não obstante, há alguns entraves técnicos que se pretende superar com o tempo. O principal é a desconfiança dos trabalhadores migrantes em relação às autoridades. À falta de uma política migratória clara e com disposições normativas conflitantes, há um histórico de prisões indevidas de trabalhadores explorados, aplicação de multas etc., responsáveis pela impressão de que os problemas desses trabalhadores só irão aumentar caso denunciem as situações por que passam. Nessa toada, trabalhadores se escondem das autoridades; aqueles que denunciam são retaliados pelos próprios trabalhadores coexplorados; os flagrantes de trabalho escravo são dificultados por passagens secretas e alçapões que servem de rota de fuga aos trabalhadores irregulares.*

*Para mudar tal mentalidade, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego vêm iniciando uma atuação coordenada com o Consulado da Bolívia em São Paulo a fim de difundir informações sobre os direitos dos trabalhadores migrantes. Ao mesmo tempo, outras entidades e órgãos públicos que lidam com o setor, como autoridades policiais, secretarias estaduais de segurança pública, Defensoria Pública da União etc., têm se reunido para alinhar pontos de vista.*

*Outra dificuldade técnica importante refere-se às despesas com remoção e repatriação de trabalhadores: as operações são dinâmicas e, em muitos casos, demandam encaminhamento imediato de trabalhadores a hotéis. Nem sempre se consegue identificar o tomador final da cadeia produtiva e nem sempre os proprietários de oficinas dispõem de meios para arcar com as despesas eminentes. Para contornar o problema, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego firmaram termos de cooperação com entidades assistenciais visando à criação de fundos de emergência, com aportes de grifes do setor têxtil e movimentação das contas pelas citadas entidades assistenciais segundo as determinações de procuradores do trabalho e de auditores-fiscais do trabalho.*

# DOIS FRAGMENTOS

shaikh abdurraheem muslim dost

1.

Eid chegou, mas não meu pai.  
Ele não chegou de Cuba.

Como o pão de Eid com minhas lágrimas.  
Não tenho nada.

Por que sou privado do amor do meu pai?  
Por que sou tão oprimido?

2.

Assim como o coração pulsa na escuridão do corpo,  
Eu, mesmo nessa jaula, continuo a pulsar com vida.

Aqueles que não têm coragem ou honra se consideram livres,  
Mas são escravos.

Estou voando nas asas do pensamento,  
E, assim, mesmo nessa jaula, experimento a maior liberdade.

Extraído de Falkoff, Marc (Ed.). *Poems from  
Guantanamo: the detainees speak.*  
Iowa: University of Iowa Press, 2007.  
Tradução para esta edição: Cristiano Paixão.



Poro

**Contra as palavras de ordem**

Belo Horizonte, MG e Vitória, ES

2006

Série de cartazes lambe-lambe no formato 100x70cm  
com imagens de pássaros impressos em serigrafia e  
afixados sobre publicidade.

# TUBOS MIGRATÓRIOS

eduardo frota

Essas imagens compõem uma série de intervenções artísticas em espaços vocacionados ao circuito contemporâneo de artes visuais no Brasil.<sup>1</sup>

A série se constrói fisicamente no lugar expositivo a partir de um dado específico da arquitetura;<sup>2</sup> e, por meio da proposição artística e da inflexão/alteração da obra/corpo, opera um “entre” a desestabilização normativa do espaço arquitetônico e o alargamento das possibilidades sensoriais do público.

Esses tubos migratórios<sup>3</sup> também são vasos comunicantes: não têm começo nem fim, operam organicamente em regime de autonomia viva, entre um espaço e outro, furando paredes, misturando-se com outros signos/materiais da arquitetura, às vezes impedindo passagens, inventando outras, des-hierarquizando peso/medida na topologia do plano horizontal, constituindo-se nos remotos espaços inúteis do lugar, alterando a sistemática normativa do ir e vir, existindo no mundo em corpo a corpo com o sujeito da experiência.

Eduardo Frota  
Fortaleza, abril de 2012

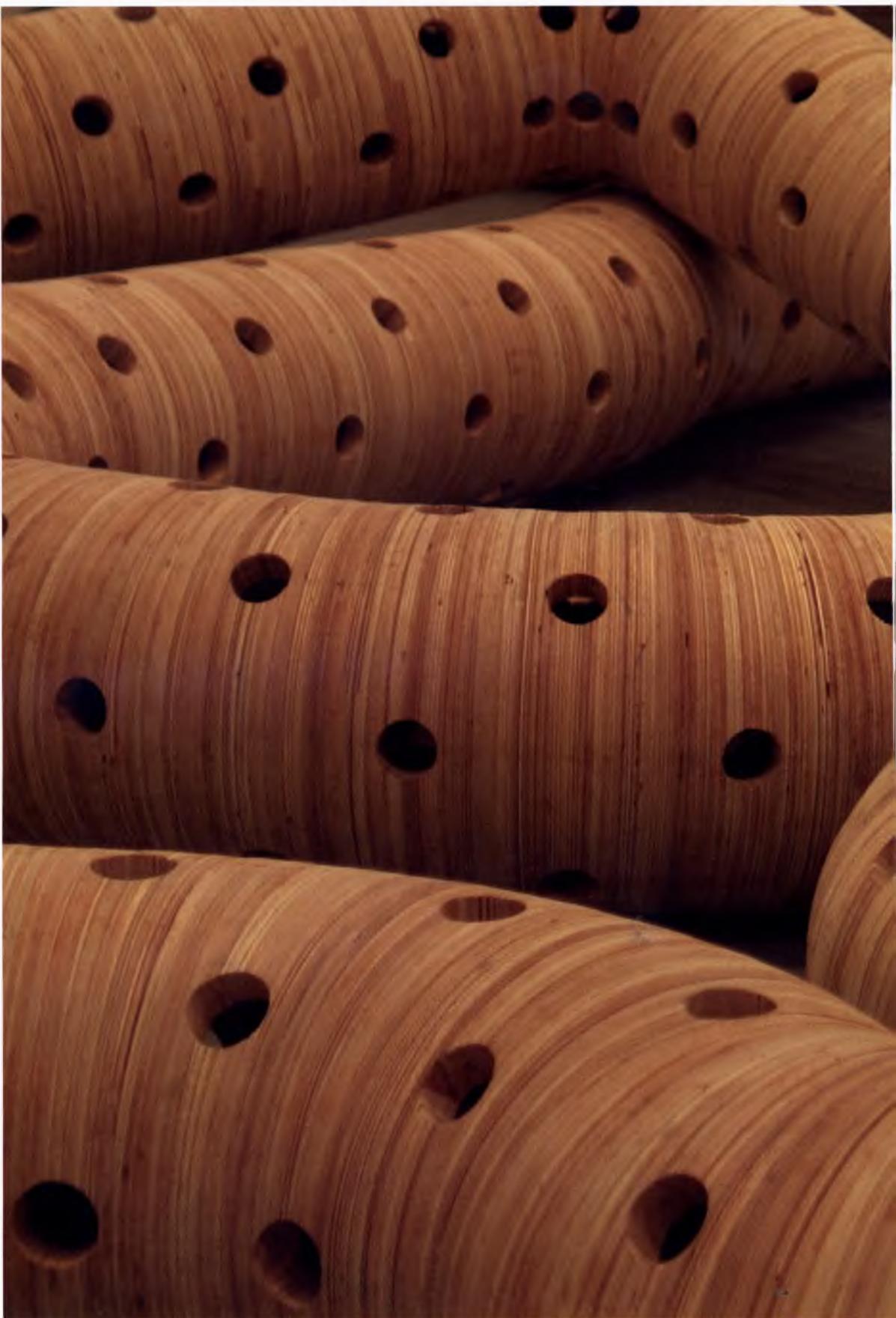
1 | *Intervenções extensivas* somam 16 experiências distintas em diferentes espaços institucionais ou alternativos para a experiência de arte no Brasil, tais como Museu de Arte Contemporânea do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Fortaleza/CE; XXV Bienal Internacional de São Paulo/SP; CCBB Brasília/DF; Museu da Vale do Rio Doce, Vila Velha/ES; Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, MAM/RJ; Centro Universitário Maria Antônia da USP São Paulo/SP; MON Museu Oscar Niemeyer, Curitiba/PR; MAMAM no Pátio, Recife/PE; Casa da Ribeira, Natal/RN; Palácio das Artes, Belo Horizonte/MG; e Alpendre Casa de Arte Pesquisa e Produção, Fortaleza/CE.

2 | Pode ser uma medida de corredor de passagem, de uma porta, de uma banda de janela, de um degrau de escada, altura do pé direito, distância entre uma porta e uma janela, entre uma parede e outra, ou mesmo a relação entre alguns objetos de urbanidade em volta das salas expositivas, etc.

3 | Nem todos os projetos para *Intervenções extensivas* continham agentes tubulares, em alguns, os signos constituintes eram cones, carretéis, planos longos, esferas.

Eduardo Frota  
**Intervenções extensivas VII**  
compensado de madeira reflorestada e cola  
diâmetro 42cm x aprox. 40m  
Centro Cultural Banco do Brasil - São Paulo  
2003





Eduardo Frot  
**Intervenções extensivas VII**  
compensado de madeira reflorestada e cola  
diâmetro 42cm x aprox. 40m  
Centro Cultural Banco do Brasil - São Paulo  
2003





Eduardo Frota  
**Intervenções extensivas V**  
compensado de madeira reflorestada e cola  
diâmetro 90cm x aprox. 35m  
Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE  
2002

Eduardo Frota  
**Intervenções extensivas VII**  
compensado de madeira reflorestada e cola  
diâmetro 13cm x aprox. 4,20m  
Centro Cultural Banco do Brasil - São Paulo  
2003



# MOBILIDADE SOCIAL E IDENTIDADE CULTURAL

josé roberto sfair macedo

*Os fluxos migratórios são fenômenos existentes desde a pré-história, e muitas são as razões que poderiam explicá-los. A busca do ser humano por melhores condições de vida e novos horizontes explica grande parte desses movimentos. Estudos, em diferentes áreas, procuram deslindar os aspectos político-ideológicos, étnico-raciais, profissionais e econômicos que promovem e permeiam estes fluxos.*

*Tendo em vista as questões que o tema suscita – como a marginalização dos trabalhadores migrantes –, os impactos da migração sobre a formação das identidades e nas trocas interculturais merecem atenção especial. Muitas das questões contemporâneas relacionam-se, de uma forma ou de outra, com a identidade cultural dos povos, fator este que influencia também a formulação de conceitos como os de cidadania, inclusão e responsabilidade social.*

*A identidade cultural, atravessada por questões como meio, gênero, etnia, história, nacionalidade, orientação sexual e crença religiosa, resulta, na constituição peculiar da cultura popular brasileira, marcada por traços como originalidade, pluralidade e criatividade.*

*Essas características muito contribuíram para que o Brasil se tornasse um país menos desigual e – sem deixar de ser plural em virtude da assimilação e da integração – reunisse, de forma harmoniosa, as muitas influências, sentimento e valores resultantes da mobilidade social.*

*O Serviço Social do Comércio (SESC), instituição voltada para o desenvolvimento humano e social dos trabalhadores do setor de comércio de bens, serviços e turismo, desempenha, desde sua criação, em 1946, relevante papel na formação da cidadania cultural brasileira.*

*Presente em todo o território nacional, o SESC reconhece que a cultura exerce papel fundamental na definição das individualidades, nos padrões de conduta e na caracterização do ser humano.*

*Assim, concebendo a cultura como direito inalienável e instrumento de transformação social, o SESC estimula a produção, promove a difusão de bens culturais e democratiza o acesso de todos os segmentos da sociedade às mais diferentes vertentes de manifestação artística.*

*Sempre atento às transformações sociais, a difusão artística promovida pelo SESC rompe divisas geográficas, fronteiras culturais e de costumes. Assim, incorpora à sua práxis uma gama de manifestações capaz de satisfazer a necessidades plurais e promover a interação entre as diferentes regiões e também do Brasil com outros países, mantendo diálogo aberto e permanente com os agentes culturais.*

*Inumeráveis projetos educacionais e de assistência social concebidos e desenvolvidos pela instituição têm como alavanca as manifestações artísticas, procurando demonstrar que o trabalho de inclusão social traz a possibilidade de uma ação transformadora.*

*Para ilustrar essa concepção de atuação cultural, tome-se como referência o Projeto SESC FestClown – Festival Internacional de Palhaços, idealizado e realizado, desde 2003, pelo SESC do Distrito Federal.*

*Com foco nas artes circenses, em especial, na figura do palhaço, o projeto reúne, anualmente, interpretações, concepções e conteúdos de artistas locais, de outras regiões do país e de várias partes do mundo, os quais expressam, de forma intrínseca às suas origens e manifestações, diferentes faces do clown.*

*Essa excêntrica diversidade de manifestações e linguagens reproduzida na figura do palhaço encontrou em Brasília receptividade surpreendente, explicável talvez por ser uma capital cosmopolita, que permite o amálgama de manifestações das mais diferentes origens.*

*Nesses dez anos de existência, o projeto figura na lista dos mais importantes festivais de circo da América Latina e consolida-se como espaço de trocas de experiências culturais, por meio de espetáculos, debates e oficinas da arte do clown.*

*Com projetos como o SESC FestClown, o SESC do Distrito Federal procura desenvolver uma programação ampla e diversificada, integrando os diversos segmentos sociais, que encontraram, no Distrito Federal, um ambiente propício à formação de uma nova identidade cultural, marcada por diferentes matizes, valores e conceitos.*

O Serviço Social do Comércio (SESC) – criado, mantido e administrado pelo empresariado do comércio – foi fundado em 1946. Sua missão é contribuir para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos empregados dos setores de comércio de bens, serviços e turismo. No Distrito Federal, tem como presidente o empresário Adelmir Santana.



**Palhaço Xuxu**, Luiz Carlos Vasconcelos (Brasil)  
foto: Jr. Neto, 2005

**Palhaço Tomate** (Argentina)  
foto: Jr. Neto, 2005

**Leny e Loris Colombaioni** (Itália)  
foto: Jr. Neto, 2006

**Palhaço Picolino**, Roger Avanzi (Brasil)  
foto: Jr. Neto, 2005

**Brincadeira de Circo**, Irmãos Saúde (Brasil)  
foto: Zeca Ribeiro, 2010



**À la carte**, Láminima (Brasil)  
foto: Jr. Neto, 2006

**A Wonderful World Red** (França)  
foto: Hugo Pereira, 2007

**Zig Zag**, Joseph Collard (França)  
foto: Arquivo SESC-DF, 2008

**Cia Carroça de Mamulengo – 35 anos** (Brasil)  
foto: Zeca Ribeiro, 2011

**O Pregoeiro**, Márcio Libar (Brasil)  
foto: Arquivo SESC-DF, 2004

#### AUTORES PRESENTES NESTE NÚMERO

**Angélica Madeira** é graduada em letras e doutora em literatura comparada. É professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco. Suas publicações situam-se na encruzilhada de saberes como a sociologia da cultura, a história e a crítica literária. Entre seus livros, estão *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura* (com Mariza Veloso, 1999) e *Livro dos naufrágios: ensaios sobre a história trágico-marítima* (2005).

**António Manuel Hespanha** é historiador e jurista. Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, atuou como professor visitante em instituições de ensino e pesquisa em dezenas de países. É autor de clássicos da história política e das instituições, tais como *La gracia del derecho* (1993), *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político* (1994), *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio* (1996) e *O caleidoscópio do direito: o direito e a justiça no mundo dos nossos dias* (2007).

**Denise Garcia Bergt** é jornalista, produtora e diretora cinematográfica. Carioca, cresceu em Porto Alegre, onde trabalhou como produtora de curtas e longas-metragens. Desde 2008, radicada em Berlim, tem procurado refletir sobre a política de asilo alemã. Entre suas realizações, estão os documentários *I'm ugly but trendy* (2005) e *Residenzpflicht* (2012).

**Eduardo Frotta** vive e trabalha em Fortaleza. Artista plástico, formou-se pela Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro. Participou das bienais do Mercosul (Porto Alegre, 2001) e de São Paulo (2002). Exposições individuais de seus trabalhos ocorreram em várias cidades do Brasil e do mundo. Foi o ganhador, em 1989, do XI Salão Nacional de Artes Plásticas – Funarte.

**Emmanuel Jaffelin**, filósofo francês, tem orientado suas reflexões para o campo da ética e da política. Em 2009, na companhia de outros intelectuais, envolveu-se no debate sobre a reforma penitenciária francesa. Tem forte opinião crítica com relação ao sistema carcerário de seu país. Atuou como diplomata na América Latina e na África. Destaca-se, entre suas publicações, o livro *Éloge de la gentillesse* (2010).

**Enrico Rocha** é bacharel em comunicação social pela Universidade Federal do Ceará e mestre em linguagens visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre os projetos artísticos que realizou, sobressaem-se *Perguntas ordinárias em percursos existenciais*, *Onde aqui se localiza e Travessias, derivas e naufrágios*. Vive e trabalha em Fortaleza.

**Fernando Fiorese** é poeta, tradutor e ensaísta. Publicou seu primeiro livro de poesia – *Leia, não é cartomante* – em 1982, a que se seguiram: *Exercícios de vertigem & outros poemas* (1985), *Ossário do mito* (1990) e *Dicionário mínimo: poemas em prosa* (2003). Entre seus livros de ensaios, destacam-se: *Trem e cinema – Buster Keaton on the railroad* (1998) e *Murilo na cidade: os horizontes portáteis do mito* (2003). Leciona na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Jumah Al Dossari**, nacional do Bahrein, ficou detido em Guantánamo por mais de cinco anos, sem que nenhuma acusação fosse apresentada contra ele. Foi colocado no regime de prisão solitária em fins de 2003 e libertado no segundo semestre de 2007. Segundo informações de autoridades militares norte-americanas, tentou suicídio em doze oportunidades diferentes durante o período em que esteve preso.

**Lisette Lagnado** é curadora e crítica de arte. Nascida na República Democrática do Congo, vive em São Paulo desde a adolescência. Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, doutorou-se em filosofia pela Universidade de São Paulo. Entre suas principais curadorias, sobressaem-se: a 27ª Bienal Internacional de Arte de São Paulo (2006), a mostra Iberê Camargo, na Bienal do Mercosul (1999), e a exposição *Drifts and derivations: experiences, journeys and morphologies*, no Centro de Arte Reina Sofia (Madrid, 2010). Foi coeditora da revista *Arte* em São Paulo, redatora e crítica de arte da *Folha de S. Paulo* e, atualmente, atua como coeditora da revista cultural eletrônica *Trópico*.

**Luiz Carlos Fabre** é procurador do Trabalho, coordenador do Centro de Estudos do Ministério Público do Trabalho da 2ª Região e mestrando em direito do trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

**Luiz Ruffato**, mineiro de Cataguases, formou-se em tornearia-mecânica pelo Senai e em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu romance *Eles eram muitos cavalos* (2001) ganhou o prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte e o Machado de Assis, da Fundação Biblioteca Nacional. Publicou também *De mim já nem se lembra* (2007) e *Estive em Lisboa e lembrei de você* (2009). A partir de 2005, iniciou a escrita da arrojada obra *Inferno provisório*, cujo último dos cinco volumes, *Domingos sem Deus*, foi lançado em 2011.

**Otto Maria Carpeaux**, jornalista, ensaísta e crítico literário, nasceu em Viena (1900) e faleceu no Rio de Janeiro (1978). Teve uma formação multifacetada: estudou direito, química, filosofia, sociologia (em Paris), literatura comparada (em Nápoles) e política (em Berlim). Em 1939, mudou-se para o Brasil. Introduziu, aqui, autores como Kafka e Musil, além de difundir a crítica literária de Dilthey, Croce, Benjamin, entre outros. Sua monumental *História da literatura ocidental* é um dos mais importantes livros do gênero.

**Piero Eyben** é tradutor, poeta, dramaturgo e ensaísta. Professor do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília, coordena o grupo de pesquisa Escritura: Linguagem e Pensamento, edita o *mutum* (revista de literatura e pensamento) e organiza o Bloomsday BSB. Publicou, entre outros, *Escritura do retorno: Mallarmé, Joyce e Meta-signo* (2012) e *ocos* (poemas, 2011).

**Poro** é uma dupla de artistas formada por Brígida Campbell e Marcelo Terça-Nada. Criada em 2002, reivindica a cidade como espaço para a arte. Para suas intervenções, serve-se de meios de comunicação populares e de diversos suportes, como panfletos, adesivos, faixas e cartazes. Por meio do Programa Brasil Arte Contemporânea, parceria da Fundação Bienal de São Paulo e do Ministério da Cultura, registrou seus trabalhos no livro *Intervalo, respiro, pequenos deslocamentos – Ações poéticas do Poro* (2011).

**Rogério Haesbaert** é professor do Departamento Geografia da Universidade Federal Fluminense, onde dirige o Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização. Cofundador da revista *GEOgraphia*, foi professor visitante na Open University, na Université Toulouse-Le Mirail e na Universidad de Buenos Aires. Entre seus livros, destacam-se: *Desterritorialização e identidade* (1997), *Territórios alternativos* (2002), *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade* (2004), *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea* (2010).

**Ronaldo Lobão** é doutor em antropologia pela Universidade de Brasília (2006) e professor no Departamento de Direito Público da Universidade Federal Fluminense. Trabalhando na interface direito-sociedade, suas pesquisas enfocam principalmente o neocolonialismo, a construção legal de identidades, as unidades de conservação ambiental e a administração alternativa de conflitos socioambientais. É autor do livro *Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento* (2010).

**Seloua Luste Boulbina** é diretora do programa A Descolonização dos Saberes, no Collège International de Philosophie (Paris), e pesquisadora na Universidade Paris-Diderot (CSPRP). Publicou, recentemente, *Le singe de Kafka et autres propos sur la colonie* (2008) e *Les arabes peuvent-ils parler?* (2011).

**Shaikh Abdurraheem Muslim Dost**, poeta e jornalista paquistanês, foi preso em sua casa em Peshawar, Paquistão, em novembro de 2001. Nos primeiros meses de 2002, foi levado à prisão de Guantânamo. Solto em abril de 2005, sem que acusação alguma tivesse sido apresentada contra ele, teve grande parte de seus poemas retida pelos militares norte-americanos. Estima ter escrito cerca de 25.000 versos no período de seu cativeiro.

#### AGRADECIMENTOS

Para a realização deste número, nossos agradecimentos especiais vão para Caroline Carrion, Galeria Millan e Tania Rivera.









